

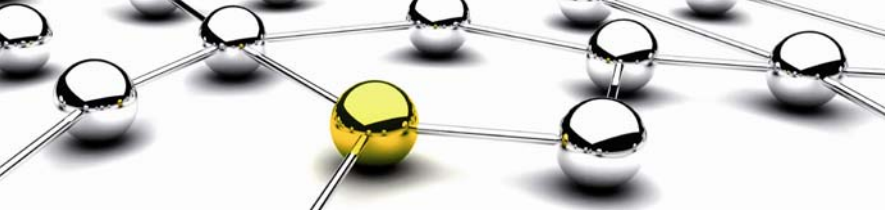
SEE

Sector Empresarial do Estado **Relatório 2010**

Julho 2010



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Direcção-Geral do Tesouro e Finanças



Ministério das Finanças e da Administração Pública

“Sector Empresarial do Estado – Relatório de 2010”

é uma publicação da

Direcção-Geral do Tesouro e Finanças
Rua da Alfândega, n.º 5, 1.º – 1149-008 Lisboa
Telefone: 21 884 60 00 Fax: 21 884 61 19
Presença na Internet: www.dgtf.pt
E-mail: tesouro@dgtf.pt



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças

NOTA DE APRESENTAÇÃO

A publicação do Relatório do Sector Empresarial do Estado (SEE) de 2010 é expressão da **consolidação do caminho iniciado em 2005** no sentido de aumentar a transparência e o rigor na gestão das empresas públicas, mediante a divulgação de informação anual sistematizada sobre as mesmas, incluindo a publicação do Relatório de Avaliação sobre os Princípios de Bom Governo e, numa área com relativa sobreposição, pelo envolvimento de empresas públicas, do Relatório sobre as Parcerias Público-Privadas (PPP).

No ano de 2009, as empresas que integram o SEE registaram, quando comparado com 2008, uma **melhoria muito significativa do seu desempenho operacional** combinado, num **esforço anti-cíclico** particularmente importante na actual conjuntura, com o aumento do emprego, a redução dos prazos médios de pagamento, e o contributo positivo para o investimento, cujo volume atingiu cerca de 4,6 mil M€ (+5,6%).

Sublinho, por isso, as melhorias dos seus resultados, com os **resultados operacionais agregados a aumentarem 46,7%**, o EBITDA, positivo, a registar um incremento de 24,2% e o Resultado Líquido com um acréscimo de 62,6% face a 2008.

O ano de 2009 encerra em si, antes de subsídios e indemnizações compensatórias (IC), os **melhores resultados operacionais registados pelas empresas do SEE nos últimos cinco anos**. Após, subsídios e IC, tais resultados atingiram um valor positivo de cerca de 100M€, representando um acréscimo de cerca de 311M€ face a 2008.

Neste trabalho consistente de melhoria da performance operacional, várias empresas públicas (v.g. Águas de Portugal, Estradas de Portugal, CTT, CARRIS, ANA e Metro de Lisboa) aumentaram o resultado operacional, entre 2006 e 2009, em mais de 35%, tendo 26 empresas registado um aumento de mais de 10%.

A par destes resultados, as empresas do SEE, **aumentaram o emprego em 3,7%**, em contraste com a evolução registada no sector privado, e registaram um expressivo **aumento da produtividade**, com o VAB por trabalhador a crescer 9,5%, atingindo, desta forma, níveis consideravelmente superiores (+50%) face à média da economia nacional.

Importa, ainda, realçar a capacidade demonstrada pelas empresas do SEE na **redução dos prazos de pagamento** a fornecedores, os quais registaram um decréscimo de 17 dias face a 2008, continuando, desta forma, o objectivo de redução traçado, o qual obteve um decréscimo de 32%, passando de 117 dias, em 2007, para 80 dias, em 2009. Tal significa, face a 2007, a antecipação em quase 40 dias, de pagamentos de cerca de 400M€ com impacto positivo na tesouraria dos seus fornecedores.

No que concerne aos Princípios de Bom Governo, o ano de 2009 afigura-se como um ano de maturidade, uma vez que se verificou o cumprimento generalizado dos mesmos (94%).



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças

No seu conjunto, para estes resultados contribuíram as reformas levadas a cabo, com impacto no alinhamento de interesses e estreitamento da relação entre as equipas de gestão e o Estado, que tem vindo a exercer a sua **função accionista** de forma **mais activa, próxima e transparente**: (i) em 2005 não havia qualquer divulgação de informação sobre o SEE, tendo em 2006 sido iniciada a divulgação anual de dados agregados, e lançando-se em 2009 a divulgação trimestral dos mesmos; (ii) têm vindo a ser estabelecidos objectivos de gestão quantificados e calendarizados, como critério de aferição de desempenho (de zero empresas com objectivos quantificados em 2005 para 81% em 2009); (iii) as subvenções por serviço público têm vindo a ser contratualizadas (associando, por isso, o seu pagamento a critérios de desempenho), representando as mesmas 50% do valor total das subvenções atribuídas às empresas públicas.

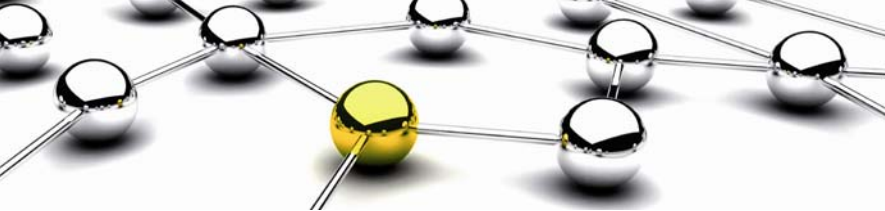
Apesar dos importantes resultados alcançados em matéria de desempenho operacional, de práticas de governação e rigor na relação entre o accionista e a gestão, **importa dar continuidade às reformas já lançadas**. Neste sentido, impõe-se aprofundar as reformas enunciadas no âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento para o período 2010-2013:

- Concluir os planos de reestruturação económico-financeira nos sectores das infra-estruturas e transportes;
- Uniformizar e otimizar o tratamento dos encargos com pensões nas empresas do SEE;
- Continuar o esforço de melhoria operacional e financeira já iniciado, estendendo-o designadamente às áreas da gestão da tesouraria, no quadro Unidade de Tesouraria do Estado, e da utilização de Centrais de Compras próprias ou comuns;
- Concluir os processos de celebração de contratos de gestão, com definição de objectivos económico-financeiros quantificados e calendarizados;
- Concluir o processo de contratualização da prestação de serviço público, reforçando a transparência e a responsabilidade do Estado no pagamento de indemnizações compensatórias;
- Atribuir obrigatoriedade legal às orientações decorrentes dos Princípios de Bom Governo;
- Implementar um controlo efectivo sobre o processo de investimento e gestão da dívida do SEE, definindo objectivos de investimento em termos sustentáveis e compatíveis com as capacidades de endividamento e financiamento das empresas e introduzindo limitações aos acréscimos do respectivo endividamento; e
- Concretizar as privatizações previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento.

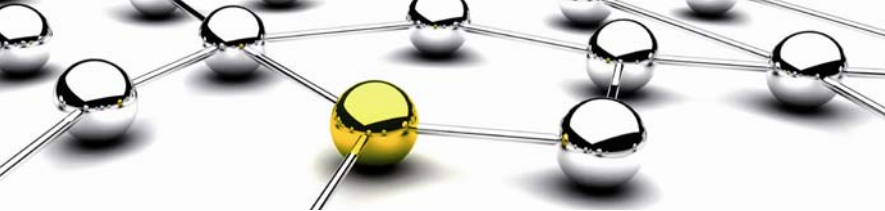
Lisboa, 30 de Julho de 2010

O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças

(Carlos Costa Pina)

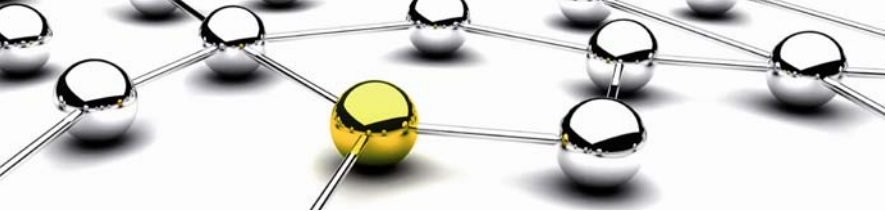


As opiniões e análises constantes da presente publicação são da inteira responsabilidade da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças. Esta publicação possui um carácter meramente informativo e de divulgação pública da actividade do Sector Empresarial do Estado, não pretendendo constituir uma base para a tomada de decisões de investimento relativamente a empresas ou sectores nela referidas.

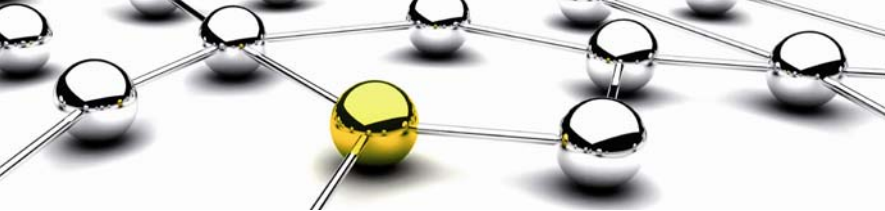


ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. UNIVERSO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO	5
3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS EPNF	7
3.1. Apreciação Global	7
3.2. Análise por sectores de Actividade	11
3.2.1. Comunicação Social	11
3.2.2. Cultura	13
3.2.3. Gestão de Infra-estruturas	15
3.2.4. Requalificação Urbana e Ambiental	18
3.2.5. Serviços de Saúde	20
3.2.6. Serviços de Utilidade Pública	22
3.2.7. Transportes	24
3.2.8. PARPÚBLICA	27
4. EMPRESAS PÚBLICAS FINANCEIRAS	30
4.1. Grupo Caixa Geral de Depósitos	31
5. INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DO SEE	35
5.1. Investimento directo do SEE	36
5.2. Financiamento Global das EPNF	38
6. ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO	42
6.1. Indemnizações Compensatórias / Subsídios	43
6.2. Dotações de Capital	45
6.3. Empréstimos	46
6.4. Assunção de Passivos e de Responsabilidades	47
6.5. Garantias Prestadas	47
6.6. Transmissão de Património de Sociedades Extintas	50
6.7. Dividendos / Remuneração do Capital Estatutário	50
7. PESO DO SEE NA ECONOMIA	51
7.1. Peso no Produto Interno Bruto	52
7.2. Peso no Emprego	52
7.3. Produtividade relativa do SEE	53
8. ANEXOS	54
8.1. Empresas Públicas em 2008 e 2009	54
8.2. Outras Participações (carteira acessória)	57



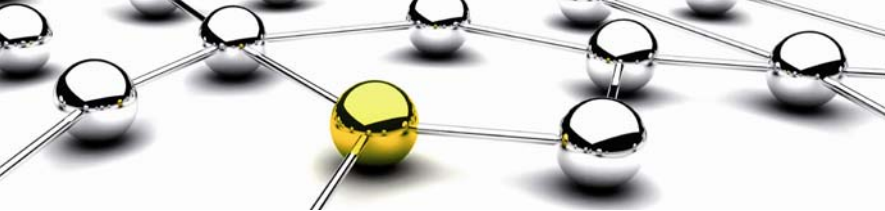
8.3.	Empresas em liquidação -----	58
8.4.	Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2009-----	59
8.5.	Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2008-----	60
8.6.	Balanço das EPNF por sectores – 2009 -----	61
8.7.	Balanço das EPNF por sectores – 2008 -----	62
8.8.	Demonstração de resultados das EPF – Grupo CGD - 2009-2008-----	63
8.9.	Balanço das EPF – Grupo CGD - 2009-2008 -----	64



Abreviaturas e Conceitos Utilizados

Abreviaturas	Significado
CGD	Caixa Geral de Depósitos
DGTF	Direcção-Geral do Tesouro e Finanças
EPE	Entidade Pública Empresarial
EPF	Empresas Públicas Financeiras
EPNF	Empresas Públicas Não Financeiras
HCB	Hidroelétrica de Cahora Bassa
m€	Milhares de euros
M€	Milhões de euros
PIB _{pm}	Produto Interno Bruto valorizado a preços de mercado
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
POC	Plano Oficial de Contabilidade
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
SA	Sociedade Anónima
SEE	Sector Empresarial do Estado
SGPS	Sociedade Gestora de Participações Sociais
SIRIEF	Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SPA	Sector Público Administrativo
SPE	Sociedade Portuguesa de Empreendimentos

Conceitos	Fórmulas
Autonomia Financeira	Capital Próprio/ Total do Activo Líquido
EBITDA	<i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i> = Resultado Operacional + Amortizações e Ajustamentos + Provisões – Reversões de Amortizações e Ajustamentos
Estrutura Patrimonial	Capitais Permanentes/(Imobilizações Corpóreas+ Investimentos Financeiros+ Imobilizações Incorpóreas)
Margem do EBITDA	EBITDA/ Vendas e Prestações de Serviços
Produtividade	$VAB_{cf} / N.º \text{ Médio de Trabalhadores}$
Solvabilidade	Capital Próprio/ Total do Passivo
VAB _{cf}	Valor Acrescentado Bruto valorizado a custo dos factores = Vendas + Prestações de Serviços + Variação da Produção + Trabalhos para a própria empresa + Subsídios à exploração - Custos das Mercadorias Vendidas e Mercadorias Consumidas - Fornecimentos e Serviços Externos
VAB _{pm}	Valor Acrescentado Bruto valorizado a preços de mercado = VAB _{cf} - Subsídios à Exploração
Volume de Negócios	Vendas + Prestações de Serviços



1. INTRODUÇÃO

Prosseguindo a missão da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças no âmbito do exercício da função accionista do Estado e do acompanhamento das empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE), procede-se à apreciação da situação económica e financeira das empresas públicas com participação directa do Estado, reportada a 31 de Dezembro de 2009, e sobre os aspectos mais relevantes da actividade do Estado enquanto accionista, designadamente as alterações observadas no universo das suas participações, a actividade de investimento desenvolvida, as necessidades de financiamento globais, o esforço financeiro realizado pelo Estado dirigido às empresas públicas e o peso do SEE na economia.

O processo de recolha e agregação dos elementos de informação mais relevantes, para efeitos de análise do desempenho e da situação económico-financeira das empresas, foi desenvolvido com recurso aos dados disponibilizados pelas empresas públicas através do Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF).

O universo de empresas considerado no actual relatório conta com 93 empresas públicas com participação directa do Estado e envolve 9 sectores de actividade distintos.

No âmbito da actividade desenvolvida pelas empresas públicas em 2009, parece justo assinalar os exigentes desafios que se colocaram aos respectivos gestores e trabalhadores, que, mesmo quando confrontados com circunstâncias adversas ao desenvolvimento das suas actividades, designadamente a contracção da procura, as dificuldades de acesso ao crédito para financiamento da actividade e a subida do respectivo preço, asseguraram as condições necessárias de continuidade de prestação de serviço público nos mais variados sectores de actividade e de acordo com os padrões de qualidade definidos.

DGTF, 15 de Julho de 2010

2. UNIVERSO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO

Em 31 de Dezembro de 2009, o Estado detinha directamente, através da DGTF, um universo de 93 empresas públicas ([Anexo 8.1](#)) com participação directa do Estado, incluindo-se nestas as entidades públicas empresariais, cujo valor nominal ascende a M€ 14 180.

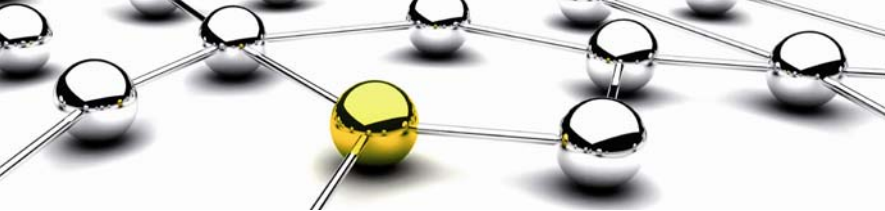
Para além dessas empresas públicas, que serão objecto de análise no presente relatório, integram também o SEE um vasto conjunto de empresas onde o Estado detém participações minoritárias - classificadas, de acordo com o regime jurídico do SEE, como empresas participadas - e que se encontram agrupadas na chamada “carteira acessória” de participações do Estado, identificadas no quadro [Anexo 8.2](#). (Outras participações). Incluem-se ainda, neste último, algumas empresas cuja manutenção na posse do Estado se reveste de carácter excepcional ou transitório¹. Acrescem, finalmente, as empresas do SEE em processo de liquidação, identificadas no quadro [Anexo 8.3](#).

No [Quadro 2.1.1](#) apresentam-se as principais alterações na carteira de participações do Estado ocorridas em 2009.

Quadro 2.1.1
Alterações na carteira de participações
Participações do Estado - síntese evolutiva

Sector		Ano		Entradas	Saídas	Var.
		2009	2008			
Participações Relevantes	Comunicação Social	2	2			0
	Cultura	3	3			0
	Gestão de Infra-Estruturas	15	15			0
	Requalificação Urbana e Ambiental	9	6	Arco Ribeirinho, SA Polis Litoral Ria de Aveiro, SA Polis Litoral Sudoeste, SA		+3
	Saúde	39	38	Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE Centro Hospitalar entre o Douro e Vouga EPE Hospital de Magalhães Lemos EPE	Hospital Nossa Senhora do Rosário EPE Hospital São Sebastião EPE	+1
	Serviços de Utilidade Pública	2	2			0
	Transportes	7	7			0
	Parapública	1	1			0
	Outros Sectores	12	11	SIEV - Sistema de Identificação Electrónica de Veículos, SA		+1
	Empresas Públicas Financeiras	3	3			0
	subtotal (1)	93	88			
Outras participações	Carteira Acessória	32	44	Sociedade Portuguesa de Empreendimentos - SPE, SA Hidroeléctrica de Cahora Bassa, SARL DECOVIZ - Produtos de Decoração, Lda Metalurgia Casal, SA Sociedade Têxtil da Cuca, SA TEVITOM - Confeccções de vestuário, Lda TEVIZ - Têxtil de Vizela, SA Coop. Armadores Navios Pesca Bacalhau, SARL EUT - Empreendimentos Urbanos e Turismo, SA Martins & Rebelo - Ind. Láticas e Alimentares, SA Metanova-Comércio e Gestão de Imóveis, SA FICREM-Fundo Inv. Capital de Risco Emp. Moçambique		-12
TOTAL		125	132			

¹ É o caso do BPN - Banco Português de Negócios, S.A., cujas acções representativas do capital social foram nacionalizadas pela lei n.º 62-A/2008, de 11 de Novembro, estando prevista a sua privatização em 2010.



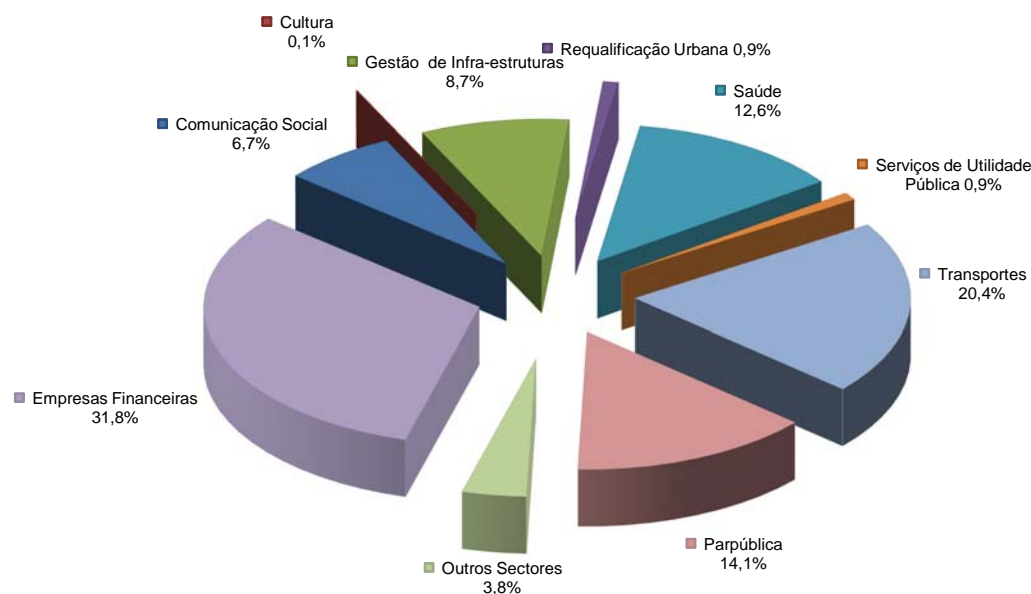
Com excepção da transferência² para a PARPÚBLICA das participações do Estado na Sociedade Portuguesa de Empreendimentos - SPE, SA e na Hidroeléctrica de Cahora Bassa, SARL, as restantes alterações ocorridas na denominada “carteira acessória” de participações do Estado derivam do facto das empresas identificadas se encontrarem em situação de insolvência ou em processos de liquidação.

Tendo em conta o valor nominal das participações do Estado em empresas públicas, a estrutura do SEE por sectores de actividade é a representada no **Gráfico 2.1.1**, observando-se que os sectores “Financeiro”, onde se destaca a CGD, e o de “Transportes”, correspondem, no conjunto, a cerca de metade do montante global das participações sociais do Estado.

Gráfico 2.1.1

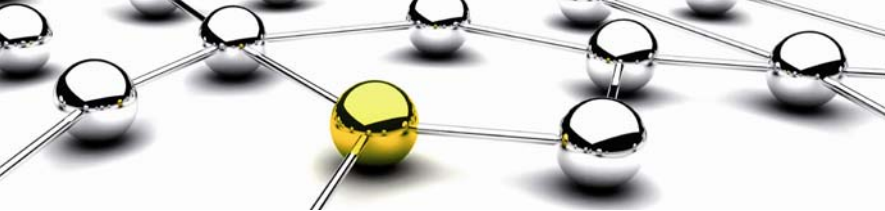
Empresas Públicas - Participações Directas do Estado/DGTF (31-12-2009)

Estrutura de participações por Sectores de Actividade



Merece também referência o peso significativo da PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS), S.A., *holding* do Estado que assume um papel instrumental relevante na gestão de participações sociais e de património imobiliário, cuja carteira de participações em empresas do grupo e associadas ascendia, em 31 de Dezembro de 2009, a M€ 3 930.

² Efectuada em 2 de Novembro de 2009, nos termos do Despacho n.º 995/2009 SETF, de 25 de Setembro.



3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS EPNF

3.1. Apreciação Global

O conjunto das Empresas Públicas Não Financeiras (EPNF³) registou, em 2009, uma melhoria substancial do resultado líquido agregado⁴ face ao exercício do ano anterior, apresentando um acréscimo de 62,6% em termos globais, e de 63,4% em termos ponderados pela percentagem da participação directa do Estado (**Quadro 3.1.1**), graças à variação positiva dos resultados agregados da maioria dos sectores de actividade, com peso preponderante para a evolução do resultado consolidado da PARPÚBLICA.

Adicionalmente, importa sublinhar o reforço da capacidade de libertação de meios das empresas que constituem o SEE, registando um EBITDA agregado ponderado de M€ 1 858, o que consubstancia um acréscimo de 24,2% face ao exercício anterior, assumindo essa variação um maior peso relativo quando considerados os dados ponderados pelas percentagens das participações directas do Estado. Destaque para a melhoria de 2,4 p.p. da margem EBITDA das empresas do SEE.

Quadro 3.1.1
Empresas Públicas Não Financeiras
Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

	Globais				Ponderados pela participação do Estado ⁽¹⁾			
	2009	2008	Variação		2009	2008	Variação	
			Absoluta	%			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(326.877)	(612.889)	286.012	46,7%	(380.612)	(667.516)	286.904	43,0%
Resultado operacional após subsídios	96.564	(214.753)	311.317	145,0%	34.686	(276.588)	311.274	112,5%
Resultado financeiro	(677.690)	(943.539)	265.849	28,2%	(572.627)	(794.696)	222.069	27,9%
Resultado líquido	(377.866)	(1.009.290)	631.424	62,6%	(364.038)	(994.858)	630.820	63,4%
EBITDA	1.858.376	1.496.136	362.240	24,2%	1.474.942	1.142.274	332.668	29,1%
Margem EBITDA	16,1%	13,7%			13,8%	11,4%		

Fonte: SIRIEF e Relatórios e contas das empresas

⁽¹⁾ Valores agregados ponderados pela percentagem de participação directa do Estado no capital social de cada empresa.

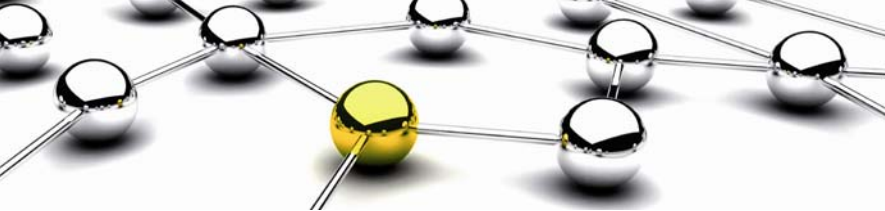
É de assinalar a variação positiva de cerca de M€ 631 registada no resultado líquido agregado, destacando-se que cerca de 45% do contributo positivo se ficou a dever a melhorias dos resultados operacionais (antes de subsídios).

Não obstante o resultado líquido global agregado do conjunto das EPNF ter sido negativo, em consequência, fundamentalmente, do maior peso dos resultados apurados pelas empresas dos sectores de Transportes, Saúde⁵ e Infra-estruturas (REFER), com resultados líquidos

³ As empresas públicas financeiras (EPF) são objecto de apreciação no **Ponto 4.** deste relatório.

⁴ Agregação com base nas contas das EPNF, sendo utilizadas as contas consolidadas sempre que aplicável.

⁵ Em resultado das alterações verificadas neste sector de actividade, as comparações em termos de indicadores económicos e financeiros realizadas neste documento, quando nada seja dito em contrário, devem ter em consideração as referidas transformações.



negativos de M€ 582, M€ 267 e M€ 226, respectivamente, importa destacar o desempenho económico positivo registado pelo grupo PARPÚBLICA e pelo conjunto das empresas que integram os sectores de Utilidade Pública e de Infra-estruturas aeroportuárias e portuárias, com resultados líquidos positivos de M€ 507, de M€ 97 e de M€ 75, respectivamente.

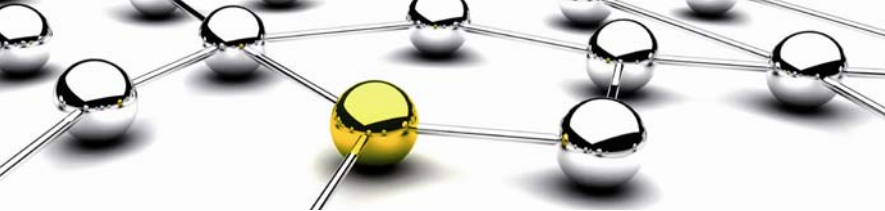
Destacam-se ainda os contributos decisivos dos seguintes sectores de actividade (**Quadro 3.1.2**):

- **PARPÚBLICA:** melhoria do resultado operacional (M€ 371) e do resultado financeiro (M€ 231), explicado pelo expressivo ganho apurado com a valorização de obrigações permutáveis e respectivo activo subjacente (EDP) e pelo facto das empresas participadas no segmento das actividades aeronáuticas (Grupo TAP e ANA) terem registado melhorias significativas nos resultados.
- **Comunicação Social:** a RTP registou uma melhoria do resultado financeiro (M€ 42), em virtude da redução dos encargos financeiros por via da redução das taxas de financiamento indexadas à Euribor;
- **Infra-estruturas:** as empresas gestoras de infra-estruturas registaram, no conjunto, uma melhoria do resultado financeiro de M€ 16, bem como um aumento de M€ 40 do resultado extraordinário (reconhecimento de subsídios ao investimento no exercício, particularmente nos casos da EP e da ANA);

Quadro 3.1.2
Empresas Públicas Não Financeiras
Variações de Resultados de 2009 / 2008 - Por sectores

Milhares de euros			
Sectores	Variações de R. operacionais	Variações de R. financeiros	Variações de R. líquidos
Comunicação Social	3.719	42.252	32.702
Cultura	1.897	(43)	1.535
Infra-estruturas	7.590	15.955	47.785
Req. Urbana e Ambiental	12.381	13.983	1.823
Serviços de Utilidade Pública	(12.902)	26.798	(24.604)
Saúde	(33.350)	(30.960)	(58.795)
Transportes	(25.699)	(23.689)	(50.176)
Parpública	370.727	230.679	686.368
Outros	(13.047)	(9.125)	(5.214)
Varição Total das EPNF	311.317	265.849	631.424

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas



Pelo contrário, apenas três sectores de actividade - Serviços de Utilidade Pública (que incluem as empresas CTT e AdP), Transportes (empresas operadoras de transporte público de passageiros) e Saúde – registaram variações negativas dos resultados líquidos, pelas razões apresentadas em seguida:

- Apesar da quebra da actividade postal e da consequente redução do resultado operacional dos CTT (-14%), apresentando as duas empresas que integram o sector, ainda assim, resultados líquidos positivos;
- Quanto às empresas de transportes, viram os seus resultados balizados, por um lado, pela continuada queda da procura e a conhecida rigidez da estrutura operacional das empresas que não tem permitido a rápida adequação dos custos operacionais, e por outro, pelo acréscimo de encargos financeiros da CP, da Metropolitano de Lisboa (ML) e da Metro do Porto (MP), em consequência do acréscimo de endividamento remunerado verificado nestas três empresas, o que resultou num agravamento dos resultados operacional e financeiro;
- Finalmente, no sector da Saúde, e apesar das variações positivas de proveitos obtidos, os quais provêm essencialmente da contratualização da prestação de cuidados de saúde no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, algumas unidades hospitalares do SEE registaram agravamentos dos custos operacionais.

As variações observadas em todos os indicadores de gestão operacional (**Quadro 3.1.3**) são explicadas, em grande medida, pelas empresas que integram o sector da Saúde, as quais registaram, em conjunto, variações de volume de negócios e de custos com pessoal de M€ 924 e de M€ 493 respectivamente, tendo contribuído decisivamente para o incremento dos custos com pessoal o aumento (de 5 770) registado no número médio de trabalhadores.

Quadro 3.1.3
Empresas Públicas Não Financeiras
Indicadores de Gestão Operacional

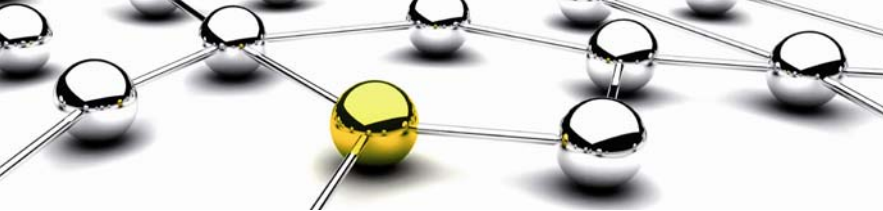
Milhares de euros, excepto percentagens

	Globais				Ponderados pela participação do Estado ⁽¹⁾			
	2009	2008	Variação		2009	2008	Variação	
			Absoluta	%			Absoluta	%
Volume de negócios	11.559.319	10.891.501	667.818	6,1%	10.669.245	10.045.664	623.581	6,2%
Custos com Pessoal	5.087.494	4.589.526	497.968	10,9%	4.871.129	4.379.242	491.887	11,2%
VABcf	6.482.879	5.732.934	749.946	13,1%	5.877.852	5.161.200	716.652	13,9%
N.º médio de trabalhadores	150.662	145.833	4.829	3,3%				
VABcf per capita	43	39	4	9,5%				

Fonte: Relatórios e contas das empresas

⁽¹⁾ Valores agregados ponderados pela percentagem de participação directa do Estado no capital social de cada empresa.

A produtividade média dos trabalhadores - medida pelo Valor Acrescentado Bruto a custo de factores (VAB_{cf}) *per capita* - registou um acréscimo substancial, de 9,5%, em termos nominais,



em resultado do acréscimo verificado no volume de negócios das EPNF que mais que compensou o aumento do número médio de trabalhadores.

Da variação registada no activo líquido total agregado (**Quadro 3.1.4**), perto de 64% (M€ 3 620) decorre do aumento das rubricas de activo fixo, traduzindo, por um lado, os investimentos realizados no sector da Saúde na criação e modernização de unidades hospitalares do SEE, no sector das Infra-estruturas de transportes rodoviários, ferroviários, aeroportuários e outras (M€ 1 644), e pela empresa Parque Escolar (M€ 467) no Programa de Modernização do Parque Escolar do Ensino Secundário, e por outro, a alteração patrimonial do grupo PARPÚBLICA no âmbito da gestão e da alienação de imóveis e de participações sociais em diversas empresas.

Quadro 3.1.4
Empresas Públicas Não Financeiras
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

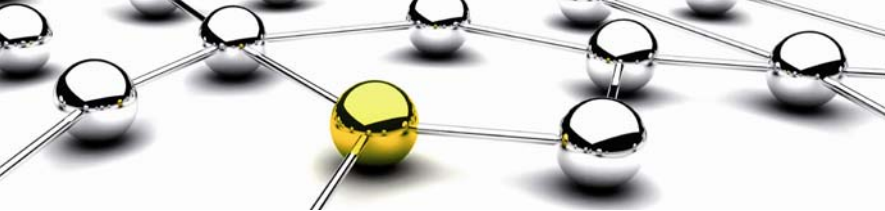
	Globais				Ponderados pela participação do Estado ⁽¹⁾			
	2009	2008	Variação		2009	2008	Variação	
			Absoluta	%			Absoluta	%
Activo líquido	70.585.182	64.961.278	5.623.904	8,7%	62.415.552	57.333.584	5.081.968	8,9%
Capital próprio	5.933.377	5.678.457	254.921	4,5%	5.177.743	4.938.290	239.453	4,8%
Interesses minoritários	737.555	688.506	49.049	7,1%	539.139	493.497	45.642	9,2%
Passivo	63.914.249	58.594.316	5.319.934	9,1%	56.698.671	51.901.798	4.796.873	9,2%
Autonomia financeira (%)	8,4%	8,7%			8,3%	8,6%		
Solvabilidade (%)	9,3%	9,7%			9,1%	9,5%		
Estrutura patrimonial (%)	60,8%	58,9%			74,1%	58,2%		

Fonte: SIRIEF e Relatórios e contas das empresas

⁽¹⁾ Valores agregados ponderados pela percentagem de participação directa do Estado no capital social de cada empresa.

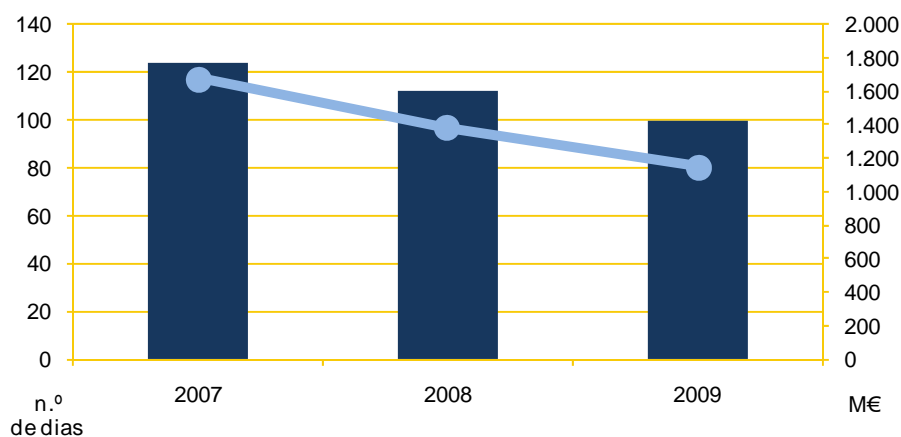
O passivo agregado das EPNF registou um aumento percentual correspondente a mais do dobro do crescimento observado no capital próprio, reflectindo-se numa ligeira degradação do grau de autonomia financeira, o qual se situou em níveis reduzidos, evidenciando um excessivo recurso a capitais alheios para financiamento das suas actividades, não obstante o reforço dos apoios financeiros concedidos pelo Estado através de indemnizações compensatórias e dotações de capital. Esta evolução reflecte o peso do passivo histórico e dos elevados encargos financeiros na actividade das EPNF.

Com efeito, o esforço financeiro do Estado dirigido às EPNF (**Ponto 6.** do presente relatório), sem garantias, ascendeu, em 2009, a M€ 1 091, o que representa um acréscimo de 31% face ao exercício anterior, considerando-se apenas as dotações de capital para reforço ou constituição do capital social, os subsídios e as indemnizações compensatórias, os empréstimos concedidos e a assumpção de passivos, no âmbito do Capítulo 60.º do Orçamento do Estado. Incluindo-se as Empresas Públicas Financeiras (EPF), o esforço financeiro ascendeu, em 2009, a M€ 2 119.



Por último, importa analisar a evolução do prazo médio de pagamentos das EPNF, no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro (“Programa pagar a tempo e horas”)⁶ conjugado com o saldo médio de dívidas de curto prazo a terceiros, representado no gráfico seguinte:

Gráfico 3.1.1
Evolução do Prazo Médio de Pagamentos



Fonte: DGTf

■ Dívidas a Fornecedores CP

—●— PMP

O prazo médio de pagamentos tem registado uma redução superior a 30% ao longo dos últimos três anos, passando de 117 dias, em 2007, para 97, em 2008, e 80, em 2009, a qual tem também sido acompanhada pela diminuição dos montantes das dívidas de curto prazo a fornecedores, que assim se reduziram mais de M€ 342. O actual prazo de pagamentos das EPNF compara já favoravelmente com o prazo médio das empresas Portuguesas que neste mesmo ano foi de 87 dias⁷, contribuindo assim para uma maior eficiência da economia.

3.2. Análise por sectores de Actividade⁸

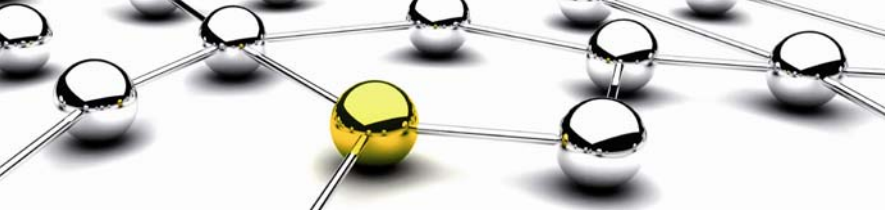
3.2.1. Comunicação Social

Este sector integra a RTP – Rádio e Televisão de Portugal, SA e a LUSA – Agência de Notícias de Portugal, SA, sendo a sua evolução determinada quase exclusivamente pela primeira, dada a sua dimensão.

⁶ Iniciativa reforçada no Programa do XVIII Governo Constitucional e que corresponde a um dos objectivos previstos no “*Small Business Act*” para a Europa, adoptado pela Comissão Europeia em 25 de Junho de 2008.

⁷ Fonte: *European Payment Index* 2009.

⁸ Não se efectua neste capítulo a análise das empresas consideradas em “Outros Sectores” por englobar um conjunto de entidades heterogéneo e disperso por diversas áreas.



Assistiu-se, em 2009, a uma melhoria do resultado líquido do sector em M€ 32,7, evolução explicada não só pela redução do resultado financeiro negativo da RTP, o qual beneficiou da diminuição verificada nos juros suportados com empréstimos, mas também pela evolução operacional positiva na empresa.

Quadro 3.2.1.1 **Sector da Comunicação Social** **Evolução dos Resultados**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(105.790)	(107.785)	1.995	1,9%
Resultado operacional após subsídios	14.053	10.334	3.719	36,0%
Resultado financeiro	(18.852)	(61.104)	42.252	69,1%
Resultado líquido	(13.363)	(46.065)	32.702	71,0%
EBITDA	31.163	28.837	2.326	8,1%
Margem EBITDA	15,1%	14,6%		

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Destaca-se a melhoria operacional das empresas deste sector, que se verificam quer ao nível do resultado operacional antes de subsídios, que progrediu 1,9%, quer, sobretudo, ao nível do EBITDA, que cresceu mais de 8%.

Note-se ainda que o bom desempenho operacional do sector se traduziu nos crescimentos da margem do EBITDA em 0,5 p.p., e da produtividade média, medida pelo VAB_{cf} *per capita*, em 4,3%.

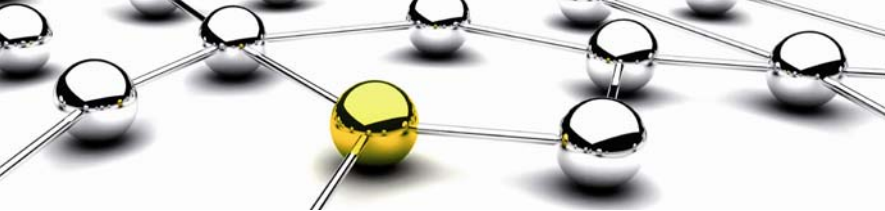
Quadro 3.2.1.2 **Sector da Comunicação Social** **Indicadores de Gestão Operacional**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	206.259	198.180	8.079	4,1%
Custos com pessoal	125.406	123.369	2.037	1,7%
VAB_{cf}	159.885	156.666	3.219	2,1%
N.º médio de trabalhadores	2.647	2.704	(57)	-2,1%
VAB _{cf} per capita	60	58	2	4,3%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Quanto à evolução da situação patrimonial do sector assinala-se o acréscimo do activo líquido, resultante do incremento do imobilizado, das dívidas de terceiros de curto prazo e do acréscimo de proveitos verificados na RTP.



Quadro 3.2.1.3 Sector da Comunicação Social Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Activo líquido	518.918	443.555	75.363	17,0%
Capital próprio	(583.745)	(688.408)	104.663	15,2%
Interesses minoritários	-	-	-	-
Passivo	1.102.663	1.131.963	(29.300)	-2,6%
Autonomia financeira (%)	-112,5%	-155,2%		
Solvabilidade (%)	-52,9%	-60,8%		
Estrutura patrimonial (%)	71,6%	35,3%		

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Do lado das fontes de financiamento regista-se a evolução positiva do capital próprio das duas empresas. No caso da RTP, a empresa beneficiou de um reforço do capital social de M€ 118,4, subscrito pelo Estado ao abrigo do Acordo de Reestruturação Financeira.

Importa, ainda realçar a redução registada no passivo em resultado da diminuição das dívidas de terceiros de curto prazo e da rubrica de acréscimos e diferimentos. Estes movimentos ocorreram em paralelo com o aumento da importância relativa do passivo de médio e longo prazo na estrutura do passivo do sector.

Em resultado da recuperação do capital próprio e da alteração da estrutura do Passivo, a estrutura financeira do sector melhorou substancialmente, sendo a duplicação do rácio de estrutura patrimonial o sinal mais expressivo desta melhoria.

3.2.2. Cultura

O sector da Cultura integra actualmente três entidades públicas empresariais gestoras de estruturas vocacionadas para o desenvolvimento de actividades artísticas cénicas e musicais:

- Teatro Nacional D. Maria II, EPE;
- Teatro Nacional de S. João, EPE;
- OPART Organismo de Produção Artística, EPE, que gere o Teatro Nacional de São Carlos e a Companhia Nacional de Bailado e integra, ainda, a Orquestra Sinfónica Portuguesa e o coro do Teatro Nacional de S. Carlos.

Quadro 3.2.2.1 Sector da Cultura Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(26.450)	(27.812)	1.362	4,9%
Resultado operacional após subsídios	(634)	(2.530)	1.897	75,0%
Resultado financeiro	(36)	7	(43)	-575,3%
Resultado líquido	(457)	(1.992)	1.535	77,1%
EBITDA	555	(1.406)	1.962	139,5%
Margem EBITDA	6,7%	-17,0%		

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Este sector reflecte o impacte positivo que a contratualização do serviço público pode ter nas empresas e na economia. Por um lado, nota-se o esforço de melhoria que as empresas efectuaram e que se traduziu num aumento de 4,9% dos resultados operacionais, antes de subsídios, e na significativa variação do EBITDA e da margem do EBITDA – que passaram a ser positivos. Por outro lado, nota-se também o esforço adicional do Estado⁹, no âmbito do cumprimento das obrigações contratualizadas do serviço público.

Quadro 3.2.2.2 Sector da Cultura Indicadores de Gestão Operacional

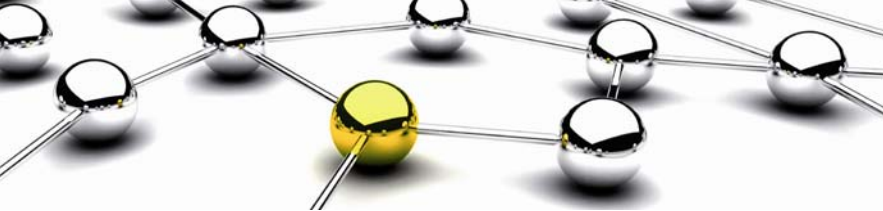
Milhares de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	8.347	8.279	69	0,8%
Custos com pessoal	21.171	19.727	1.445	7,3%
VABcf	22.250	18.946	3.304	17,4%
N.º médio de trabalhadores	588	582	6	1,0%
VABcf per capita	37,8	32,6	5	16,2%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Apesar do contexto económico desfavorável que tradicionalmente se reflecte negativamente na procura de bens artísticos, o volume de negócios - não se incluindo neste indicador as verbas recebidas no âmbito da contratualização de serviço público com o Estado - manteve-se em níveis próximos do exercício anterior.

⁹ No ano de 2009 foram atribuídos apoios financeiros às três entidades, a título de indemnizações compensatórias (M€ 29,4) para o fomento das respectivas actividades. O esforço financeiro do Estado permitiu cobrir os resultados operacionais agregados no período.



A maior contribuição (64%) para o volume de negócios apresentado provém da actividade do Teatro Nacional D. Maria II, entidade que absorve apenas 18% dos subsídios atribuídos às empresas do sector. Fruto da maior procura e produção artística, os subsídios representam menos de metade da totalidade dos proveitos operacionais obtidos pelo Teatro Nacional D. Maria II no exercício. A OPART recebeu, em 2009, 66% dos subsídios atribuídos às empresas do sector, mas em contrapartida aumentou em 15% o número de espectáculos efectuados.

Quadro 3.2.2.3 Sector da Cultura Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Activo líquido	9.616	10.881	(1.265)	-11,6%
Capital próprio	300	1.281	(981)	-76,6%
Interesses minoritários	-	-	-	-
Passivo	9.316	9.600	(283)	-3,0%
Autonomia financeira (%)	3,1%	11,8%		
Solvabilidade (%)	3,2%	13,3%		
Estrutura patrimonial (%)	8,9%	41,8%		

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

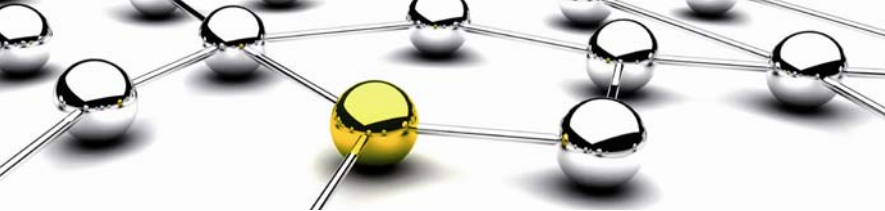
Muito condicionada pela operação de reestruturação dos capitais próprios da sociedade Teatro Nacional D. Maria II, que se traduziu em redução de capital por incorporação de reservas e de resultados transitados negativos, a situação patrimonial global do sector acabou por se ressentir.

3.2.3. Gestão de Infra-estruturas

O sector das Infra-estruturas é responsável pela estruturação das condições de acessibilidade e mobilidade de pessoas e mercadorias no País, e do País com o resto do mundo. Este conjunto integra as empresas gestoras de infra-estruturas aeroportuárias, portuárias, rodoviárias e ferroviárias e tem como objectivo permanente promover a coesão territorial, a melhoria da mobilidade, das acessibilidades nacionais e da conectividade internacional, atenuando a situação periférica do país e das suas regiões no contexto global.

Trata-se de um sector de elevada intensidade de capital, financeiramente alavancado e relativamente exposto às variações das procuras interna e externa e à conjuntura financeira internacional.

Salienta-se que, num ano particularmente difícil - de forte contracção das procuras interna e externa - como foi o de 2009, o sector logrou melhorar o seu desempenho económico, tendo o prejuízo apurado de M€ 75 representado uma diminuição de cerca de M€ 47,8 em relação ao



ano anterior. Porém, expurgando o efeito do resultado líquido da REFER¹⁰ (M€ -226,3) nas contas do sector, o lucro apurado pelas restantes empresas ascendeu a M€ 151,3.

O progresso económico do sector foi determinado pelo comportamento positivo das três componentes do resultado líquido: resultado operacional (M€ +7,6), resultado financeiro (M€ +16) e resultado extraordinário (M€ +39,7). Merece destaque a melhoria de mais de 65% verificada nos resultados operacionais antes de subsídios.

O acréscimo mais que proporcional dos proveitos operacionais (M€ +34,6) face aos custos operacionais (M€ +27) concorreu para a evolução positiva do resultado operacional (M€ +7,6). Neste domínio assume particular destaque os contributos da EP, com o maior crescimento do resultado operacional (M€ +25,9), e da REFER, com o maior agravamento do resultado operacional (M€ -22,5).

A diminuição dos juros suportados com os empréstimos e instrumentos financeiros derivados foi responsável pelo aumento generalizado do resultado financeiro das empresas do sector (M€ +16,0). A ANA (M€ +4,7), a REFER (M€ +3) e a EP (M€ +1,6) foram as empresas que mais contribuíram para a melhoria da performance daquele agregado.

O resultado extraordinário beneficiou da afectação de montantes mais elevados de subsídios de investimentos às demonstrações de resultados de várias empresas, com particular destaque para a REFER (M€ +23,5) e para a APDL (M€ +20,2), na medida que foram as entidades que mais contribuíram para a melhoria do resultado extraordinário.

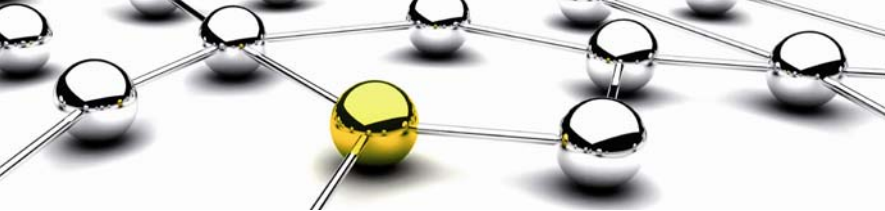
Quadro 3.2.3.1 Sector das Infra-estruturas Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	12.161	7.258	4.903	67,6%
Resultado operacional após subsídios	53.111	45.521	7.590	16,7%
Resultado financeiro	(182.337)	(198.292)	15.955	8,0%
Resultado líquido	(75.009)	(122.794)	47.785	38,9%
EBITDA	625.418	608.280	17.138	2,8%
Margem EBITDA	45,5%	43,2%		

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

¹⁰ A REFER elabora e certifica as suas demonstrações financeiras segundo as normas internacionais de relato financeiro adoptadas na União Europeia, de acordo com as quais a actividade de investimento em infra-estruturas de longa duração, é considerada de forma autónoma. No presente Relatório, com o objectivo de assegurar a harmonização e agregação da informação financeira com as demais empresas públicas, as demonstrações financeiras foram reconstituídas em referencial POC. As contas da REFER referentes a 2009 encontram-se disponíveis no sítio na Internet da empresa www.refer.pt.



Destaca-se ainda a melhoria da eficiência e produtividade do sector, com o EBITDA a crescer 2,8% e um crescimento da margem do EBITDA de 2,3 p.p.. Apesar da redução de 2,6% do volume de negócios do sector, as medidas de optimização operacional permitiram aumentar a produtividade média por trabalhador em cerca de 1,1%.

Quadro 3.2.3.2 Sector das Infra-estruturas Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	1.373.168	1.409.170	(36.002)	-2,6%
Custos com pessoal	461.005	497.412	(36.408)	-7,3%
VABcf	1.075.746	1.117.525	(41.779)	-3,7%
N.º médio de trabalhadores	9.057	9.513	(456)	-4,8%
VABcf per capita	118,8	117,5	1,3	1,1%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

No que se refere à estrutura patrimonial, o sector das Infra-estruturas aumentou o seu activo líquido em M€ 1 674, quando comparado com o ano de 2008, suportado em grande parte pelo aumento do investimento incorpóreo e corpóreo da EP e, em menor dimensão, pelo investimento corpóreo da REFER.

Quadro 3.2.3.3 Sector das Infra-estruturas Estrutura Patrimonial

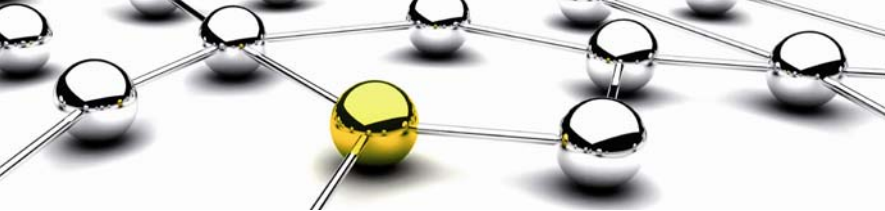
Milhares de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Activo líquido	29.368.102	27.693.715	1.674.388	6,0%
Capital próprio	3.967.808	3.815.822	151.985	4,0%
Interesses minoritários	0	0	0	-
Passivo	25.400.295	23.877.892	1.522.402	6,4%
Autonomia financeira (%)	13,5%	13,8%		
Solvabilidade (%)	15,6%	16,0%		
Estrutura patrimonial (%)	37,6%	32,9%		

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Merece especial menção a variação positiva dos capitais próprios de 4%, devido ao resultado líquido positivo obtido pela generalidade das empresas do sector e aos subsídios de investimento recebidos pela REFER (relativos à missão de Investimento de Longa Duração e que são reconhecidos na demonstração de capitais próprios) que mitigaram o efeito negativo do elevado prejuízo da REFER na posição financeira do sector.

A melhoria da posição financeira não evitou que o passivo global do sector tivesse crescido 6,4%, atingindo o montante de M€ 25 400. Esta evolução acentuou o elevado nível de



alavancagem financeira do sector e enfraqueceu ligeiramente a estrutura financeira global, o que se reflectiu na autonomia financeira e na solvabilidade.

3.2.4. Requalificação Urbana e Ambiental

No período em análise, o sector Requalificação Urbana e Ambiental é constituído por nove empresas, destacando-se o grupo Parque Expo 98, pelo peso relevante que assume a sua actividade no conjunto das empresas do sector. Em 2009, foram constituídas três novas empresas, indicadas no seguinte quadro:

Quadro 3.2.4.1

Requalificação Urbana e Ambiental

Empresas Polis: alterações na carteira

Criação	
Polis Litoral Ria de Aveiro, SA	Decreto-Lei n.º 11/2009, de 12 de Janeiro
Arco Ribeirinho Sul, SA	Decreto-Lei n.º 219/2009, de 8 de Setembro
Polis Litoral Sudoeste, SA	Decreto-Lei n.º 244/2009, de 22 de Setembro

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

Os resultados operacionais apresentaram uma melhoria significativa (superior a 200% para os resultados antes de subsídios), sobretudo devido à actividade do grupo Parque Expo 98, que registou em 2009 uma variação positiva de M€ 13, justificada pelo aumento do volume de negócios e pela reversão de ajustamentos (recuperação de dívidas incobráveis de clientes).

Merece destaque o facto de o resultado operacional antes de subsídios ter passado a ser positivo, reflectindo a melhoria operacional das empresas do sector.

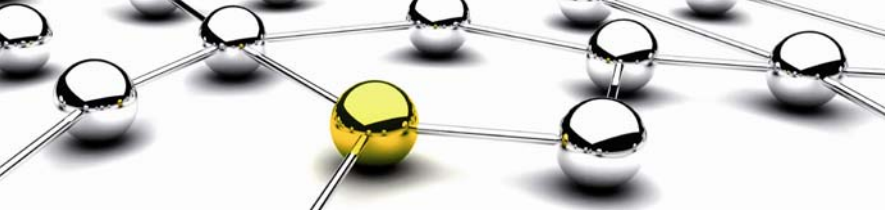
Quadro 3.2.4.2

Requalificação Urbana e Ambiental

Evolução dos Resultados

	Milhares de euros, excepto percentagens			
	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	8.955	(7.935)	16.890	212,9%
Resultado operacional após subsídios	8.956	(3.425)	12.381	361,5%
Resultado financeiro	(6.972)	(20.954)	13.983	66,7%
Resultado líquido	(15.527)	(17.350)	1.823	10,5%
EBITDA	2.994	5.353	(2.359)	-44,1%
Margem EBITDA	6,6%	13,6%		

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas



Também por efeito da redução dos resultados financeiros negativos, o resultado líquido negativo do sector evidencia uma significativa melhoria face ao período anterior (+10,5%), para a qual contribuiu principalmente o grupo Parque Expo 98.

O incremento de 16,4% do volume de negócios neste sector (**Quadro 3.2.4.3**) deve-se particularmente à actividade de gestão de activos desenvolvida pela Parque Expo 98, designadamente no que se refere à exploração e alienação de lotes de terreno e de edifícios. Neste período, a Parque Expo 98 registou um acréscimo de 84% dos proveitos decorrentes das vendas de terrenos, bem como um crescimento de 20% da actividade de concepção e gestão de projectos.

Quadro 3.2.4.3 **Requalificação Urbana e Ambiental** **Indicadores de Gestão Operacional**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	45.669	39.241	6.428	16,4%
Custos com pessoal	14.954	14.178	775	5,5%
VABcf	15.818	21.157	(5.339)	-25,2%
N.º médio de trabalhadores	312	292	20	6,8%
VABcf per capita	50,7	72,5	(21,8)	-30,0%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

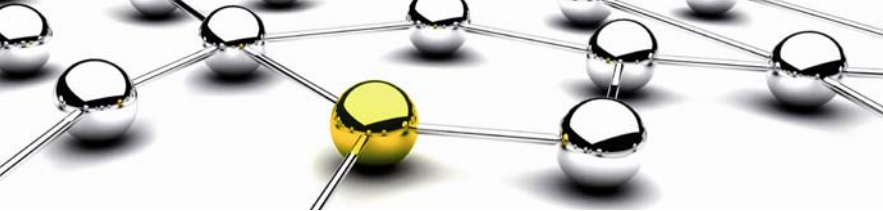
Os custos com pessoal registaram um aumento de 5,5%, em parte devido ao aumento registado na Parque Expo 98 de cerca de 2,8% face ao ano anterior. Refira-se que esta empresa teve um aumento de 3,9% do número médio de colaboradores, e um decréscimo no custo médio por colaborador de 1,1%.

Quadro 3.2.4.4 **Requalificação Urbana e Ambiental** **Estrutura Patrimonial**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Activo líquido	733.145	726.050	7.096	1,0%
Capital próprio	146.105	103.472	42.632	41,2%
Interesses minoritários	-	(16.214)	16.214	100,0%
Passivo	587.041	638.791	(51.751)	-8,1%
Autonomia financeira (%)	19,9%	14,3%		
Solvabilidade (%)	24,9%	16,2%		
Estrutura patrimonial (%)	58,6%	63,5%		

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas



O aumento do capital próprio do sector deve-se essencialmente à criação da Polis Ria de Aveiro e à evolução favorável dos capitais próprios da Polis Litoral Norte.

No que se refere ao passivo, este registou uma evolução favorável, devido essencialmente ao facto de o endividamento bancário do grupo Parque Expo 98 ter diminuído de forma progressiva e consistente nos últimos anos, reflectindo-se positivamente nos indicadores de autonomia financeira e de solvabilidade do sector. Saliente-se que nos exercícios de 2005 a 2009, a dívida bancária do grupo Parque Expo 98 registou uma diminuição superior a M€ 339, situando-se nos M€ 273 no final de 2009.

3.2.5. Serviços de Saúde

Assinale-se que os dados do sector da Saúde nos dois exercícios não são comparáveis, porque, por um lado, foram criadas novas entidades públicas empresariais em 2009 (Centros Hospitalares do Barreiro e Montijo e de Entre o Douro e Vouga e Hospital Magalhães Lemos), por outro lado, o Hospital Professor Doutor Fernando da Fonseca, embora criado no final de 2008, só iniciou actividade como EPE em 2009, e finalmente, porque algumas entidades criadas em 2008 tiveram, em 2009, o primeiro ano completo de actividade, reflectindo-se as diferenças de períodos de actividade em cada ano na variação do volume de negócios e dos custos com pessoal.

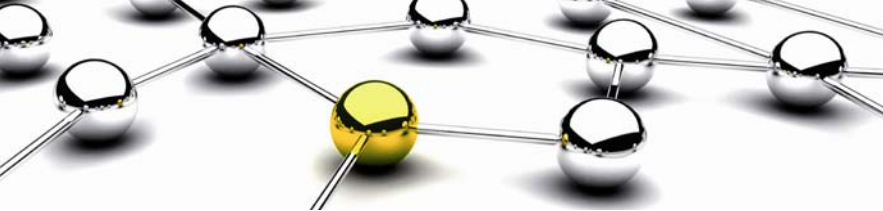
Como acima foi referido, em 2009 foram criadas três novas entidades públicas empresariais no sector da Saúde, algumas delas sucedendo, ou agrupando, entidades do Sector Público Administrativo (SPA) e/ou empresas já existentes, o que se traduziu num acréscimo líquido de apenas uma entidade face às existentes em 31 de Dezembro de 2008. No final do exercício de 2009, o sector era constituído por 39 empresas (ver [Anexo 8.1](#))¹¹.

Destas transformações e agregações resultou a extinção das anteriores unidades de saúde, conforme se constata no [Quadro 3.2.5.1](#):

Quadro 3.2.5.1
Sector da Saúde
Listagem de unidades de saúde transformadas em Hospitais E.P.E.

Designação	Unidades agregadas / Antiga designação	Legislação
Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga, EPE	Agregou o Hospital de S. Sebastião, EPE, Hospital Distrital de São João da Madeira e Hospital de São Miguel - Oliveira de Azeméis	DL n.º 27/2009, de 27 de Janeiro
Hospital Magalhães de Lemos, EPE	Hospital Magalhães de Lemos	
Centro Hospitalar Barreiro / Montijo, EPE	Agregou o Hospital Nossa Senhora do Rosário, EPE e Hospital do Montijo	DL n.º 280/2009, de 6 de Outubro

¹¹ Em resultado das alterações verificadas neste sector de actividade, as comparações em termos de indicadores económicos e financeiros realizadas neste documento, quando nada seja dito em contrário, devem ter em consideração as referidas transformações.



As entidades que compõem este sector apresentam dimensões bastante variadas. Assim, por exemplo, verificou-se que, em 2009, o activo líquido destas empresas apresentou valores entre M€535 (Centro Hospitalar Lisboa Norte, E.P.E.) e M€15 (Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.) e que o volume de negócio dessas mesmas entidades oscilou entre os M€ 354 e M€ 23 respectivamente.

O resultado líquido agregado do sector registou, no exercício de 2009, um agravamento de 28% relativamente ao exercício anterior, para o qual contribuiu a variação desfavorável verificada em cinco entidades¹², que ascendeu a M€ 142,1.

Quadro 3.2.5.2 Saúde Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(355.901)	(313.062)	(42.839)	-13,7%
Resultado operacional após subsídios	(296.699)	(263.349)	(33.350)	-12,7%
Resultado financeiro	3.740	34.700	(30.960)	-89,2%
Resultado líquido	(267.029)	(208.234)	(58.795)	-28,2%
EBITDA	(122.666)	(104.667)	(17.999)	-17,2%
Margem EBITDA	-2,7%	-2,9%		

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O resultado financeiro agregado das empresas do sector piorou, em resultado, na sua maioria, dos juros da dívida e de mora devidos pelos adiantamentos efectuados pelo Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do SNS.

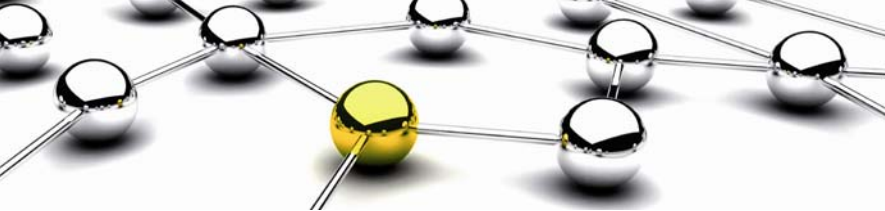
Quadro 3.2.5.3 Saúde Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	4.517.018	3.593.223	923.795	25,7%
Custos com pessoal	2.643.276	2.150.278	492.998	22,9%
VABcf	2.352.847	1.882.723	470.124	25,0%
N.º médio de trabalhadores	87.763	81.993	5.770	7,0%
VABcf per capita	26,8	23,0	3,8	16,8%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

¹² Centro Hospitalar do Porto E.P.E., Centro Hospitalar de Lisboa Central E.P.E., Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., Centro Hospitalar de Setúbal e Hospital Garcia de Orta, E.P.E.



O crescimento do volume de negócios explica-se essencialmente pela integração e criação, no universo das EPE, das unidades descritas anteriormente. Pela mesma razão, registou-se um agravamento nas rubricas de custos com o pessoal (22,9%), custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas (22,7%) e fornecimentos e serviços externos (33,5%).

Note-se que ainda assim foi possível melhorar significativamente a produtividade do universo dos hospitais EPE, que viu o VAB_{cf} *per capita* subir 16,8%.

A integração e criação de novas entidades explicam o acréscimo do activo líquido e do passivo agregados do sector. Relativamente ao capital próprio, o acréscimo verificado resultou do facto do Estado, através da DGTF e do Ministério da Saúde, ter subscrito e realizado aumentos de capital, nos Hospitais E.P.E., no montante global de M€ 263,4¹³ (ver **Quadro 6.2.1**).

Quadro 3.2.5.4 Saúde Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Activo líquido	5.334.304	3.882.523	1.451.781	37,4%
Capital próprio	1.416.770	1.329.703	87.068	6,5%
Interesses minoritários	-	-	-	-
Passivo	3.917.534	2.552.821	1.364.713	53,5%
Autonomia financeira (%)	26,6%	34,2%		
Solvabilidade (%)	36,2%	52,1%		
Estrutura patrimonial (%)	92,5%	97,3%		

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

3.2.6. Serviços de Utilidade Pública

Este sector contava, em 2009, com participações directas do Estado em sociedades *holding* que encabeçam dois grupos económicos: AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA (8,82%) e CTT - Correios de Portugal, SA (100%). Apesar deste sector ser constituído apenas pelas duas entidades mencionadas, ambas são empresas-mãe de grupos que integram participações em 58 empresas (46 da AdP e 12 dos CTT).

¹³ Foram realizados através da DGTF aumentos de capital no montante de M€ 188,4 e pelo Ministério da Saúde no valor de M€ 75.

Quadro 3.2.6.1 Serviços de Utilidade Pública Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	139.693	153.072	(13.379)	-8,7%
Resultado operacional após subsídios	140.691	153.593	(12.902)	-8,4%
Resultado financeiro	(60.179)	(86.977)	26.798	30,8%
Resultado líquido	96.525	121.128	(24.604)	-20,3%
EBITDA	411.850	412.137	(287)	-0,1%
Margem EBITDA	28,1%	28,2%		

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O resultado líquido agregado, embora positivo, registou uma redução de 20,3% relativamente ao exercício anterior, devido, essencialmente, ao impacto da redução do resultado operacional, o qual sofreu o efeito da quebra da actividade postal dos CTT, que diminuiu 14%.

Merece referência especial a melhoria substancial dos resultados financeiros, embora negativos, em consequência da diminuição das taxas de juro do passivo de financiamento da AdP, que passaram, em média, de 4,7% em 2008 para 1,4% em 2009.

Importa referir que o resultado líquido da AdP contém um efeito favorável bruto de M€ 33,7 (M€ 41,6 em 2008) relativo a desvios tarifários que resultam da diferença entre o montante necessário para a cobertura de encargos elegíveis para a formação das tarifas e o montante efectivamente arrecadado pelas concessionárias.

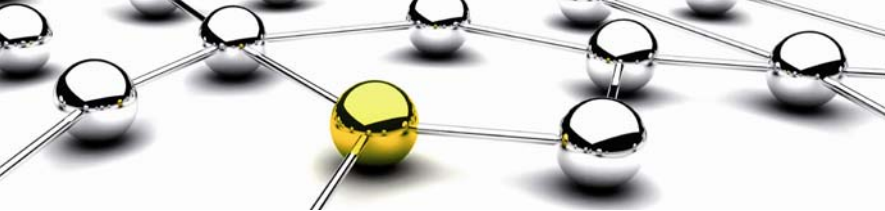
O grupo CTT apurou um lucro líquido consolidado de M€ 50,6, o que constitui uma ligeira redução face ao ano anterior, motivada essencialmente pela quebra da actividade (-4,6% no volume de negócios).

Quadro 3.2.6.2 Serviços de Utilidade Pública Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	1.465.304	1.459.473	5.831	0,4%
Custos com pessoal	570.252	563.391	6.861	1,2%
VABcf	982.371	971.187	11.184	1,2%
N.º médio de trabalhadores	20.945	20.944	1	0,0%
VABcf per capita	46,9	46,4	0,5	1,1%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas



Não obstante as razões anteriormente expostas, a análise dos indicadores de actividade operacional do sector permite constatar a estabilização do volume de negócios, dos custos com pessoal e do número médio de trabalhadores. Destaca-se, no entanto, a melhoria da produtividade média por trabalhador, a qual registou um incremento de 1,1%.

O activo líquido consolidado do sector registou, em 2009, um acréscimo de M€ 241,5 (**Quadro 3.2.6.3**), reflectindo, sobretudo, o esforço de investimento na AdP, cujo activo corpóreo cresceu M€ 334,3, correspondentes a um aumento de 8,2%. No que se refere aos CTT, a variação negativa de M€ 172,4 resulta, em grande medida, da redução de caixa e seus equivalentes (M€ -106,4) e do crédito a clientes (M€ -21,6).

Em contrapartida, o passivo também registou um aumento aproximadamente equivalente, resultante exclusivamente do acréscimo de endividamento da AdP de M€ 373,1, o qual mais que compensou o decréscimo do passivo de M€ 146 dos CTT.

Quadro 3.2.6.3 **Serviços de Utilidade Pública** **Estrutura Patrimonial**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Activo líquido	7.138.399	6.896.856	241.543	3,5%
Capital próprio	755.546	745.005	10.541	1,4%
Interesses minoritários	218.741	214.892	3.849	1,8%
Passivo	6.164.113	5.936.959	227.153	3,8%
Autonomia financeira (%)	10,6%	10,8%		
Solvabilidade (%)	12,3%	12,5%		
Estrutura patrimonial (%)	59,3%	54,3%		

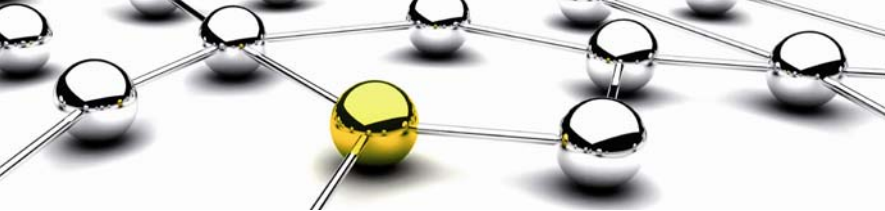
Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O aumento registado nos capitais próprios ficou a dever-se exclusivamente à AdP (M€ +37,2), uma vez que nos CTT, aqueles registaram um decréscimo de M€ -26,7.

Sublinhe-se ainda que os rácios de autonomia financeira, solvabilidade e estrutura patrimonial se apresentam estáveis.

3.2.7. Transportes

O sector de transporte público colectivo de passageiros é constituído por cinco empresas totalmente detidas pelo Estado (a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA; a CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EPE, o Metropolitano de Lisboa, EPE; a STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA e a Transtejo - Transportes do Tejo, SA), bem como participações maioritárias na MM - Metro do Mondego, SA, onde o Estado detém, conjuntamente com a REFER e a CP, 58% do respectivo capital, e na MP - Metro do Porto, SA



(MP), em que a participação do Estado, em 31 de Dezembro de 2009, conjuntamente com a CP e com a STCP, era de 60%.

Apesar do aumento dos subsídios à exploração/indemnizações compensatórias, as empresas do sector público de transportes registaram um agravamento do prejuízo de exploração de M€ 25,7, em resultado da deficiente adequação dos custos operacionais à redução da procura e à quebra da receita média por passageiro transportado.

Os resultados financeiros negativos, que ascenderam a M€ 318,4 em 2009, revelaram um agravamento de cerca de M€ 23,7 relativamente ao ano anterior, explicado maioritariamente pelo acréscimo de encargos financeiros da CP, da ML e da MP, em consequência do acréscimo de endividamento remunerado verificado naquelas três empresas.

Como corolário da deterioração dos resultados operacional e financeiro, o prejuízo do sector agravou-se em M€ 50,2 e aproximou-se de M€ 582 no final do ano, tendo a generalidade das empresas registado resultados líquidos negativos. Cerca de 87% do resultado líquido global esta concentrado na CP, na ML e na MP, que registaram prejuízos de M€ 217, de M€ 149 e de M€ 138, respectivamente.

Apesar das melhorias registadas na CP, na Transtejo e STCP, com incrementos de M€ 4,6, de M€ 2,7 e M€ 2,1, respectivamente, o EBITDA agregado das empresas do sector foi negativo e acentuou-se, em 2009, a incapacidade da exploração do sector para libertar meios líquidos.

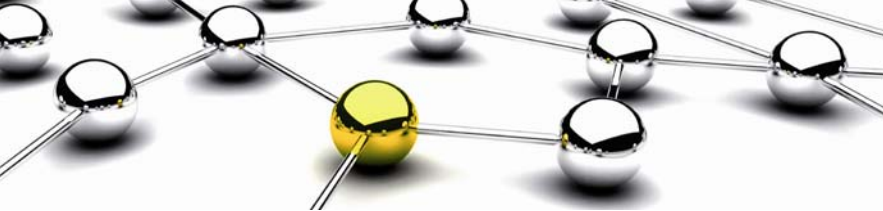
Quadro 3.2.7.1 Transportes Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(449.347)	(402.393)	(46.955)	-11,67%
Resultado operacional após subsídios	(286.510)	(260.811)	(25.699)	-9,85%
Resultado financeiro	(318.389)	(294.700)	(23.689)	-8,04%
Resultado líquido	(582.456)	(532.280)	(50.176)	-9,4%
EBITDA	(88.766)	(70.753)	(18.013)	-25,46%
Margem EBITDA	-17,6%	-13,0%		

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

A generalidade das empresas de transporte reduziu o seu número médio de trabalhadores, que caiu em média 7%. No entanto, aquela redução não teve correspondência nos custos com o pessoal que se elevaram em cerca de 3,2%. A destacar pela positiva o aumento da produtividade média *per capita* do sector de aproximadamente 4,8%.



Quadro 3.2.7.2 **Transportes** **Indicadores de Gestão Operacional**

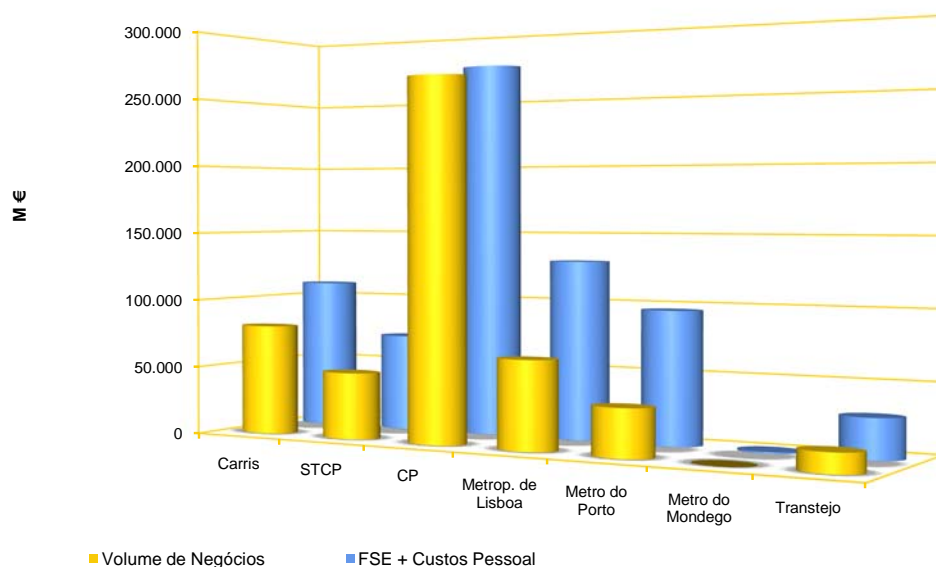
Milhares de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	504.517	545.334	(40.817)	-7,5%
Custos com pessoal	364.235	352.994	11.241	3,2%
VABcf	303.274	311.228	(7.954)	-2,6%
N.º médio de trabalhadores	10.411	11.194	(783)	-7,0%
VABcf per capita	29,1	27,8	1,3	4,8%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Da estrutura de custos das empresas que integram o sector de transportes, ressaltam os custos directos de produção (fornecimentos e serviços externos e custos com o pessoal) que representam cerca de 50% da totalidade dos custos.

Gráfico 3.2.7.1
Transportes
Peso dos FSE e Custos c/ Pessoal sobre Proveitos em 2009



O gráfico supra ilustra a insuficiência dos proveitos de exploração para cobrir os custos com fornecimentos e serviços externos e com o pessoal, com particular destaque para as insuficiências da MP e da ML, reveladoras da singularidade destas empresas que desenvolvem simultaneamente actividades de gestor de infra-estruturas e de operador de transportes.

Quadro 3.2.7.3 Transportes Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Activo líquido	7.865.715	7.281.435	584.280	8,0%
Capital próprio	(3.813.848)	(3.238.219)	(575.629)	-17,8%
Interesses minoritários	-	-	-	-
Passivo	11.679.562	10.519.654	1.159.909	11,0%
Autonomia financeira (%)	-48,5%	-44,5%		
Solvabilidade (%)	-32,7%	-30,8%		
Estrutura patrimonial (%)	76,9%	74,4%		

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

No que respeita à estrutura patrimonial o sector dos transportes aumentou o seu activo líquido de M€ 584 em relação ao ano transacto, suportado em grande parte pelo substancial aumento do capital circulante da CP e pelo investimento corpóreo, especialmente da ML e da MP.

Os capitais próprios do sector tiveram uma variação negativa de 17,8%, expressa na generalidade das empresas do sector, com especial destaque para a CP (M€ -220) e CARRIS (M€ -122). Em termos absolutos a variação dos capitais próprios é inferior ao prejuízo apurado, em resultado do reconhecimento na demonstração de capitais próprios dos subsídios ao investimento recebidos pela MP e pela ML.

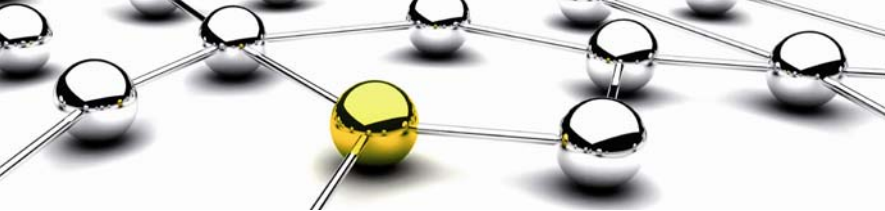
O passivo global do sector cresceu 11%, elevando-se o seu montante a M€ 11 680 (M€ +1 160 que em 2008). Este crescimento encontra-se ancorado no aumento das dívidas de terceiros de médio e longo prazo (empréstimos obrigacionista e bancários), com especial destaque para a ML, a CP e a MP, que em conjunto são responsáveis por cerca de 92% do aumento da dívida remunerada do sector.

O rácio de estrutura patrimonial evidencia uma ligeira melhoria da cobertura do activo fixo por capitais permanentes, que é essencialmente assegurada por capitais alheios de médio e longo prazo.

3.2.8. PARPÚBLICA

A actividade da PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS), S.A. (PARPÚBLICA), tem sido focalizada, desde a sua constituição, na gestão de participações sociais que integrem o seu património e na intervenção no desenvolvimento de processos de privatização no quadro da Lei n.º 11/90, de 5 de Abril (Lei Quadro das Privatizações), bem como na gestão de activos imobiliários do Estado.

Desde 2008, o Grupo PARPÚBLICA encontra-se organizado em *sub-holdings*, com destaque para a Capitalpor (100%), destinada a agrupar as participações sujeitas à Lei Quadro das



Privatizações, a Parcaixa (49%), a AdP (72,2%), a ANA (68,6%), a TAP (100%) e a Sagestamo (100% - participações sociais imobiliárias). A PARPÚBLICA detém ainda participações directas em sociedades com relevante interesse económico, tais como a EDP (8,9%¹⁴), a GALP - Energia (7%), a REN (3,9%¹⁵) e a INCM (100%).

O universo PARPÚBLICA, reflectido nas demonstrações financeiras consolidadas, engloba 77 entidades subsidiárias e 19 associadas.

Em 2009 há a registar a entrada, na carteira da PARPÚBLICA, de acções da REN adquiridas à CGD e de participações nas empresas HCB e SPE, transferidas da carteira do Tesouro, como compensação de receitas de privatização (cerca de M€ 168) da EDP e da REN entregues ao Estado em 2007 e 2008.

A gestão de activos imobiliários contempla a aquisição, alienação, arrendamento e intervenção em operações urbanísticas, sendo de assinalar, neste domínio, o prosseguimento da operação de reestruturação e requalificação urbana designada por Arco Ribeirinho Sul, destinada a reconverter antigas zonas industriais da margem sul do Tejo na região da Grande Lisboa, tendo para o feito sido constituída a sociedade Baía do Tejo, SA através de um processo de fusão por incorporação da SNESGES, da Urbindústria e da Quimiparque.

Assim, a evolução dos resultados do grupo constante do quadro seguinte decorre, por um lado, da gestão de participações financeiras e, por outro, da gestão do património imobiliário.

Quadro 3.2.8.1 Parpública Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

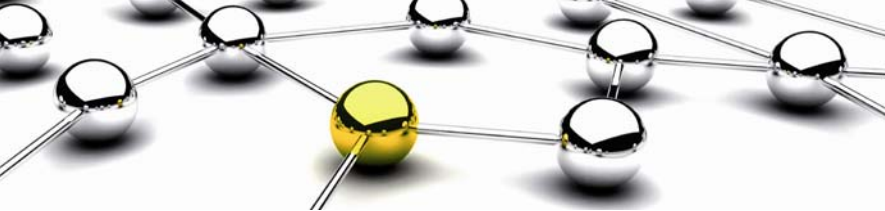
	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	477.714	100.632	377.082	374,7%
Resultado operacional após subsídios	491.507	120.780	370.727	306,9%
Resultado financeiro	(77.317)	(307.996)	230.679	74,9%
Resultado líquido	506.643	(179.725)	686.368	381,9%
EBITDA	968.084	591.929	376.155	63,5%
Margem EBITDA	30,1%	17,5%		

Fonte: SIRIEF / Relatório e contas consolidado

Merece especial menção o crescimento do EBITDA, que atingiu quase mil milhões de euros, tendo a margem de EBITDA crescido 12,6 p.p..

¹⁴ 20,72% incluindo a participação detida pela Capitalpor.

¹⁵ 49,9% incluindo a participação detida pela Capitalpor.



Ao nível das participações sociais, principais responsáveis pela assinalável recuperação nos resultados do grupo em 2009, ressalta o expressivo ganho escritural apurado com a valorização de obrigações permutáveis e respectivo activo subjacente (EDP) e o facto das participadas do segmento de actividades aeronáuticas (Grupo TAP e ANA) terem registado melhorias significativas nos resultados (EBITDA superior em M€317,4).

Relativamente ao segmento de gestão e promoção imobiliária, afectado pela evolução do mercado imobiliário e da economia, há a referir a queda na venda de imóveis e o incremento dos arrendamentos. O património imobiliário (M€ 1 392) manteve-se estável, sem apreciável redução do seu valor de mercado. Cerca de 61% deste património destina-se a reconversão urbanística, 26% está arrendado ou para arrendamento e 11% está disponível para venda.

Os indicadores de gestão operacional a seguir referidos evidenciam uma ligeira redução no volume de negócios do Grupo, associada às actividades aeronáuticas e de águas e resíduos, e uma relativa estabilidade nos custos com o pessoal e no volume de emprego.

Merece particular atenção o importante crescimento registado no VAB_{cf} *per capita* (+26%), o qual é justificado, em grande medida, pela redução de 20% dos custos operacionais.

Quadro 3.2.8.2 Parpública Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	3.215.633	3.384.996	(169.363)	-5,00%
Custos com pessoal	803.457	797.669	5.788	0,7%
VAB_{cf}	1.458.082	1.187.569	270.513	22,8%
N.º médio de trabalhadores	16.392	16.818	(426)	-2,5%
VAB _{cf} per capita	89,0	70,6	18,3	26,0%

Fonte: SIRIEF / Relatório e contas consolidado

Os indicadores económico-financeiros insertos no quadro seguinte reflectem níveis consideráveis de solvabilidade e autonomia financeira.

De notar que, tendo em conta as características dos contratos de concessão do grupo AdP, estão reconhecidos no activo líquido do grupo PARPÚBLICA activos intangíveis relativos a direitos de utilização de infra-estruturas, no montante de M€3 370,5.

Quadro 3.2.8.3 Parpública Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Activo líquido	17.224.558	16.158.074	1.066.484	6,6%
Capital próprio	3.602.237	3.144.236	458.001	14,6%
Interesses minoritários	516.870	487.880	28.990	5,9%
Passivo	13.105.451	12.525.958	579.493	4,6%
Autonomia financeira (%)	20,9%	19,5%		
Solvabilidade (%)	27,5%	25,1%		
Estrutura patrimonial (%)	97,3%	105,5%		

Fonte: SIRIEF / Relatório e contas consolidado

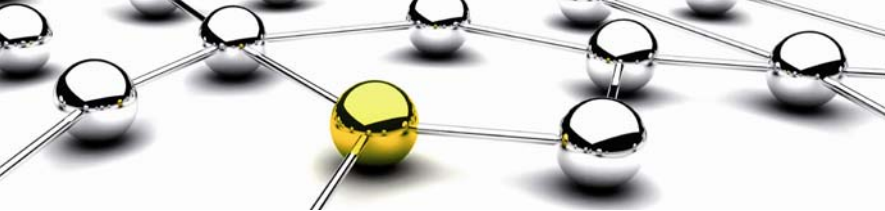
O segmento de águas e resíduos (Grupo AdP), o mais representativo em valores de activos (36%), detém um passivo significativo (40,6% do total do Grupo PARPÚBLICA), sendo de assinalar a existência de novos contratos de financiamento com o Banco Europeu de Investimentos (M€ 652). O equilíbrio económico e financeiro do segmento está muito dependente da revisão dos estudos de viabilidade dos sistemas multi-municipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, actualmente em curso.

A empresa-mãe procedeu, em 2009, à consolidação do seu passivo de financiamento, o qual ascendia a M€ 3 714 em 31 de Dezembro de 2009.

4. EMPRESAS PÚBLICAS FINANCEIRAS

Tendo por base o quadro legal e o referencial contabilístico das sociedades financeiras, poder-se-ia integrar neste grupo, para além do Grupo Caixa Geral de Depósitos, S.A., a SOFID, Sociedade Financeira para o Desenvolvimento, SA (activo em 31 de Dezembro de 2009: M€ 28,4, Produto bancário em 2009: M€ 5,2), que visa garantir apoio financeiro às empresas que actuam em mercados emergentes e estejam em processo de internacionalização direccionado para o desenvolvimento sustentado de países menos desenvolvidos, e a PME – Investimentos – Sociedade de Investimentos, SA (activo em 31 de Dezembro de 2009: M€ 12,1, Proveitos operacionais: M€ 0,3), cuja missão é promover a dinamização e o alargamento da oferta de financiamento a PME, designadamente através da gestão de instrumentos de refinanciamento e de partilha de risco¹⁶.

¹⁶ No âmbito das participações no sector financeiro poder-se-ia ainda incluir o BPN – Banco Português de Negócios, SA, cujas acções foram nacionalizadas pela Lei n.º 62-A/2008, de 11 de Novembro, mas quer as circunstâncias peculiares que determinaram a sua inclusão no SEE quer o carácter transitório dessa inclusão, levaram a que a empresa fosse considerada na chamada “Carteira Acessória”, não cabendo, por isso, na análise constante do presente relatório.



Contudo, a exiguidade, em termos comparativos, dos volumes de actividade e dos patrimónios de ambas, não aconselha o tratamento integrado destas entidades com o Grupo Caixa Geral de Depósitos.

4.1. Grupo Caixa Geral de Depósitos

O Grupo CGD manteve em 2009 posições de liderança nas principais áreas de actuação, quer na actividade bancária, quer na actividade seguradora, sectores nos quais ocupa o 1.º lugar no *ranking* de quotas de mercado. Com um capital social de M€ 4 500 e um activo líquido consolidado, em 31 de Dezembro de 2009, de M€ 120 985, o grupo é liderado pela CGD, SA, sociedade directa e inteiramente detida pelo Estado.

Quadro 4.1.1
Grupo CGD
Activo Líquido Consolidado

Milhões de euros, excepto percentagens

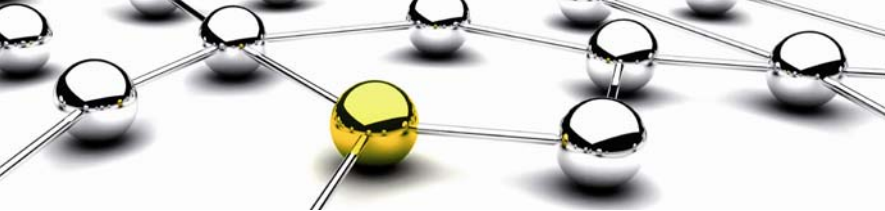
Empresas do Grupo	2009	
	Valor	Estrutura
Caixa Geral de Depósitos	91.355	75,5%
Caixa - Seguros e Saúde	12.668	10,5%
Banco Caixa Geral (Espanha)	4.474	3,7%
BNU - Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	2.204	1,8%
Caixa - Banco de Investimento	1.763	1,5%
Caixa Leasing e Factoring	3.498	2,9%
Banco Comercial Atlântico (Cabo Verde)	576	0,5%
Banco Comercial e de Investimentos (Moçambique)	759	0,6%
Outras empresas do Grupo	3.688	3,0%
Activo Líquido Consolidado	120.985	100,0%

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2009

Em 2009, a quota de mercado do Grupo CGD na concessão de crédito a clientes foi de 20,5% e na captação de depósitos de 29,2% do mercado nacional, ocupando, em ambos os casos, o 1.º lugar. Nos seguros, a quota de mercado do ano atingiu 30,3%, distribuído pelos ramos Vida e Não-Vida, com 31,2% e 28,1% respectivamente, sendo igualmente líder do mercado português.

A carteira de participações financeiras do Grupo CGD incluía, no final de 2009, um conjunto relevante de empresas, algumas com forte influência no mercado de capitais, designadamente a ZON Multimédia (17,4%), a Portugal Telecom (7,3%), a EDP (5,7%), a Galp Energia (1,9%), a REN (1,1%) e o Banco Comercial Português (2,7%). Nesta carteira figura também uma participação de 51% na Parcaixa, sociedade na qual a PARPÚBLICA participa em 49%.

O número de agências bancárias do grupo passou de 1 223 em 2008 para 1 273 em 2009. O número total consolidado de empregados do grupo ascendeu em 2009 a 22 237, registando um acréscimo de 6,6% relativamente ao ano anterior.



Os resultados por segmentos de negócio divulgados (**Quadro 4.1.2**), revelam que todas as actividades registaram resultados inferiores ao exercício anterior, com excepção da banca de investimento.

Quadro 4.1.2
Grupo CGD
Resultados por segmentos

Milhões de euros, excepto percentagens

Segmentos de negócio	2009		2008		Variação	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Absoluta	%
Banca comercial nacional	143	51,2%	311	67,7%	(168)	-54,1%
Banca de investimento	49	17,4%	6	1,4%	42	683,0%
Actividade internacional	74	26,5%	88	19,1%	(14)	-15,9%
Seguros e saúde	9	3,4%	12	2,7%	(3)	-24,3%
Outros	4	1,6%	42	9,1%	(37)	-89,6%
Resultado Líquido Consolidado atribuível ao accionista da CGD	279	100,0%	459	100,0%	(180)	-39,2%

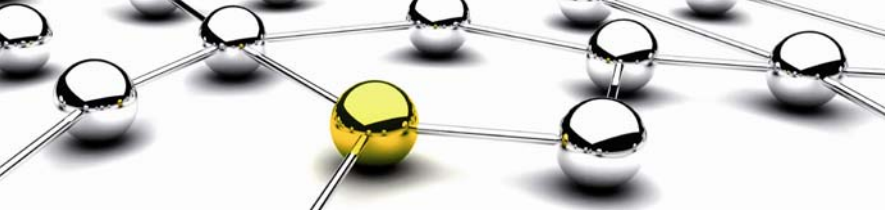
Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2009

a) Actividade Bancária

O desempenho da actividade bancária do Grupo CGD estendeu-se por quatro áreas de actuação: a banca comercial, a banca de investimento e capital de risco, a gestão de activos e o crédito especializado (*leasing* e *factoring*).

Em consequência da conjuntura económica e financeira desfavorável, o segmento da banca comercial nacional evoluiu de forma negativa em 2009. O produto da actividade bancária em Portugal decresceu 29,2%. Em contrapartida, registaram-se aumentos deste indicador na actividade bancária internacional e na banca de investimento. Refira-se, ainda, que no ano de 2009, o volume de negócios da banca de retalho cresceu 5,5% em Portugal, e o crédito a clientes registou, igualmente um aumento de aumento de 2,8%.

No Grupo CGD, o saldo consolidado do crédito a clientes totalizou M€ 79 628. O segmento de crédito a particulares representou a maior fatia, com destaque para o crédito destinado a aquisição de habitação.



Quadro 4.1.3 Grupo CGD Saldo de Crédito a Clientes

Milhões de euros, excepto percentagens

Segmentos	2009		Variação 09/08 (%)
	Valor	Estrutura	
Particulares	40.532	50,9%	4,5%
Empresas	36.055	45,3%	1,1%
Sector Público Administrativo	3.041	3,8%	1,2%
Total	79.628	100,0%	2,8%

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2009

Em termos internacionais e no domínio da actividade bancária, o Grupo CGD ocupa a 103.^a posição (99.^a em 2008), de acordo com o critério do volume de activos, enquanto em termos de volume de capitais próprios, a sua posição no *ranking* mundial subiu para a 126.^a posição (128.^a em 2008).

b) Actividade seguradora

A actividade seguradora do Grupo CGD é exercida, essencialmente, através de 4 companhias de seguros. O Grupo desenvolve ainda um conjunto de actividades complementares dos seguros, designadamente na área da saúde.

O exercício de 2009 caracterizou-se por uma redução (M€ -29,1) no produto da actividade do sector segurador. O produto do ramo vida gerou mais M€ 91,0 que no ano anterior, em detrimento do ramo não vida cujo produto decresceu M€ 120,1.

c) Situação económica e financeira

O resultado líquido consolidado do Grupo CGD foi de M€ 304 (**Quadro 4.1.4**), (M€ -201 que no ano anterior) reflectindo, sobretudo, o contributo da margem financeira alargada com M€ 1 641, a qual registou um decréscimo de -25,4%. A margem técnica da actividade seguradora registou uma quebra de apenas 4,6% e a margem complementar manteve-se estável, observando-se até um ligeiro aumento.

Contudo, a diminuição registada no resultado líquido consolidado (-39,2%) traduz não só a redução da margem financeira alargada (M€ -560,1), mas também o montante das perdas por imparidade verificadas no crédito e noutros activos (M€ -676,1), o qual, embora muito menor que em 2008, provocou um impacto nos resultados líquidos.

Quadro 4.1.4 Grupo CGD CGD, S.A. - Evolução dos Resultados Consolidados

Milhões de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Margem financeira alargada	1.641	2.201	(560)	-25,4%
Margem complementar	867	845	22	2,6%
Margem técnica - actividade seguradora	491	515	(24)	-4,6%
Produto da actividade	2.999	3.561	(562)	-15,8%
Custos operativos	(1.936)	(1.839)	(98)	-5,3%
Provisões e imparidade	(684)	(1.091)	407	37,3%
Resultados em empresas associadas	(4)	30	(35)	-114,5%
Impostos correntes e diferidos	(70)	(157)	86	55,2%
Resultado Líquido Consolidado	304	505	(201)	-39,8%
Atribuível a interesses minoritários	25	46	(21)	-45,1%
Atribuível ao accionista da CGD	279	459	(180)	-39,2%

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2009

Sublinhe-se a evolução positiva dos custos com o pessoal *per capita* (-2,7%), apesar do continuado aumento do número de efectivos (+1 368) e do número de balcões (+17 em Portugal e +33 no estrangeiro). Contudo, o Produto da actividade *per capita* registou uma quebra de m€ 3,6. (Quadro 4.1.5).

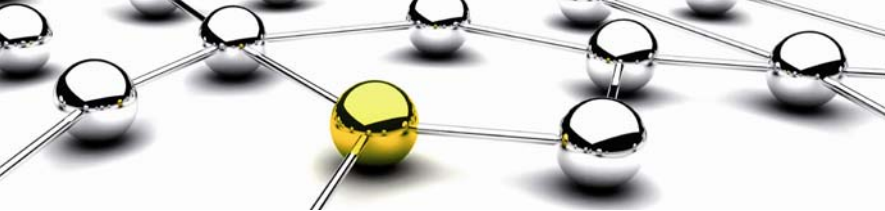
Quadro 4.1.5 Grupo CGD Indicadores de Gestão Operacional

Milhões de euros, excepto percentagens, n.º de agências e n.º de trabalhadores

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Custos com Pessoal	1.040	1.004	37	3,6%
N.º de Agências	1.273	1.223	50	4,1%
Portugal	848	831	17	2,0%
Estrangeiro	425	392	33	8,4%
Produto da actividade	2.999	3.561	(562)	-15,8%
N.º de Trabalhadores	22.237	20.869	1.368	6,6%
Instituições bancárias	14.286	13.897	389	2,8%
Seguradoras	3.458	3.433	25	0,7%
Outras actividades	4.493	3.539	954	27,0%
Custos com pessoal <i>per capita</i>	0,0468	0,0481	(0,001)	-2,7%
Produto da actividade <i>per capita</i>	0,1349	0,1706	(0,036)	-21,0%

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2009

Conforme se observa no Quadro 4.1.6, o activo líquido consolidado do Grupo ascendeu a M€ 120 985, representando um crescimento de 8,9% relativamente ao período anterior. Para



esta evolução contribuiu, fundamentalmente, o aumento verificado em activos financeiros disponíveis para venda (+18,5%) e nas aplicações em instituições de crédito (+50,4%)¹⁷. Cerca de 75% dos activos financeiros estão classificados como “disponível para venda” por não serem considerados estratégicos.

Os capitais próprios totalizaram M€ 7 157, tendo aumentado M€ 1 673, sobretudo, devido a um novo aumento no capital social da CGD, SA, por parte do accionista Estado, no montante de M€ 1 000, mas também devido ao facto das reservas de justo valor se terem tornado menos negativas (M€ +542,1).

A merecer destaque, o reforço da solvabilidade do Grupo CGD, notório quer através do aumento do rácio *Tier I*, que no final de 2009 já se situava em 8,5%, quer no aumento do rácio de solvabilidade para 12,6%.

Quadro 4.1.6 Grupo CGD Estrutura Patrimonial

Milhões de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Activo líquido	120.985	111.060	9.925	8,9%
Capitais próprios	7.157	5.484	1.673	30,5%
Recursos alheios	70.735	67.080	3.655	5,4%
Exigibilidades diversas	43.093	38.496	4.597	11,9%
TIER 1 (Banco de Portugal)	8,5%	7,0%	-	-
Solvabilidade (Banco de Portugal)	12,6%	10,7%	-	-
Rácio do crédito com incumprimento	3,0%	2,3%	-	-

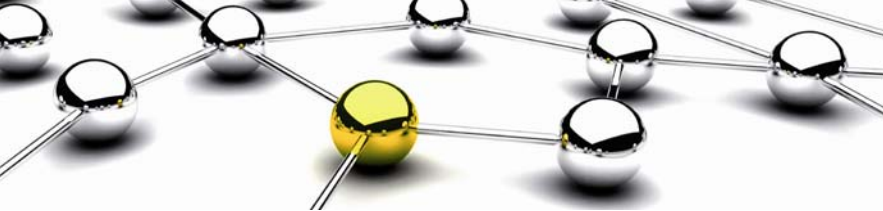
Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2009

5. INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DO SEE

Notas prévias:

- A abordagem do investimento e do financiamento do SEE teve por base a execução financeira expressa nas demonstrações de fluxos de caixa;
- Deste modo, os valores indicados para as diversas rubricas diferem dos mencionados noutros pontos do relatório, que reflectem uma óptica de compromisso;
- As rubricas de acréscimo e redução do endividamento referem-se ao saldo líquido entre recebimento e pagamento de empréstimos, não englobando, por isso, a evolução da dívida não remunerada.

¹⁷ Inclui M€ 3 000 de emissões de papel comercial realizadas pelo BPN e garantidas pelo Estado Português.



5.1. Investimento directo do SEE

Em 2009, o valor global de despesas de investimento desembolsadas pelas EPNF ascendeu a M€ 4 616 (**Quadro 5.1.1.**), montante que é superior ao dispendido em 2008 em cerca de M€ 246 (+5,6%).

Quadro 5.1.1

Financiamento do Investimento das EPNF

Milhares de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
. Investimento total	4.615.839	4.369.518	246.321	5,6%
Activos corpóreos	2.945.566	2.244.696	700.870	31,2%
Activos incorpóreos	995.055	1.239.370	(244.315)	-19,7%
Activos Financeiros	615.468	867.816	(252.347)	-29,1%
Outros investimentos	59.750	17.637	42.113	238,8%
. Financiamento do Investimento	4.615.839	4.369.518	246.321	5,6%
Recursos próprios	824.905	1.600.126	(775.221)	-48,4%
Desinvestimento	181.294	749.257	(567.963)	-75,8%
Recebimento de dividendos	161.028	145.646	15.382	10,6%
Outros fundos próprios	482.582	705.224	(222.641)	-31,6%
Subsídios ao Investimento	1.022.490	322.533	699.957	217,0%
Dotações de capital	460.415	277.413	183.002	66,0%
Empréstimos	2.308.030	2.169.446	138.584	6,4%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Aquele aumento ficou a dever-se essencialmente à despesa em activos corpóreos e “outros investimentos” que tiveram um incremento global de M€ 743. As outras componentes da despesa de investimento – activos incorpóreos e activos financeiros – registaram uma quebra que no seu conjunto se cifrou em M€ 497.

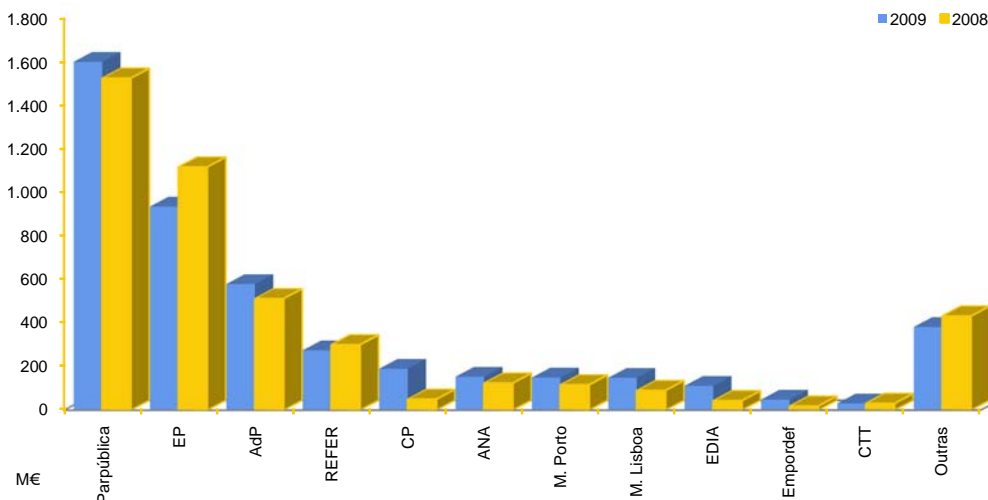
O investimento em imobilizado corpóreo teve um crescimento de M€ 701, devido, sobretudo, ao incremento do investimento das empresas AdP, CP, ANA, MP, ML e EDIA.

O investimento em activos incorpóreos sofreu um decréscimo de M€ 244, explicado, sobretudo, pela redução do investimento realizado pela concessionária Estradas de Portugal, SA, quer na rede rodoviária por si explorada quer na rede concessionada através de rendas pagas às actuais concessionárias SCUT.

O investimento em activos financeiros, correspondente à terceira maior parcela, foi afectado pelo menor volume de operações de investimento financeiro realizadas pela *holding* PARPÚBLICA.

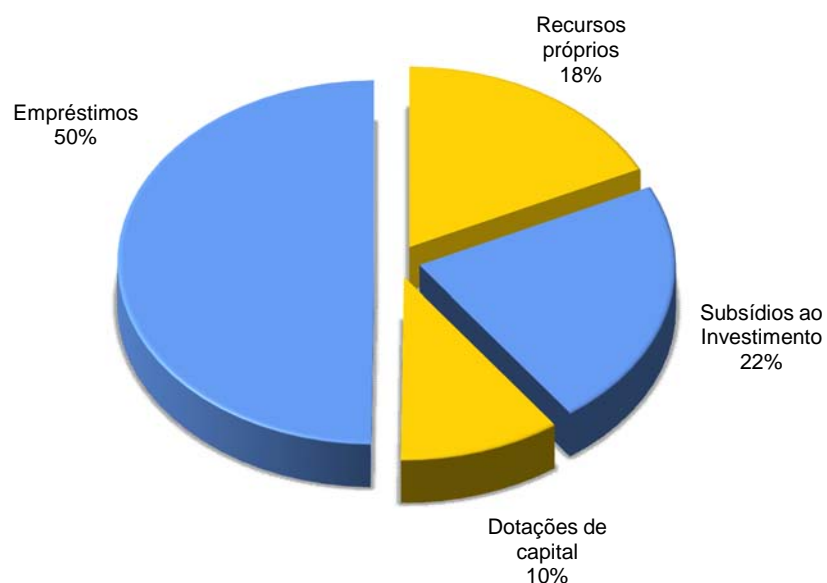
Do total de pagamentos de investimento efectuados pelas EPNF, cerca de 92% foram assegurados, em 2009, por 11 empresas (**Gráfico 5.1.1**).

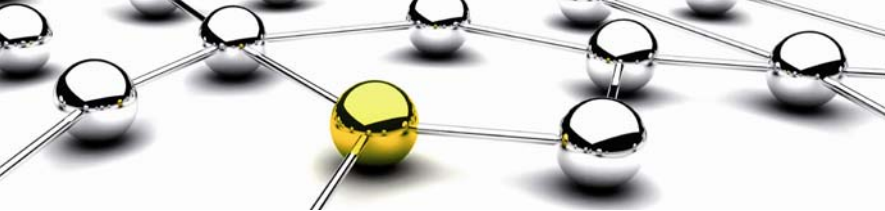
Gráfico 5.1.1
Financiamento do Investimento das EPNF
Investimento em Activos Corpóreos, Incorpóreos e Financeiros



A importância relativa do auto-financiamento nas fontes de financiamento do investimento das EPNF degradou-se tendo passado de 37% em 2008 para 18% em 2009, o que foi compensado pelo reforço da contribuição dos subsídios ao investimento (22% em 2009 contra 7% em 2008) e das dotações de capital (10% em 2009, contra 6% em 2008) para o financiamento das despesas daquele agregado. Apesar do recurso a empréstimos ter aumentado ligeiramente (M€+139), o seu peso relativo no total manteve-se inalterado face a 2008, fixando-se em cerca de 50%.

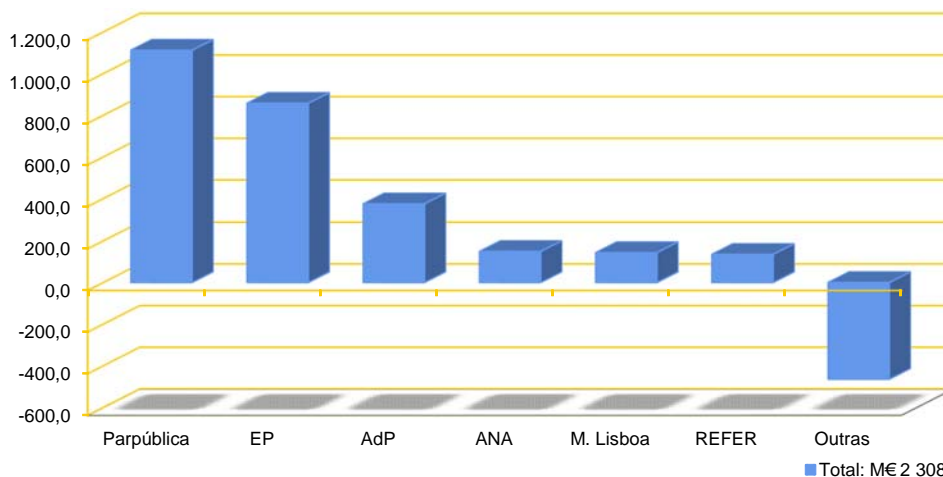
Gráfico 5.1.2
Financiamento do Investimento das EPNF
Financiamento do Investimento - 2009





O **Gráfico 5.1.3** identifica as empresas que mais contribuíram para o volume de empréstimos contraídos para financiar as despesas de investimento em 2009, determinado, em grande medida, pela actividade financeira da PARPÚBLICA e pela elevada concentração de investimento em empresas Gestoras de Infra-estruturas, de Transportes e de Serviços de Utilidade Pública, as quais representam cerca de 120% do total.

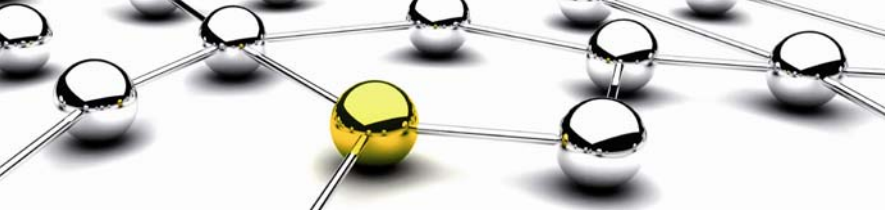
Gráfico 5.1.3
Financiamento do Investimento das EPNF
Financiamento do Investimento por Empréstimos



5.2. Financiamento Global das EPNF

As necessidades de financiamento das EPNF, excluindo a renovação de empréstimos, ascenderam a M€ 8 756 (**Quadro 5.2.1**), montante que representa um acréscimo de M€ 565 (+6,9%) em relação às necessidades geradas no exercício de 2008. Contribuíram para essa variação o acréscimo de disponibilidades, a despesa de investimento, os empréstimos e “outras necessidades de financiamento” que no seu conjunto registaram um acréscimo de M€ 932. Os défices operacionais antes de subsídios e o pagamento de juros e outros encargos de dívida promoveram o efeito oposto, tendo concorrido para o decréscimo de necessidades de financiamento em M€ 367.

O comportamento dos saldos de fluxos de caixa das actividades operacionais antes de subsídios (diminuição dos défices e aumento dos excedentes) e a redução do pagamento dos encargos com o endividamento financeiro, estão em linha com a melhoria dos resultados operacionais antes de subsídios e dos resultados financeiros observada em 2009 para o conjunto das EPNF.



Quadro 5.2.1

Financiamento Global das EPNF

Necessidades e Fontes de Financiamento (sem renovação de empréstimos)

Milhares de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Necessidades de financiamento	8.755.882	8.190.578	565.304	6,9%
Défices operacionais antes de subsídios	1.620.301	1.878.522	(258.220)	-13,7%
Investimento	4.615.839	4.369.518	246.321	5,6%
Juros e outros encargos da dívida	1.135.044	1.243.401	(108.358)	-8,7%
Empréstimos	296.351	133.294	163.057	122,3%
Acréscimo das disponibilidades	695.103	330.741	364.363	110,2%
Outras necessidades de financiamento	393.243	235.102	158.141	67,3%
Fontes de Financiamento	8.755.882	8.190.578	565.304	6,9%
Recursos próprios	3.217.340	3.639.896	(422.556)	-11,6%
Excedentes operacionais antes de subsídios	1.392.141	744.170	647.971	87,1%
Desinvestimento	181.294	749.257	(567.963)	-75,8%
Outras fontes	792.347	1.075.953	(283.606)	-26,4%
Utilização de disponibilidades	851.558	1.070.517	(218.958)	-20,5%
Subsídios	1.445.931	720.670	725.261	100,6%
À exploração	423.441	398.137	25.304	6,4%
Ao investimento	1.022.490	322.533	699.957	217,0%
Dotações de capital	460.415	277.413	183.002	66,0%
Acréscimo do endividamento (empréstimos)	3.632.196	3.552.599	79.597	2,2%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Não sendo o universo das EPNF um conjunto homogéneo, torna-se importante evidenciar as diferenças existentes entre sectores e empresas e a forte influência que algumas empresas exercem no comportamento do agregado.

Assim, em 2009, o conjunto formado por 12 empresas, constantes do [Gráfico 5.2.1](#), representava 83% das necessidades globais das EPNF, excluindo a renovação de empréstimos.

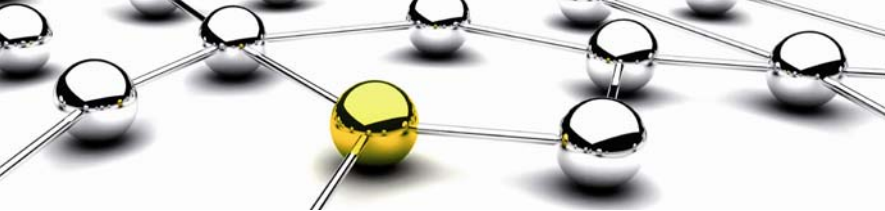
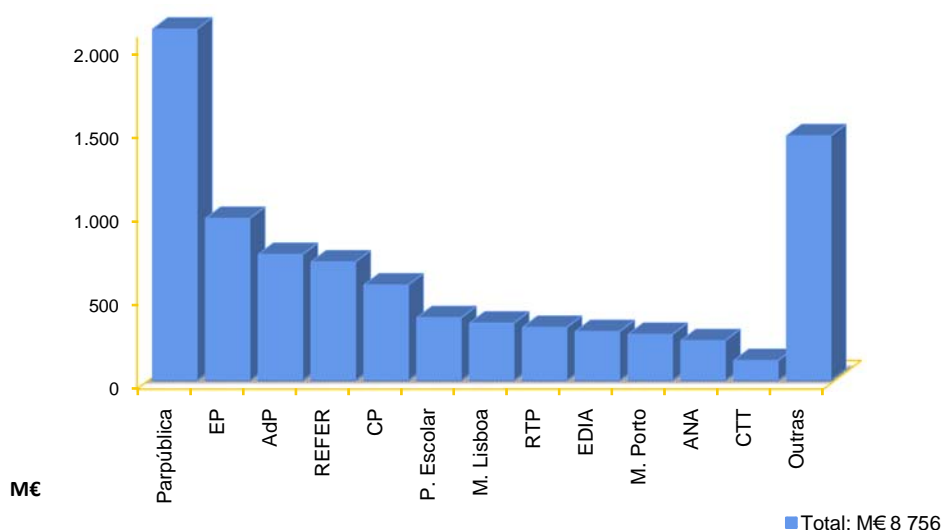
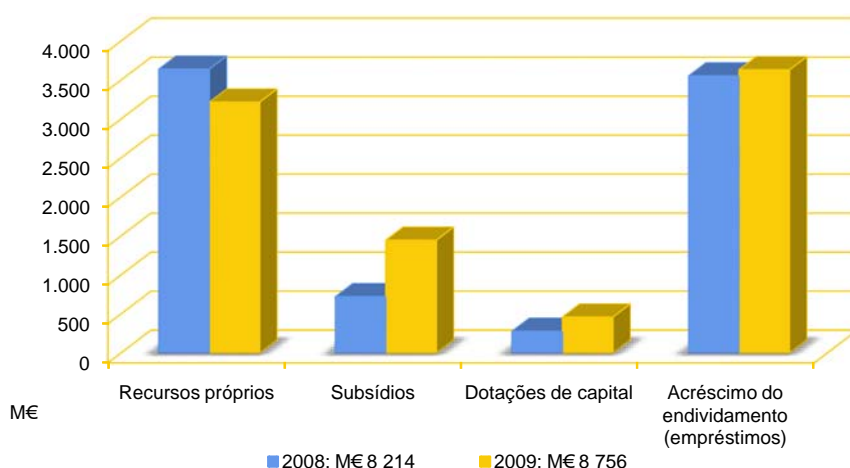


Gráfico 5.2.1
Financiamento Global das EPNF
Necessidades de Financiamento por Empresas
(sem renovação de empréstimos)

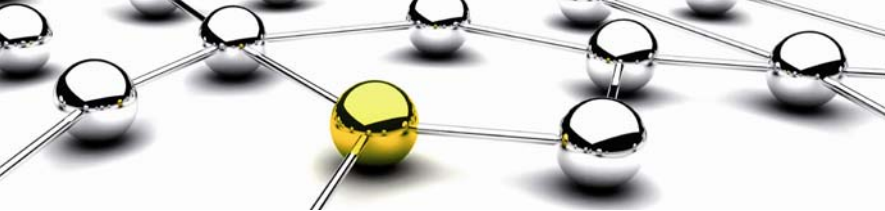


Assistiu-se a uma diminuição do valor e da importância relativa do auto-financiamento (recursos próprios) na estrutura de financiamento, que decresceu para 36,7% em 2009 (contra 44,4% em 2008), contudo inteiramente compensada pelo acréscimo dos subsídios (à exploração e ao investimento) e das dotações de capital. Por efeito deste movimento compensatório, o acréscimo líquido de endividamento apresentou uma pequena variação (M€+79,6), tendo-se fixado em M€3 632 no final de 2009 (M€3 553 em 2008).

Gráfico 5.2.2
Financiamento Global das EPNF
Fontes de Financiamento (sem renovação de empréstimos)



O substancial aumento dos subsídios ao investimento (M€ +700) evidencia o crescimento do financiamento público ao investimento das EPNF através, sobretudo, do QREN. O acréscimo

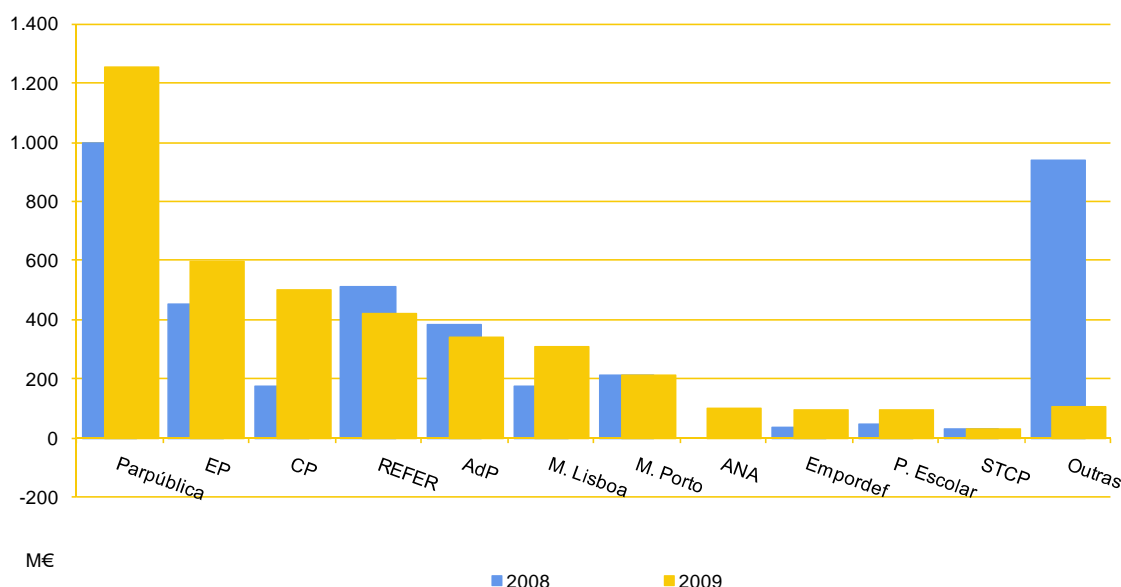


dos subsídios à exploração (M€ +25) sinaliza o incremento de financiamento público à exploração das empresas públicas que prestam serviços de interesse económico geral, através de indemnizações compensatórias, o qual tem sido crescente e superior à inflação nos últimos anos.

As dotações de capital tiveram importância decisiva na realização do capital das unidades de saúde empresarializadas, do capital social da EDIA, da RTP e da SIMAB, bem como em algumas empresas de requalificação urbana e ambiental.

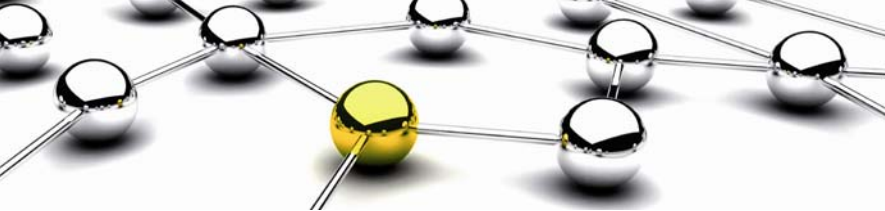
Em 2009, 97% do acréscimo líquido total do endividamento teve origem em 11 empresas (**Gráfico 5.2.3**), sendo de sublinhar que, deste montante, 31% é atribuível à PARPÚBLICA.

Gráfico 5.2.3
Financiamento Global das EPNF
Acréscimo / Redução Líquida do Endividamento das Empresas
(sem renovação de empréstimos)



A renovação de empréstimos (**Quadro 5.2.2**) é uma componente importante das necessidades globais de financiamento das EPNF. Em resultado da diminuição das operações de consolidação de passivos ocorrida no exercício anterior, assistiu-se, em 2009, ao aumento do endividamento financeiro de curto prazo e ao consequente incremento do montante de empréstimos renovados (M€ +894).

As necessidades de financiamento das EPNF, incluindo a renovação de empréstimos, atingiram, em 2009, o montante de M€ 14 516, valor que corresponde a um aumento de cerca de M€ 1 459 face a 2008.



Quadro 5.2.2.
Financiamento Global das EPNF
Necessidades de Financiamento (com renovação de empréstimos)

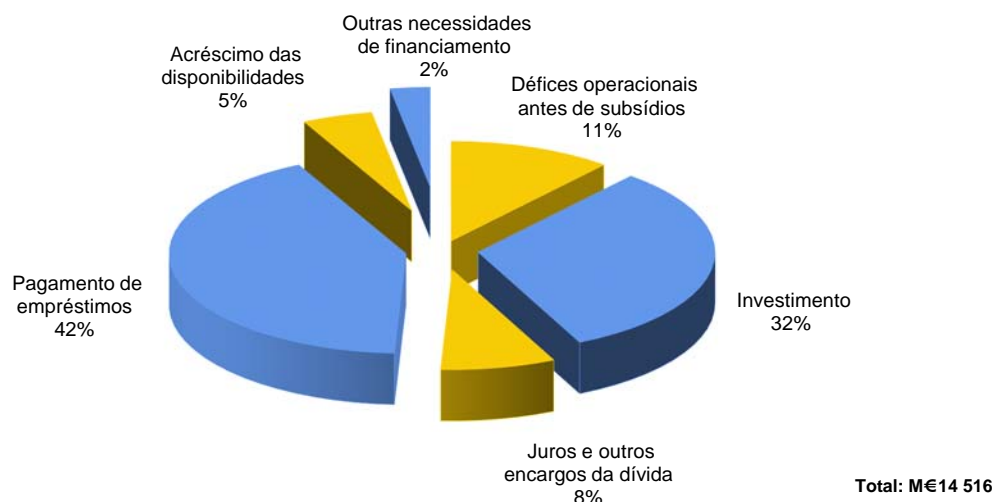
Milhares de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Sem Renovação de empréstimos	8.755.882	8.190.578	565.304	6,9%
Renovação de empréstimos	5.760.072	4.865.983	894.089	18,4%
Com Renovação de empréstimos	14.515.954	13.056.561	1.459.393	11,2%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Em resultado, o pagamento de empréstimos (**Gráfico 5.2.4**) representou 42% das necessidades totais de financiamento, continuando a evidenciar a pressão que os elevados níveis de endividamento exercem sobre as actividades das EPNF.

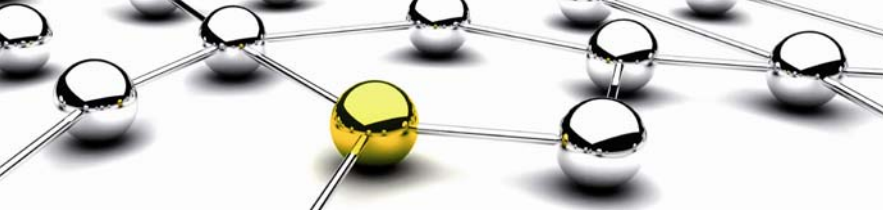
Gráfico 5.2.4
Financiamento Global das EPNF
Necessidades de Financiamento (com renovação de empréstimos)



6. ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO

À semelhança do efectuado nos anos anteriores, a abordagem relativa ao esforço financeiro do Estado centra-se, essencialmente, na execução do Capítulo 60.º do Orçamento de Estado de 2009, excluindo, designadamente:

- As dotações atribuídas no âmbito do PIDDAC relativas à parcela de co-financiamento em projectos de investimento visando a construção/beneficiação de infra-estruturas pertencentes ao domínio público;



- Os montantes pagos ao abrigo de contratos-programa em contrapartida da prestação de serviços, através dos ministérios que tutelam os respectivos sectores de actividade.

Pese embora a informação que se apresenta se reportar às empresas do SEE, são também referenciadas as indemnizações compensatórias atribuídas a empresas privadas que asseguram a prestação de serviço público.

O montante de apoios financeiros prestados pelo Estado às EPNF, em 2009, através de indemnizações compensatórias, dotações de capital, empréstimos e pela assumpção de passivos, ascendeu a M€ 1 091, o que corresponde a um acréscimo de 31,2% relativamente ao ano transacto, não obstante o contexto de consolidação orçamental. A este valor acresce o aumento de capital da CGD (EPF), no montante de M€ 1 000 e os apoios financeiros a empresas privadas em contrapartida da prestação de serviços públicos, totalizando os apoios financeiros do Estado a M€ 2 119, o que se traduz num incremento de 68,8% face a 2008.

Quadro 6.1 **Esforço Financeiro do Estado (sem garantias)**

Milhares de euros, excepto percentagens

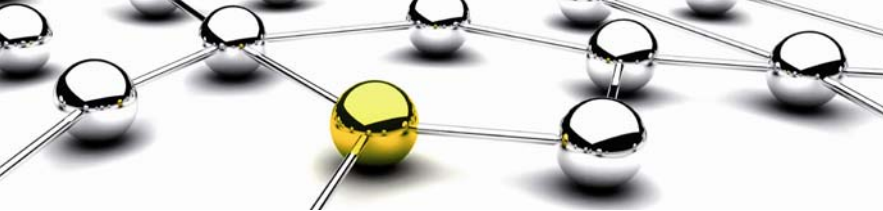
Sectores	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas não Financeiras	1.090.897	831.561	259.336	31,2%
Comunicação Social	223.337	247.555	(24.218)	-9,8%
Cultura	48.462	13.045	35.417	271,5%
Gestão de Infraestruturas	283.726	47.178	236.548	501,4%
Aéreas	964	307	657	213,6%
Ferroviários	43.379	40.335	3.044	7,5%
Portuárias	0	3.035	(3.035)	-100,0%
Rodoviárias	130.000	0	130.000	-
Outras Infraestruturas	109.383	3.500	105.883	3025,2%
Requalificação Urbana e Ambiental	27.491	101.448	(73.957)	-72,9%
Saúde	263.386	106.619	156.767	147,0%
Transportes	189.254	176.640	12.614	7,1%
Outros sectores	55.241	139.076	-83.835	-60,3%
Empresas Públicas Financeiras	1.000.000	400.000	600.000	150,0%
Empresas Privadas	27.766	23.205	4.560	19,7%
Total	2.118.663	1.254.766	863.897	68,8%

Obs: Critério execução pelo OE e Fundo de Regularização da Dívida Pública (FRDP)

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

6.1. Indemnizações Compensatórias / Subsídios

As EPNF beneficiaram, em 2009, de um acréscimo de subsídios da ordem dos 10,5% face ao ano anterior, com destaque para as empresas dos sectores da Cultura e dos Transportes.



Importa referir, contudo, que no caso das empresas da cultura, os valores referentes a 2008 reportam-se apenas ao período de vigência dos respectivos contratos de prestação de serviço público, celebrados ao longo do ano. Até à data da celebração desses contratos, beneficiaram de apoios equivalentes do Ministério da Cultura, através do respectivo orçamento.

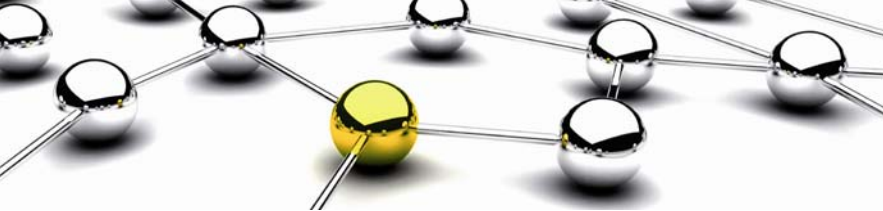
Quadro 6.1.1
Indemnizações Compensatórias/Subsídios

Milhares de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas não Financeiras	428.438	387.566	40.872	10,5%
Comunicação Social	160.937	159.031	1.906	1,2%
RTP	143.114	141.588	1.527	1,1%
Lusa	17.823	17.443	379	2,2%
Cultura *	29.368	8.175	21.193	259,2%
Teatro Nacional D. Maria II	5.175	2.116	3.059	144,6%
Teatro Nacional de S. João, EPE	4.900	1.570	3.330	212,1%
OPART, EPE	19.293	4.489	14.804	329,8%
Gestão de Infra-estruturas	43.379	40.335	3.044	7,5%
<u>Infra-estruturas Ferroviárias</u>	43.379	40.335	3.044	7,5%
REFER	43.379	40.335	3.044	7,5%
Transportes	189.254	174.140	15.114	8,7%
Transportes Rodoviários	78.425	71.506	6.920	9,7%
Carris	56.493	52.100	4.393	8,4%
S.T.C.P.	21.494	19.405	2.088	10,8%
Serviços Municipais	439	0	439	-
Transportes Ferroviários	78.803	71.516	7.287	10,2%
C.P.	35.907	32.365	3.542	10,9%
Metro de Lisboa	29.038	26.122	2.916	11,2%
Metro do Porto	13.858	13.029	830	6,4%
Transportes Fluviais	11.925	10.957	968	8,8%
Soflusa	4.918	4.516	401	8,9%
Transtejo	7.008	6.441	567	8,8%
Transportes Aéreos	20.100	20.161	(61)	-0,3%
SATA Internacional	9.446	9.523	(77)	-0,8%
SATA Air Açores	1.603	308	1.295	420,8%
TAP	9.051	10.330	(1.279)	-12,4%
Outros Sectores	5.500	5.885	(385)	-6,5%
INCM-Imprensa Nacional Casa da Moeda	5.500	5.885	(385)	-6,5%
Empresas Privadas	27.766	23.205	4.560	19,7%
AEROVIP	1.790	0	1.790	-
ATA	0	270	(270)	-100,0%
AERONORTE	723	417	306	73,4%
PORTUGÁLIA	0	14	(14)	-100,0%
Fertagus	11.319	11.620	(300)	-2,6%
Rodoviária Lisboa	2.525	4.167	(1.641)	-39,4%
Scotturb – Transportes Urbanos	37	61	(24)	-39,4%
TST - Transportes Sul do Tejo	1.672	2.810	(1.137)	-40,5%
Vimeca	1.748	2.824	(1.076)	-38,1%
PT	0	1.000	(1.000)	-100,0%
Outros	7.951	24	7.927	33018,0%
Total	456.204	410.771	45.432	11,1%

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

(*) Os contratos de prestação de Serviço Público foram assinados no ano de 2009. Em 2008 as empresas receberam montantes semelhantes do Ministério da Cultura.



6.2. Dotações de Capital

Quanto às dotações de capital, o aumento global observado face ao exercício anterior foi no montante de M€ 753, explicado, sobretudo, pelos aumentos de capital da CGD (M€ 1 000).

Quadro 6.2.1
Dotações de Capital / Prémios de Emissão

	Milhares de euros, excepto percentagens			
	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas Não Financeiras	485.219	332.239	152.980	46,0%
Comunicação Social	62.400	88.524	(26.124)	-29,5%
RTP	62.400	88.524	(26.124)	
Cultura	0	4.870	(4.870)	-100,0%
Teatro Nacional D. Maria II	0	1.370	(1.370)	-100,0%
Teatro de São João	0	1.500	(1.500)	-100,0%
OPART	0	2.000	(2.000)	-100,0%
Gestão de Infra-estruturas	110.347	3.342	107.005	3201,4%
Infra-estruturas Aéreas	964	307	657	213,6%
NAER	964	307	657	
Infra-estruturas Portuárias	0	3.035	(3.035)	-100,0%
APDL	0	3.035	(3.035)	
Outras Infra-estruturas	109.383	0	109.383	-
SIMAB *	13.623	0	13.623	-
EDIA	95.760	0	95.760	-
Requalificação Urbana e Ambiental	27.491	75.048	(47.557)	-63,4%
Parque Expo **	0	41.016	(41.016)	-100,0%
Polis Albufeira	0	268	(268)	-100,0%
Polis Litoral Ria Formosa	0	14.175	(14.175)	-100,0%
Sociedade Frente Tejo	0	5.000	(5.000)	-100,0%
Polis Litoral Norte	0	13.833	(13.833)	-100,0%
Viseu Polis	0	403	(403)	-100,0%
Gaia Polis	0	353	(353)	-100,0%
Cacém Polis ***	303	0	303	-
Polis Litoral Ria de Aveiro ****	17.192	0	17.192	-
Polis Litoral Sudoeste ****	9.996	0	9.996	-
Saúde	263.386	106.619	156.767	147,0%
Centro Hospitalar Barreiro Montijo	8.000	-	-	-
Centro Cova da Beira *****	4.971	0	4.971	-
Centro Hospitalar de Coimbra	6.879	1.977	4.902	248,0%
Centro Hospitalar de Lisboa Central *****	21.267	11.109	10.158	91,4%
Centro Hospitalar de Setúbal *****	12.063	0	12.063	-
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes Alto Douro	7.815	8.370	(555)	-6,6%
Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia/Espinho	12.315	12.009	306	2,5%
Centro Hospitalar do Alto Ave	2.640	1.794	846	47,2%
Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio *****	8.063	0	8.063	-
Centro Hospitalar Médio Ave *****	6.577	3.075	3.502	113,9%
Centro Hospitalar do Médio Tejo *****	6.924	0	6.924	-
Centro Hospitalar do Porto	28.489	26.289	2.200	8,4%
Centro Hospitalar de Tâmega e Sousa	7.419	11.057	(3.638)	-32,9%
Centro Hospitalar Póvoa Varzim/Vila do Conde *****	10.998	1.753	9.245	527,4%
Hospitais da Universidade de Coimbra	9.989	5.241	4.748	90,6%
Hospital de Faro	15.250	4.672	10.578	226,4%
Hospital de Santa Maria Maior *****	5.709	0	5.709	-
Hospital Distrital de Santarém *****	9.663	0	9.663	-
Hospital Espírito Santo de Évora *****	4.389	2.737	1.652	60,3%
Hospital Garcia de Orta *****	8.540	0	8.540	-
Hospital Infante D. Pedro *****	10.355	0	10.355	-
Hospital Prof. Dr. Fernando Fonseca	13.000	1.200	11.800	983,3%
Unidade Local de Saúde do Alto Minho *****	10.449	5.492	4.957	90,2%
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo *****	12.920	3.538	9.382	265,2%
Unidade Local de Saúde da Guarda *****	7.896	2.981	4.915	164,9%
Unidade Local de Saúde de Matosinhos *****	3.924	0	3.924	-
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano *****	6.884	3.325	3.559	107,0%
Transporte	0	2.500	(2.500)	-100,0%
Metro do Porto	0	2.500	(2.500)	
Outros Sectores	21.145	51.185	(51.185)	-100,0%
HCB	16.566	0	16.566	-
Fundo de Recuperação de Empresas - FCR	4.479	0	4.479	-
SIEV	100	0	100	-
Arsenal do Alfeite	0	16.200	(16.200)	-100,0%
ANCP	0	4.000	(4.000)	-100,0%
Fundo Margueira	0	7.482	(7.482)	-100,0%
Sociedade Pereira Pinto	0	3	(3)	-100,0%
GeRAP	0	4.500	(4.500)	-100,0%
EMA	0	19.000	(19.000)	-100,0%
Empresas Sediadas no Estrangeiro	450	150	300	200,0%
Portugal Venture Capital Initiative	450	150	300	
Empresas Públicas Financeiras	1.000.000	400.000	600.000	150,0%
CGD	1.000.000	400.000	600.000	
Total	1.485.219	732.239	752.980	102,8%

Obs: Critério execução pelo OE e Fundo de Regularização da Dívida Pública (FRDP)

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

(*) O valor da dotação inclui a realização de € 3 622 941,88 por conversão em capital do montante em dívida do empréstimo concedido pela DGTf.

(**) Incorpora € 40 990 622,6 realizado em espécie, através de unidades de participação no Fundo Margueira.

(***) Prestação suplementar de capital.

(****) Despesa com compensação em receita obtida por recurso a saldos de gerência resultantes da aplicação da taxa de recursos hídricos (Artigo 35.º do DL 97/2008).

(*****) De acordo com o Despacho n.º 22.453/2009, dotações de capital efectuadas pelo Ministério da Saúde, no valor global de € 74 986 225, resultante produto da alienação de património afecto a esse ministério.

6.3. Empréstimos

Os empréstimos do Estado às empresas do SEE visam cobrir necessidades de financiamento extraordinárias e são concedidos às empresas públicas em circunstâncias excepcionais e em condições financeiras similares às do mercado.

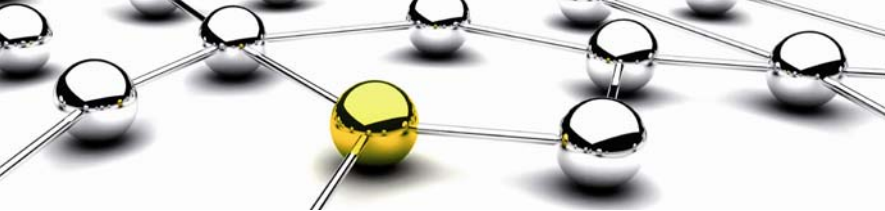
Relativamente a 2009, verificou-se um aumento significativo no recurso aos empréstimos concedidos às empresas públicas, conforme apresentado no quadro infra, essencialmente devido à situação económico-financeira das empresas, à inexistência de liquidez no mercado de crédito, bem como à necessidade de antecipar fundos de tesouraria por conta do recebimento de fundos comunitários e outras verbas orçamentais.

Quadro 6.3.1
Empréstimos

Milhares de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas Não Financeiras	175.594	41.750	133.844	320,6%
Cultura	19.094	0	19.094	-
OPART	14.470	0	14.470	-
Teatro Nacional D.Maria II, E.P.E.	2.294	0	2.294	-
Teatro Nacional S.João, E.P.E.	2.330	0	2.330	-
Gestão Infraestruturas	130.000	3.500	126.500	3614,3%
Infraestruturas Rodoviárias				
Estradas de Portugal	130.000	0	130.000	-
Outras Infraestruturas				
SIMAB	0	3.500	-3.500	-100,0%
Requalificação Urbana e Ambiental	0	26.400	-26.400	-100,0%
PROGRAMA POLIS				
Chaves Polis	0	2.600	-2.600	-100,0%
Costa Polis	0	2.900	-2.900	-100,0%
Gaia Polis	0	3.600	-3.600	-100,0%
Polis Albufeira	0	5.000	-5.000	-100,0%
Polis Guarda	0	2.000	-2.000	-100,0%
Setúbal Polis	0	1.000	-1.000	-100,0%
Viana Polis	0	3.700	-3.700	-100,0%
Viseu Polis	0	5.600	-5.600	-100,0%
Outros Sectores	26.500	11.850	14.650	123,6%
ENVC	16.500	8.000	8.500	106,3%
EMA	10.000	3.850	6.150	159,7%

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças



6.4. Assunção de Passivos e de Responsabilidades

No ano de 2009, foram assumidos passivos na ordem dos M€ 1,6, no quadro de processos liquidação.

Quadro 6.4.1

Assunção de Passivos e de Outras responsabilidades financeiras

Milhares de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas Não Financeiras	1.646	70.006	-68.360	-97,6%
Bragança Polis, SA (em liquidação)	0	1.743	-1.743	
Casa da Música Porto 2001 (em liquidação)	0	22.817	-22.817	
Gestnave, SA (em liquidação)	0	45.446	-45.446	
Polis Vila Real, SA (em liquidação)	1.646	0	1.646	

Os passivos assumidos em 2009 reflectem um decréscimo significativo face ao valor assumido no ano anterior, envolvendo apenas passivos da sociedade Polis Vila Real SA, de forma a viabilizar a conclusão do respectivo processo de liquidação.

6.5. Garantias Prestadas

Em 2009 foram concedidas garantias do Estado a operações financeiras de empresas públicas no montante de cerca de M€ 5 247, de que beneficiaram empréstimos contraídos por empresas públicas não financeiras, integradas no sector dos transportes, da gestão de infra-estruturas, de serviços de utilidade pública, bem como por empresas públicas financeiras, como o BPN.

A garantia concedida ao BPN teve enquadramento na Lei n.º 62-A/2008, de 11 de Novembro, que procedeu à nacionalização de todas as acções representativas do capital social daquela instituição financeira, atribuindo à CGD a sua gestão.

Relativamente a 2008, observou-se um aumento significativo do montante envolvido nas operações garantidas, conforme apresentado no [Quadro 6.5.1](#), em grande medida explicado pela crise dos mercados financeiros e pela necessidade do Estado introduzir confiança nesses mercados, viabilizando as operações de financiamento contraídas quer pelas empresas que prestam serviço público, e que habitualmente recorrem a este tipo de garantias, quer pelo sistema financeiro.

Quadro 6.5.1 Garantias Concedidas

Milhares de euros, excepto percentagens

	2009		2008	
	Valor	Peso relativo (%)	Valor	Peso relativo (%)
Empresas Públicas Não Financeiras	3.062.000	58,4%	853.500	23,3%
Gestão de Infra-estruturas	1.300.000	24,8%	293.500	8,0%
Infra-estruturas Ferroviárias	1.000.000	19,1%	200.000	5,5%
REFER	1.000.000		200.000	
Infra-estruturas Rodoviárias	300.000	5,7%	0	0,0%
EP	300.000		0	
Outras Infra-estruturas	0	0,0%	93.500	2,5%
EDIA	0		93.500	
Serviços de Utilidade Pública	752.000	14,3%	100.000	2,7%
AdP	752.000	14,3%	100.000	2,7%
Transportes	710.000	13,5%	460.000	12,5%
Carris	90.000	1,7%	0	0,0%
CP	500.000	9,5%	0	0,0%
MP	0	0,0%	60.000	1,6%
ML	0	0,0%	400.000	10,9%
STCP	120.000	2,3%	0	0,0%
Outros Sectores	300.000	5,7%	0	0,0%
Parque Escolar	300.000		0	
Empresas Públicas Financeiras	2.185.000	41,6%	2.815.000	76,7%
CGD	0	0,0%	2.000.000	54,5%
BPN	2.185.000	41,6%	815.000	22,2%
TOTAL	5.247.000	100,0%	3.668.500	100,0%

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

Estas garantias visaram facilitar ou criar melhores condições financeiras para a obtenção de fundos nos mercados financeiros, tendo em vista o financiamento de planos de investimento das empresas públicas, de elevado montante e duração, nomeadamente com a construção/beneficiação de infra-estruturas e com a aquisição de equipamentos de transporte público, como no caso da REFER e da CP.

Quando às garantias prestadas à AdP, as mesmas visaram beneficiar empréstimos contraídos junto do BEI e tiveram como finalidade financiar as obras para o abastecimento de água, a nível nacional, e o tratamento de águas residuais, no âmbito dos sistemas multimunicipais.

No final de 2009, as responsabilidades assumidas pelo Estado por garantias prestadas a empréstimos contraídos por EPNF atingia o montante de M€ 12 532, como resulta da análise do [Quadro 6.5.2](#).

Quadro 6.5.2 Total das Garantias Prestadas pelo Estado (Stock das responsabilidades assumidas)

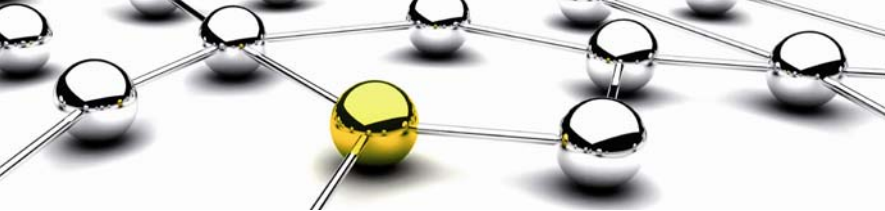
Milhares de euros, excepto percentagens

Beneficiária	Em 31-12-2009	Em 31-12-2008	Variação	
			Absoluta	%
1 - Empresas Públicas Não Financeiras	12.531.871	9.871.888	2.659.983	26,9%
Gestão de Infra-estruturas	4.658.044	3.443.350	1.214.694	35,3%
Infra-estruturas Aéreas	157.220	157.220	0	0,0%
ANAM	157.220	157.220	0	
Infra-estruturas Ferroviárias	3.627.671	2.671.972	955.698	35,8%
REFER	3.627.671	2.671.972	955.698	
Infra-estruturas Portuárias	33.258	36.411	(3.153)	-8,7%
APA	28.571	29.524	(952)	-3,2%
APS	4.686	6.887	(2.200)	-31,9%
Infra-estruturas Rodoviárias	300.000	0	300.000	-
EP	300.000	0	300.000	
Outras Infra-estruturas	539.896	577.748	(37.851)	-6,6%
EDIA	539.896	577.748	(37.851)	
Indústria	13.467	13.467	0	0,0%
SPE	13.467	13.467	0	0,0%
Requalificação Urbana e Ambiental	73.966	147.772	(73.806)	-49,9%
Parque Expo 98	73.966	147.772	(73.806)	-49,9%
Serviços de Utilidade Pública	1.473.836	723.294	750.542	103,8%
AdP	1.472.000	720.000	752.000	104,4%
PT	1.836	3.294	(1.458)	-44,3%
Transportes	6.012.342	5.543.789	468.554	8,5%
CARRIS	463.333	405.000	58.333	14,4%
CP	1.203.194	725.451	477.742	65,9%
MP	1.012.364	1.024.813	(12.449)	-1,2%
ML	3.003.451	3.124.524	(121.073)	-3,9%
STCP	275.000	209.000	66.000	31,6%
TRANSTEJO	55.000	55.000	0	0,0%
Outros Sectores	300.216	216	300.000	138888,9%
Parque Escolar	300.000	0	300.000	-
Imobiliária Grão-Pará	216	216	0	0,0%
2 - Empresas Públicas Financeiras	4.250.375	2.065.870	2.184.505	105,7%
BPN	3.000.000	815.000	2.185.000	268,1%
CGD	1.250.375	1.250.870	(495)	0,0%
3 - Empresas Sediadas no Estrangeiro	5.611	8.754	(3.142)	-35,9%
HCB	5.611	8.754	(3.142)	

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

Para além das garantias financeiras atrás referidas, o Estado garante ainda o pagamento da justa indemnização em casos de expropriações, no quadro do Código das Expropriações, ficando com o direito de regresso sobre a entidade expropriante quando, em execução daquela garantia, satisfaça o pagamento da indemnização devida em sua substituição.

Neste âmbito, o Estado procedeu, no exercício de 2009, ao pagamento da quantia de cerca de M€ 3,8, relativamente a indemnizações devidas por empresas que integram o SEE.



Quadro 6.5.3

Execução de garantias prestadas no âmbito do Código das Expropriações

Milhares de euros, excepto percentagens

	2009	2008	Varição Absoluta
Empresas Públicas Não Financeiras	3.772	5.408	-1.636
Viana Polis, SA	953	5.408	
Chaves Polis, SA (em liquidação)	758	0	
EP - Estradas de Portugal, SA	2.061	0	

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

6.6. Transmissão de Património de Sociedades Extintas

No decurso de 2009, a DGTF assegurou o acompanhamento dos processos de liquidação de 26 sociedades, das quais 16 correspondem a sociedades constituídas no quadro do Programa Polis, tendo-se procedido ao encerramento, naquele ano, de sete processos de liquidação, três dos quais respeitavam a sociedades enquadradas no referido Programa. Em sede de partilha do património residual da liquidação das sociedades extintas naquele exercício, não transitou para o Estado qualquer património, quer activo, quer passivo.

O activo restante da sociedade PEC Tejo – Indústria de Produtos Pecuários de Lisboa e Setúbal, SA, foi transferido, a título de caução, para a Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, atentas as responsabilidades contingentes que impendem sobre a sociedade, ficando esta Direcção-Geral responsável por, em nome de todos os sócios, pagar eventuais responsabilidades, cobrar os créditos e outros direitos e distribuir, a final, o saldo do activo restante que se vier a apurar.

6.7. Dividendos / Remuneração do Capital Estatutário

O montante global dos dividendos pagos ao Estado pelas empresas públicas registou um ligeiro decréscimo (M€ -28), determinado, essencialmente, pela diminuição do valor distribuído pela CGD, parcialmente compensada pelo recebimento de dividendos provenientes da participação detida na HCB.

Quadro 6.7.1 Dividendos / Remunerações do Capital Estatutário

Milhares de Euros

	2009	2008	Variação 2009/2008	
			Absoluta	%
Empresas Públicas Não Financeiras	107.145	119.869	(12.724)	-10,6%
Comunicação Social	108	0	108	-
Lusa	108	0		
Gestão de Infra-estruturas	16.549	20.704	(4.155)	-20,1%
Aéreas	7.960	14.915	(6.955)	-46,6%
ANA	5.537	6.090	(553)	-9,1%
NAV	2.423	8.825	(6.402)	-72,5%
Portuárias	8.589	5.789	2.800	48,4%
APDL	2.419	2.381	38	1,6%
APL	0	711	(711)	-100,0%
APSS	1.895	1.206	689	57,2%
APS	4.275	1.491	2.784	186,6%
Serviços de Utilidade Pública	38.043	46.556	(8.513)	-18,3%
AdP	825	0	825	-
CTT	37.218	46.556	(9.338)	-20,1%
PARPÚBLICA	52.000	52.000	0	0,0%
Outros sectores	445	610	(165)	-27,1%
Indústria				
LISNAVE	285	166	119	71,6%
EDM	160	444	(284)	-64,0%
Empresas Públicas Financeiras	240.000	272.000	(32.000)	-11,8%
CGD	240.000	272.000		
Empresas Sediadas no Estrangeiro	16.566	0	16.566	-
HCB	16.566	0		
Total Empresas Públicas	363.711	391.869	(28.158)	-7,2%
Outras Entidades Públicas Financeiras	209.538	169.074	40.464	23,9%
Banco de Portugal	209.538	169.074		
Total Empresas Públicas e Banco de Portugal	573.249	560.944	12.305	2,2%

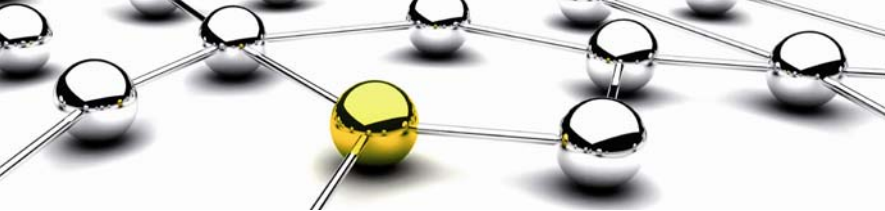
Obs: Valores entregues ao Tesouro em cada ano indicado

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

Contudo, o montante global de dividendos pagos ao Estado acabou por situar-se acima do registado no exercício anterior, graças ao valor pago pelo Banco de Portugal, que superou a quebra registada pelo conjunto das empresas públicas.

7. PESO DO SEE NA ECONOMIA

No presente ponto é apresentada uma breve análise do peso do SEE na economia (incluindo-se, para este efeito, as EPF), através da evolução verificada nos últimos anos, tanto em termos



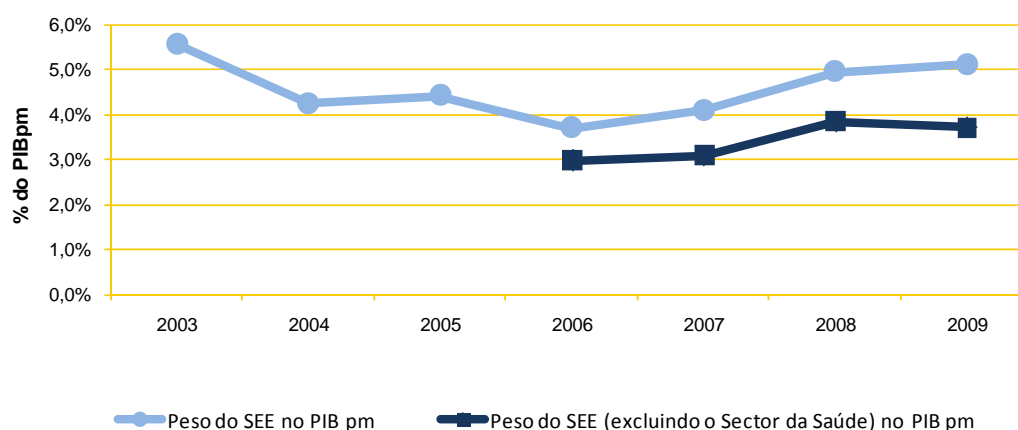
de criação de valor, medido através do rácio VAB_{pm}/PIB_{pm} , como em termos de emprego, medido através do rácio Emprego SEE/Total do Emprego na economia.

Saliente-se que, devido a alterações no universo considerado e à revisão dos valores do PIB pelo INE, os valores agora publicados não são comparáveis com os apurados em relatórios divulgados em anos anteriores. Deverá ser, igualmente, levado em consideração que o VAB utilizado ao longo do presente ponto se encontra valorizado a preços de mercado, diferindo do utilizado nos restantes pontos, que se encontra valorizado a custo de factores.

7.1. Peso no Produto Interno Bruto

O peso do SEE na economia medido pelo rácio VAB_{pm} (**Gráfico 7.1.1**), situou-se nos 5,1% do PIB_{pm} em 2009, mais 0,2 p.p. face ao exercício anterior. Excluindo o sector da Saúde, o peso do SEE no PIB_{pm} desceria para 3,7%.

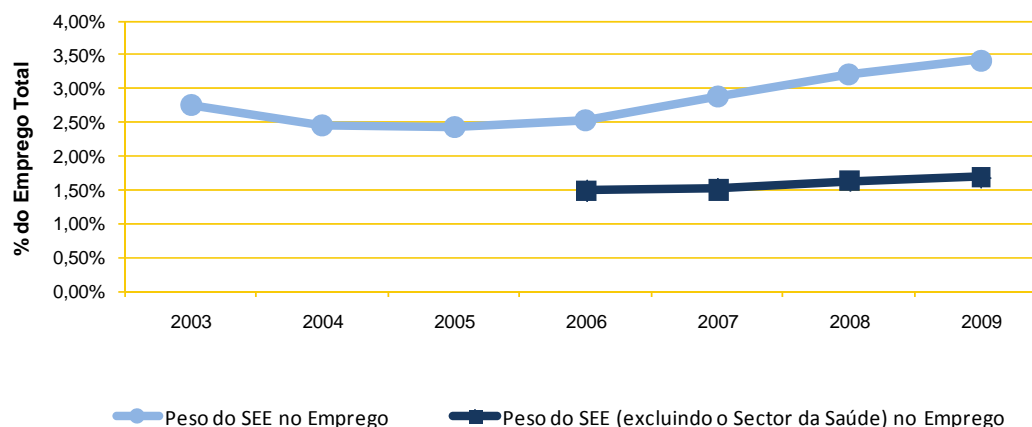
Gráfico 7.1.1
Peso do SEE no PIBpm



7.2. Peso no Emprego

Fruto quase exclusivamente dos investimentos feitos no sector da Saúde, o número médio de trabalhadores do SEE revelou um crescimento de 3,7% relativamente ao exercício anterior, o que explica o reforço da importância relativa do SEE medida pelo rácio $Emprego_{SEE}/Emprego_{Total}$, que passou de 3,2% para 3,4%. Excluindo o sector da Saúde, o acréscimo de emprego no SEE em 2009 é de apenas 0,48% e o seu peso global no emprego assume uma menor expressão.

Gráfico 7.2.1
Peso do SEE no Emprego



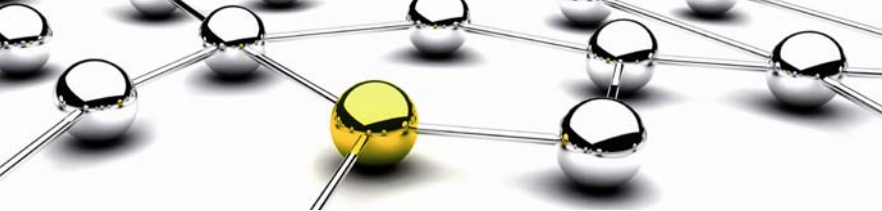
Caso não se considere o sector da Saúde, o peso do emprego do SEE na economia seria de apenas 1,69%, ligeiramente superior ao valor de 2008, face à redução global de -2,76% do emprego na economia.

7.3. Produtividade relativa do SEE

A produtividade média do SEE (obtida pela divisão do peso relativo do SEE no PIB pelo peso relativo do SEE no Emprego) é cerca de 50% superior à média da economia nacional. Excluído o sector da Saúde, a produtividade média do SEE é mais do dobro da registada na economia.

Produtividade relativa SEE	2009	2008	Variação
Peso no PIB			(p.p.)
SEE	5,1%	4,9%	0,2
SEE sem sector Saúde	3,7%	3,8%	-0,1
Peso no Emprego			
SEE	3,4%	3,2%	0,2%
SEE sem sector Saúde	1,7%	1,6%	0,1%
Produtividade			(%)
SEE	1,49	1,54	-3,0%
SEE sem sector Saúde	2,20	2,35	-6,5%

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças



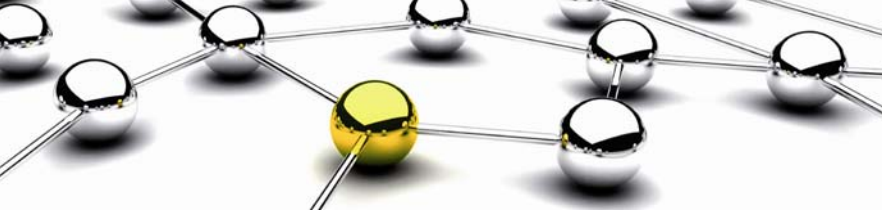
8. ANEXOS

8.1. Empresas Públicas em 2008 e 2009

Euros, excepto percentagens

EMPRESAS	Participação DGTf				
	2009		2008		
	Valor Nominal Global	%	Valor Nominal	Global	%
1. Empresas Públicas não Financeiras	9.669.407.576		9.032.466.245		
1.1. Comunicação Social	950.043.340		831.643.340		
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	2.670.000	50,14%	2.670.000		50,14%
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, SA	947.373.340	100,00%	828.973.340		100,00%
1.2. Cultura	7.500.000		7.500.000		
Teatro Nacional D. Maria II, EPE	1.000.000	100,00%	1.000.000		100,00%
Teatro Nacional S. João, EPE	2.500.000	100,00%	2.500.000		100,00%
OPART - Org. Produção Artística, EPE	4.000.000	100,00%	4.000.000		100,00%
1.3. Gestão de Infra-estruturas	1.238.517.450		1.141.793.150		
1.3.1. Infra-estruturas Aéreas	100.986.300		100.022.000		
ANA - Aeroportos de Portugal, SA	62.889.520	31,44%	62.889.520		31,44%
ANAM - Aeroportos e Navegação Aérea Madeira, SA	6.750.000	10,00%	6.750.000		10,00%
EDAB - Empresa de Desenv. do Aeroporto de Beja, SA	3.300.000	82,50%	3.300.000		82,50%
NAER - Novo Aeroporto, SA	3.046.780	5,59%	2.082.480		5,59%
Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, EPE	25.000.000	100,00%	25.000.000		100,00%
1.3.2. Infra-estruturas Ferroviárias	306.700.000		306.700.000		
Rave - Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA	1.500.000	60,00%	1.500.000		60,00%
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EP	305.200.000	100,00%	305.200.000		100,00%
1.3.3. Infra-estruturas Portuárias	235.035.000		235.035.000		
APA - Administração do Porto de Aveiro, SA	30.000.000	100,00%	30.000.000		100,00%
APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA	51.035.000	100,00%	51.035.000		100,00%
APL - Administração do Porto de Lisboa, SA	60.000.000	100,00%	60.000.000		100,00%
APS - Administração do Porto de Sines, SA	80.000.000	100,00%	80.000.000		100,00%
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA	14.000.000	100,00%	14.000.000		100,00%
1.3.4. Infra-estruturas Rodoviárias	200.000.000		200.000.000		
EP - Estradas de Portugal, SA	200.000.000	100,00%	200.000.000		100,00%
1.3.5. Outras Infra-estruturas	395.796.150		300.036.150		
Docapesca - Portos e Lotas, SA	8.528.400	100,00%	8.528.400		100,00%
EDIA - Empresa de Desenv. Infra-estr. Alqueva, SA	387.267.750	100,00%	291.507.750		100,00%
1.4. Requalificação Urbana e Ambiental	125.806.636		93.618.636		
Arco Ribeirinho Sul, SA	5.000.000	100,00%	0		0,00%
CostaPolis - Soc. Desenv. Prog. Polis na Costa de Caparica, SA	19.155.886	60,00%	19.155.886		60,00%
Frente Tejo, SA	5.000.000	100,00%	5.000.000		100,00%
Parque Expo 98, SA	32.454.750	99,43%	32.454.750		99,43%
Polis Litoral Norte, SA	13.833.000	53,00%	13.833.000		53,00%
Polis Litoral Ria de Aveiro, SA	17.192.000	56,00%	0		0,00%
Polis Litoral Ria Formosa, SA	14.175.000	63,00%	14.175.000		63,00%
Polis Litoral Sudoeste, SA	9.996.000	51,00%	0		0,00%
VianaPolis - Soc. Desenv. Progr. Polis em Viana do Castelo, SA	9.000.000	60,00%	9.000.000		60,00%

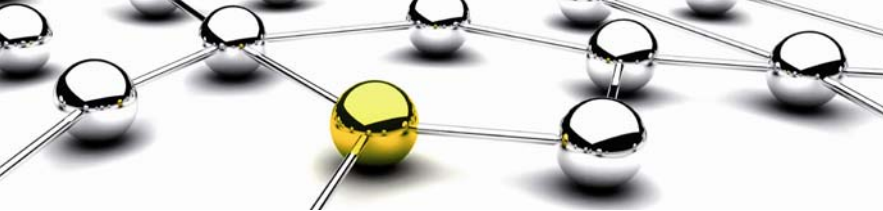
(continua)



Euros, excepto percentagens

EMPRESAS	Participação DGTF				
	2009		2008		
	Valor Nominal Global	%	Valor Nominal Global	%	
1.5. Saúde	1.789.646.225	100,00%	1.506.260.000	100,00%	
Centro Hospitalar Barreiro e do Montijo, EPE	37.930.000	100,00%	0	0,00%	
Centro Hospitalar Cova da Beira, EPE	24.920.930	100,00%	19.950.000	100,00%	
Centro Hospitalar de Coimbra, EPE	25.550.000	100,00%	18.671.000	100,00%	
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	92.822.302	100,00%	71.555.000	100,00%	
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE	126.860.000	100,00%	126.860.000	100,00%	
Centro Hospitalar de Setúbal, EPE	66.992.791	100,00%	54.930.000	100,00%	
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	57.753.000	100,00%	49.938.000	100,00%	
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	47.082.000	100,00%	34.767.000	100,00%	
Centro Hospitalar do Alto Ave, EPE	43.930.000	100,00%	41.290.000	100,00%	
Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, EPE	38.012.791	100,00%	29.950.000	100,00%	
Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE	26.642.791	100,00%	20.066.000	100,00%	
Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE	36.854.419	100,00%	29.930.000	100,00%	
Centro Hospitalar do Nordeste, EPE	34.940.000	100,00%	34.940.000	100,00%	
Centro Hospitalar do Porto, EPE	141.326.000	100,00%	112.837.000	100,00%	
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, EPE	57.080.000	100,00%	49.661.000	100,00%	
Centro Hospitalar Entre o Douro e Vouga, EPE	29.930.000	100,00%	0	0,00%	
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	162.930.000	100,00%	162.930.000	100,00%	
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE	12.750.602	100,00%	1.753.000	100,00%	
Hospitais da Universidade de Coimbra, EPE	15.229.540	100,00%	5.241.000	100,00%	
Hospital de Faro, EPE	19.922.097	100,00%	4.672.000	100,00%	
Hospital de São João, EPE	112.000.000	100,00%	112.000.000	100,00%	
Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE	19.950.000	100,00%	19.950.000	100,00%	
Hospital Distrital de Santarém, EPE	39.592.791	100,00%	29.930.000	100,00%	
Hospital de Magalhães de Lemos, EPE	20.000.000	100,00%	0	0,00%	
Hospital do Espírito Santo de Évora, EPE	21.602.535	100,00%	17.214.000	100,00%	
Hospital Garcia da Orta, EPE	58.419.535	100,00%	49.880.000	100,00%	
Hospital Infante D. Pedro, EPE	40.284.651	100,00%	29.930.000	100,00%	
Hospital Nossa Senhora do Rosário, EPE	0	0,00%	29.930.000	100,00%	
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE	14.200.000	100,00%	1.200.000	100,00%	
Hospital Santa Maria Maior, EPE	15.689.302	100,00%	9.980.000	100,00%	
Hospital Santo André, EPE	29.930.000	100,00%	29.930.000	100,00%	
Hospital São Sebastião, EPE	0	0,00%	29.930.000	100,00%	
Hospital São Teotónio, EPE	39.900.000	100,00%	39.900.000	100,00%	
IPO - Coimbra, EPE	19.950.000	100,00%	19.950.000	100,00%	
IPO - Lisboa, EPE	49.880.000	100,00%	49.880.000	100,00%	
IPO - Porto, EPE	39.900.000	100,00%	39.900.000	100,00%	
Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE	10.877.236	100,00%	2.981.000	100,00%	
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	33.854.419	100,00%	29.930.000	100,00%	
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	45.870.523	100,00%	35.422.000	100,00%	
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	56.408.063	100,00%	43.488.000	100,00%	
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	21.877.907	100,00%	14.994.000	100,00%	

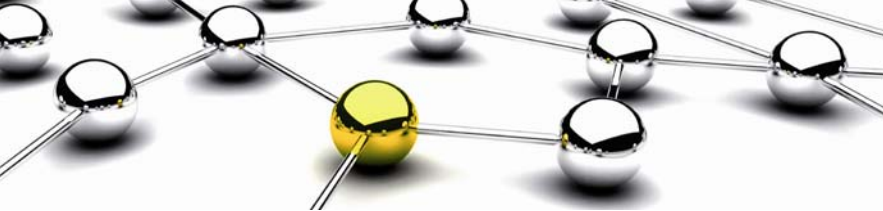
(continua)



Euros, excepto percentagens

EMPRESAS	Participação DGTF				
	2009		2008		
	Valor Nominal Global	%	Valor Nominal Global	%	
1.6. Serviços de Utilidade Pública	125.656.410		125.656.410		
AdP - Águas de Portugal, SA	38.331.410	8,80%	38.331.410	8,80%	
CTT - Correios de Portugal, SA	87.325.000	100,00%	87.325.000	100,00%	
1.7. Transportes	2.898.818.020		2.898.818.020		
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	163.532.270	100,00%	163.532.270	100,00%	
CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EP	1.995.317.000	100,00%	1.995.317.000	100,00%	
Metro do Mondego, SA	569.750	53,00%	569.750	53,00%	
Metro do Porto, SA	3.000.000	40,00%	3.000.000	40,00%	
Metro - Metropolitano de Lisboa, EP	603.750.000	100,00%	603.750.000	100,00%	
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	79.649.000	100,00%	79.649.000	100,00%	
TRANSTEJO - Transportes do Tejo, SA	53.000.000	100,00%	53.000.000	100,00%	
1.8. Parpública	2.000.000.000		2.000.000.000		
Parpública-Participações Públicas, SGPS, SA	2.000.000.000	100,00%	2.000.000.000	100,00%	
1.9. Outros Sectores	533.419.494		427.176.688		
AICEP, Agência para Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE	114.927.980	100,00%	114.927.980	100,00%	
ANCP - Agência Nacional de Compras Públicas, EPE	8.000.000	100,00%	8.000.000	100,00%	
EGREP - Entid.Gest.Reservas Estratég Prod.Petrolif., EPE	250.000	100,00%	250.000	100,00%	
EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SGPS, SA	30.000.000	100,00%	30.000.000	100,00%	
EMA - Empresa de Meios Aéreos, SA	66.000.000	100,00%	66.000.000	100,00%	
EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, SA	158.075.000	100,00%	141.875.000	100,00%	
ENATUR - Empresa Nacional de Turismo, SA	1.618.400	20,20%	1.618.400	20,20%	
FRME - Fundo para Revit. Modern.Tecido Emp., SGPS, SA	46.971.559	64,96%	46.971.559	89,80%	
GeRAP-Emp. Gestão Parp. Recur. Da Adm. Pública, EPE	12.000.000	100,00%	12.000.000	100,00%	
INOVCAPITAL, SA (ex-PME Capital, SA)	4.133.750	15,00%	4.133.750	15,00%	
Parque Escolar, EPE	91.342.806	100,00%	1.400.000	100,00%	
SIEV - Sistema de Identificação Electrónica de Veículos, SA	100.000	100,00%	0	0,00%	
2. Empresas Públicas Financeiras	4.510.132.750		3.510.132.750		
Caixa Geral de Depósitos, SA	4.500.000.000	100,00%	3.500.000.000	100,00%	
SOFID - Soc. Para o Financ. Desenv. Inst. Financ. Créd. SA	5.999.000	59,99%	5.999.000	59,99%	
PME Investimento, SA	4.133.750	15,03%	4.133.750	15,03%	
3. Total	14.179.540.326		12.542.598.995		

Fonte: Direcção Geral do Tesouro e Finanças



8.2. Outras Participações (carteira acessória)

Outras Participações - Carteira Acessória *

Euros, excepto percentagens

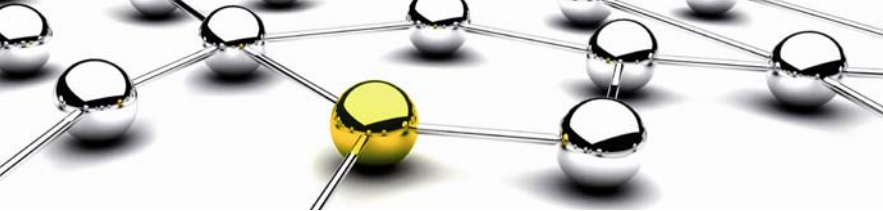
Empresas	Participação DGTF			
	2009		2008	
	Valor Nominal Global	%	Valor Nominal Global	%
Empresas Públicas não Financeiras	26.736.378		70.636.011	
Indústria	2.188.753		11.968.270	
Companhia Minas de Penedono, SA	74.820	25,00%	74.820	25,00%
DECOVIZ - Produtos de Decoração, Lda	0	0,00%	4.988	1,70%
DILOP-Alimentos do Sul, SA	58.800	19,60%	58.800	19,60%
DILOP-Charcutaria Cozidos e Fumados, SA	31.355	19,60%	31.355	19,60%
DILOP-Produtos Alimentares, SA	1.772.200	19,60%	1.772.200	19,60%
DILOP-Transportes, AS	64.915	19,60%	64.915	19,60%
EFACEC - Int. Financing, SGPS, SA	38.174	5,00%	38.174	5,00%
Lisnave-Estaleiros Navais, SA	148.330	2,97%	148.330	2,97%
Metalurgia Casal, SA	0	0,00%	10	0,00%
Sociedade Aguas da Curia, SA	160	0,00%	160	0,00%
Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE, SA	0	0,00%	8.113.415	81,13%
Sociedade Têxtil da Cuca, SA	0	0,00%	650.182	5,90%
TEVITOM - Confecções de Vestuário, Lda	0	0,00%	4.988	0,40%
TEVIZ - Têxtil de Vizela, SA	0	0,00%	1.005.934	6,80%
Outros Sectores	24.547.625		58.667.741	
Caso-Centro de Abate de Suínos do Oeste, Lda	293.293	19,60%	293.293	19,60%
CIMPOFIM-Projetos Técnicos e Financeiros, SA	648.435	18,70%	648.435	18,70%
CNEMA- Centro Nacion. Expos. Mercados Agrícolas, SA	30.000	0,90%	30.000	0,90%
Comp. Cervejas Estrela, SA	187	0,00%	187	0,00%
Comundo - Consorcio Mundial Export. Importação, SA	18	0,00%	18	0,00%
Coop. Armadores Navios Pesca Bacalhau, SARL	0	0,00%	1.606	53,70%
Coop. Cultural Recreativa Gafanha da Nazaré, CRL	1	0,00%	1	0,00%
ENI - Gestão de Planos Sociais, SA	200.000	100,00%	200.000	100,00%
EUT - Empreendimentos Urbanos e Turismo, SA	0	0,00%	69.133	24,10%
Gestinsua-Aquisições Alienações Patrim.Imob. Mobil., SA	8.750	17,50%	8.750	17,50%
Imobiliária Construtora Grão-Pará,SA	20	0,00%	20	0,00%
Martins & Rebelo - Ind. Lácteas e Alimentares, SA	0	0,00%	4.651.804	37,30%
Matur-Soc. de Empreendim. Turísticos da Madeira, SA	20	0,00%	20	0,00%
Metanova-Comércio e Gestão de Imóveis,SA	0	0,00%	37.410	10,00%
NET-Novas Empresas e Tecnologias,SA	17.430	7,40%	17.430	7,40%
PROPNERLY - Propriedades e Equipamentos, SA	2.118.255	43,70%	2.118.255	43,70%
SANJIMO - Soc. Imobiliária, SA	4.930	8,00%	4.930	8,00%
SIMAB - Soc.Inst. Mercados Abastecedores, SA	21.145.883	100,00%	50.508.900	100,00%
Soc. Imagem Real, Lda	288	0,00%	288	0,00%
Sociedade Pereira Pinto,Lda-Farmácia Central de Carcavelos	4.750	95,00%	1.895	95,00%
Sociedade Turística da Penina, SA	15	0,00%	15	0,00%
Sonagi-Soc. Nacional Gestão Investimento, SA	500	0,00%	500	0,00%
SPIDOURO-Soc. Prom. Inv. Douro Trás-os-Montes, SA	74.850	8,30%	74.850	8,30%
ZON Multimédia, SGPS, SA	1	0,00%	1	0,00%
Empresas Públicas Financeiras	380.000.000		380.000.000	
Banco Português de Negócios, SA**	380.000.000	100,00%	380.000.000	100,00%
Empresas Sediadas na Estrangeiro	12.653.114		113.025.515	
Hidroelétrica de Cahora Bassa, SARL	0	0,00%	100.247.271	15,00%
Portugal Venture Capital Initiative, SA	12.500.000	11,23%	12.500.000	11,23%
FICREM-Fundo Inv. Capital de Risco Emp. Moçambique ***	0	0,00%	122.399	5,06%
IPE MACAU-Invest. e Participações Empresarias, SARL***	87.494	100,00%	89.054	100,00%
WTC MACAU - World Trade Center Macau, SARL***	65.620	2,50%	66.791	2,50%
Total	419.389.492		563.661.526	

Fonte: Direcção Geral do Tesouro e Finanças

(*) Empresas nas quais a posição accionista do Estado não lhe confere uma posição de influência dominante na gestão - empresas participadas. Incluem-se também empresas, que embora detidas maioritariamente, a sua manutenção na posse do Estado é encarada como transitória.

(**) Empresa nacionalizada em Novembro de 2008 através da Lei nº 62-A/2008 de 11 de Novembro.

(***) Foi considerado o câmbio a 31.12.2009



8.3. Empresas em liquidação

Outras Participações - Empresas em Liquidação

Euros, excepto percentagens

Empresas	Participação DGTF			
	2009		2008	
	Valor Nominal Global	%	Valor Nominal Global	%
ANOP, Agência Noticiosa Portuguesa, EP	1.241.383	0,0%	1.241.383	0,0%
Ambelis - Agência para a Modernização Económica de Lisboa, SA	0	0,0%	2.740	1,4%
Aveiro Polis - Soc.Desenvolv. Programa Polis em Aveiro, SA	5.700.000	60,0%	5.700.000	60,0%
Bragança Polis - Soc. Des. Progr. Polis em Bragança, SA	0	0,0%	3.591.600	60,0%
Cacém Polis - Soc. Des. Progr. Polis em Cacém, SA	9.375.000	60,0%	9.375.000	60,0%
Chaves Polis - Soc. Desenv. Programa Polis em Chaves, SA	1.122.000	60,0%	1.122.000	60,0%
Coimbra Polis - Soc. Desenv. Programa Polis em Coimbra, SA	0	0,0%	6.000.000	60,0%
Coop. Armadores Navios Pesca Bacalhau, SARL	1.606	53,7%	0	0,0%
COPENAVE-Coop.Abastecedora de Navios, CRL *	1.011	1,4%	1.011	1,4%
EUT - Empreendimentos Urbanos e Turismo, Lda **	69.134	24,1%	0	0,0%
FICREM - Fundo Inv. Capital de Risco Emp. Moçambique	122.399	5,1%	0	0,0%
Gaia Polis - Soc. Desenv. Programa Polis em Gaia, SA	5.778.000	60,0%	5.778.000	60,0%
Martins & Rebelo - Indústrias Lácteas e Alimentares, Lda **	4.651.824	37,3%	0	0,0%
Metalúrgica Casal, SA **	5	0,0%	0	0,0%
METANOVA - Comércio e Gestão de Imóveis, SA **	37.410	10,0%	0	0,0%
Messa - Indústria de Precisão, SA*	0	0,0%	199.519	40,0%
PEC Tejo - Ind. Produtos Pecuários de Lisboa e Setúbal, SA	0	0,0%	14.000.000	94,3%
Polis Albufeira - Soc. Des. Progr. Polis em Albufeira, SA	5.100.000	60,0%	5.100.000	60,0%
Polis Castelo Branco - Soc. Des. Progr. Polis Castelo Branco, SA	5.880.000	60,0%	5.880.000	60,0%
Polis Covilhã - Soc. Desenv. Progr. Polis na Covilhã, SA	4.591.000	60,0%	4.591.000	60,0%
Polis Guarda - Soc. Desenvolv. Progr. Polis na Guarda, SA	4.725.000	60,0%	4.725.000	60,0%
Polis Vila do Conde - Soc. Des. Pr. Polis em Vila Conde, SA	4.800.000	60,0%	4.800.000	60,0%
Polis Vila Real - Soc. Des. Progr. Polis em Vila Real, SA	4.650.000	60,0%	4.650.000	60,0%
Setúbal Polis-Soc. Des. Progr. Polis em Setúbal, SA	3.830.000	60,0%	3.830.000	60,0%
Silopor - Empresa Silos Portuários, SA	46.388.204	100,0%	46.388.204	100,0%
Silves Polis - Soc. Des. Progr. Polis em Silves, SA	0	60,0%	748.000	60,0%
Tomar Polis - Soc. Desenvolv. Progr. Polis em Tomar, SA	1.459.000	60,0%	1.459.000	60,0%
Viseu Polis - Soc. Desenvolv. Progr. Polis em Viseu, SA	9.600.000	60,0%	9.600.000	60,0%
Total	119.122.976		138.782.457	

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

* Liquidações não acompanhadas pela DGTF

** Liquidação no quadro de processo de falência/insolvência

8.4. Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2009

Mihares de euros

Município de Caros																
RUBRICAS	Comunicação Social	Cultura	Gestão de Infraestruturas							Requalificação Urbana e Ambiental	Saúde	Serviços de Utilidade Pública	Transportes	PARPÚBLICA	Outros Sectores	Total
			Transportes				SOMA	Outras Infra-estruturas	Total							
			Infra-estr. Aéreas	Infra-estr. Portuárias	Infra-estr. Ferroviárias	Infraest. Rodoviárias										
Custos e Perdas																
Cust. merc. vend. e mat.cons.	107.677	38	2.045	692	26.491	0	29.228	2.208	31.436	10.426	1.421.366	44.652	41.885	257.549	27.476	1.942.506
Fornecim. e serviços externos	58.540	11.698	141.701	36.101	116.829	66.121	360.751	148.287	509.038	23.689	803.108	481.799	346.254	1.505.219	486.716	4.226.060
Custos c/ pessoal	125.406	21.171	217.396	49.356	120.613	54.989	442.353	18.652	461.005	14.954	2.643.276	570.252	364.235	803.457	83.738	5.087.494
Amortiz., Prov. e Ajustamentos	17.300	1.189	108.463	65.556	5.660	386.981	566.659	14.833	581.492	6.530	174.033	276.621	209.925	476.577	58.698	1.802.364
Outros custos operacionais	3.798	754	17.133	10.323	9.521	6.899	43.876	1.090	44.965	1.752	5.201	17.069	59.641	118.538	11.696	263.415
Custos Operacionais	312.721	34.850	486.737	162.027	279.113	514.989	1.442.866	185.069	1.627.935	57.350	5.046.984	1.390.394	1.021.940	3.161.340	668.324	13.321.838
Custos e perdas financeiros	19.477	46	27.507	5.535	246.679	30.234	309.955	4.562	314.517	10.137	13.797	102.967	374.244	286.022	30.042	1.151.248
Custos e perdas extraordinárias	26.461	196	3.600	10.929	36	5.873	20.438	298	20.736	20.681	87.614	14.851	12.690	0	7.303	190.532
Impostos s/ rendim. exercício	669	32	24.105	9.040	17	25.942	59.104	98	59.203	115	10.106	45.243	529	58.851	1.974	176.721
Interesses minoritários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13.898	0	51.091	210	65.200
TOTAL	359.327	35.124	541.950	187.530	525.845	577.037	1.832.363	190.028	2.022.391	88.283	5.158.501	1.567.354	1.409.403	3.557.304	707.853	14.905.539
Proveitos e Ganhos																
Vendas e Prest. Serviços	206.259	8.347	549.298	141.355	72.188	570.442	1.333.284	39.884	1.373.168	45.669	4.517.018	1.465.304	504.517	3.215.633	223.404	11.559.319
Variação da Produção	0	(177)	0	0	0	0	0	140.596	140.596	0	0	(571)	(43)	(14.209)	12.244	137.839
Trab. p/ a própria empresa	0	0	5.757	175	52.192	0	58.124	3.382	61.506	4.262	1.102	43.090	24.102	5.633	391.150	530.846
Subsídios à exploração / Indemniz. Compensatórias	119.843	25.816	10	667	36.150	4.051	40.878	72	40.950	1	59.203	998	162.837	13.793	0	423.441
Reversões de Amortiz. e Ajust.	189	0	312	8.435	11	0	8.758	426	9.184	12.492	0	5.463	12.181	0	1.043	40.552
Outros Prov. e Ganhos Operac. e Prov. Suplement.	482	231	6.981	19.486	14.887	12.914	54.269	1.373	55.642	3.882	172.964	16.800	31.837	431.997	12.571	726.405
Proveitos Operacionais	326.774	34.217	562.359	170.118	175.428	587.407	1.495.312	185.733	1.681.046	66.307	4.750.286	1.531.085	735.430	3.652.847	640.412	13.418.402
Proveitos e ganhos financeiros	624	11	4.314	3.325	124.020	245	131.904	276	132.180	3.166	17.536	42.788	55.855	208.705	12.693	473.558
Proveitos e ganhos extraordinários	18.566	439	19.920	44.883	19	63.866	128.687	5.469	134.156	3.284	123.650	90.006	35.662	202.395	27.554	635.713
TOTAL	345.964	34.667	586.592	218.327	299.466	651.518	1.755.903	191.478	1.947.381	72.756	4.891.472	1.663.879	826.947	4.063.947	680.659	14.527.673
Resultados operacionais																
Antes de subsídios / IC's	(105.790)	(26.450)	75.611	7.425	(139.835)	68.368	11.569	592	12.161	8.955	(355.901)	139.693	(449.347)	477.714	(27.912)	(326.877)
Após subsídios / IC's	14.053	(634)	75.621	8.092	(103.685)	72.418	52.446	664	53.111	8.956	(296.699)	140.691	(286.510)	491.507	(27.912)	96.564
Resultados financeiros	(18.852)	(36)	(23.194)	(2.209)	(122.659)	(29.988)	(178.051)	(4.287)	(182.337)	(6.972)	3.740	(60.179)	(318.389)	(77.317)	(17.348)	(677.690)
Resultados correntes	(4.799)	(669)	52.428	5.882	(226.344)	42.430	(125.604)	(3.622)	(129.227)	1.985	(292.959)	80.512	(604.899)	414.190	(45.260)	(581.127)
Resultados extraordinários	(7.895)	244	16.319	33.954	(17)	57.993	108.249	5.171	113.420	(17.397)	36.036	75.155	22.971	202.395	20.251	445.180
Resultados Líquidos																
Antes de inter. minoritários	(13.363)	(457)	44.642	30.797	(226.379)	74.481	(76.459)	1.450	(75.009)	(15.527)	(267.029)	110.423	(582.456)	557.734	(26.983)	(312.667)
Após inter. minoritários	(13.363)	(457)	44.642	30.797	(226.379)	74.481	(76.459)	1.450	(75.009)	(15.527)	(267.029)	96.525	(582.456)	506.643	(27.193)	(377.866)

8.5. Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2008

Milhares de euros

Município de Carapicuíba																
RUBRICAS	Comunicação Social	Cultura	Gestão de Infraestruturas							Requalificação Urbana e Ambiental	Saúde	Serviços de Utilidade Pública	Transportes	PARPÚBLICA	Outros Sectores	Total
			Transportes				SOMA	Outras Infra-estruturas	Total							
			Infra-estr. Aéreas	Infra-estr. Portuárias	Infra-estr. Ferroviárias	Infraestr. Rodoviárias										
Custos e Perdas																
Cust. merc. vend. e mat.cons.	101.219	93	2.401	2.018	17.637	0	22.056	3.344	25.400	4.160	1.158.508	42.054	59.152	312.816	60.522	1.763.923
Fornecim. e serviços externos	58.414	14.889	141.450	35.124	111.193	66.621	354.388	81.058	435.446	19.607	601.687	496.873	336.453	1.905.463	207.928	4.076.761
Custos c/ pessoal	123.369	19.727	245.168	57.588	115.177	60.726	478.658	18.754	497.412	14.178	2.150.278	563.391	352.994	797.669	70.508	4.589.526
Amortiz., Prov. e Ajustamentos	18.796	1.124	98.919	57.236	6.444	414.797	577.396	13.176	590.572	9.895	158.682	262.794	209.306	471.149	43.233	1.765.550
Outros custos operacionais	5.200	749	21.394	9.409	14.551	5.508	50.861	1.193	52.054	2.056	4.175	17.274	70.177	155.837	10.779	318.301
Custos Operacionais	306.998	36.581	509.332	161.374	265.002	547.652	1.483.360	117.523	1.600.883	49.896	4.073.330	1.382.385	1.028.082	3.642.934	392.971	12.514.061
Custos e perdas financeiros	62.258	25	42.252	6.831	259.487	32.117	340.687	8.703	349.391	28.063	1.278	144.439	356.810	347.665	31.128	1.321.056
Custos e perdas extraordinárias	2.021	393	6.861	6.500	28.030	5.491	46.882	558	47.441	1.654	92.208	14.774	8.355	0	12.535	179.381
Impostos s/ rendim. exercício	804	19	23.218	3.993	248	16.161	43.621	83	43.703	106	10.626	48.738	598	51.041	422	156.059
Interesses minoritários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(1.623)	0	14.498	0	23.952	(60)	36.766
TOTAL	372.082	37.018	581.663	178.699	552.766	601.421	1.914.551	126.868	2.041.418	78.096	4.177.443	1.604.834	1.393.845	4.065.592	436.996	14.207.323
Proveitos e Ganhos																
Vendas e Prest. Serviços	198.180	8.279	560.435	154.496	73.826	577.577	1.366.333	42.837	1.409.170	39.241	3.593.223	1.459.473	545.334	3.384.997	253.604	10.891.501
Variação da Produção	0	368	0	0	0	0	0	73.433	73.433	0	(19)	284	(34)	(4.387)	(1.129)	68.517
Trab. p/ a própria empresa	0	0	6.159	846	48.549	0	55.555	1.950	57.505	1.173	0	49.836	19.952	5.091	81.907	215.463
Subsídios à exploração / Indemniz. Compensatórias	118.119	25.281	246	19	33.613	4.334	38.212	51	38.263	4.510	49.714	521	141.581	20.148	0	398.137
Reversões de Amortiz. e Ajust.	292	0	8.618	4.742	14.298	0	27.658	154	27.812	1.117	0	4.250	19.247	0	1.943	54.662
Outros Prov. e Ganhos Operac. e Prov. Supplement.	740	123	6.609	6.205	13.433	12.275	38.523	1.698	40.221	430	167.063	21.615	41.190	357.865	41.781	671.028
Proveitos Operacionais	317.332	34.051	582.068	166.307	183.720	594.185	1.526.280	120.124	1.646.404	46.471	3.809.981	1.535.978	767.271	3.763.714	378.106	12.299.308
Proveitos e ganhos financeiros	1.154	33	11.537	4.417	133.944	534	150.431	667	151.099	7.108	35.978	57.462	62.110	39.669	22.905	377.518
Proveitos e ganhos extraordinários	7.530	942	20.957	28.240	4.501	62.399	116.097	5.025	121.122	7.167	123.250	132.522	32.184	82.484	14.006	521.208
TOTAL	326.017	35.026	614.562	198.964	322.165	657.118	1.792.809	125.816	1.918.624	60.746	3.969.209	1.725.962	861.565	3.885.867	415.017	13.198.033
Resultados operacionais																
Antes de subsídios / IC's	(107.785)	(27.812)	72.490	4.914	(114.895)	42.200	4.708	2.549	7.258	(7.935)	(313.062)	153.072	(402.393)	100.632	(14.865)	(612.889)
Após subsídios / IC's	10.334	(2.530)	72.736	4.933	(81.282)	46.534	42.920	2.600	45.521	(3.425)	(263.349)	153.593	(260.811)	120.780	(14.865)	(214.753)
Resultados financeiros	(61.104)	7	(30.716)	(2.415)	(125.543)	(31.583)	(190.256)	(8.036)	(198.292)	(20.954)	34.700	(86.977)	(294.700)	(307.996)	(8.223)	(943.539)
Resultados correntes	(50.770)	(2.523)	42.020	2.518	(206.825)	14.951	(147.336)	(5.436)	(152.771)	(24.379)	(228.649)	66.616	(555.511)	(187.216)	(23.088)	(1.158.292)
Resultados extraordinários	5.509	549	14.096	21.740	(23.529)	56.908	69.214	4.466	73.681	5.513	31.042	117.748	23.830	82.484	1.471	341.826
Resultados Líquidos																
Antes de inter. minoritários	(46.065)	(1.992)	32.898	20.265	(230.602)	55.697	(121.742)	(1.052)	(122.794)	(18.973)	(208.234)	135.626	(532.280)	(155.773)	(22.039)	(972.524)
Após inter. minoritários	(46.065)	(1.992)	32.898	20.265	(230.602)	55.697	(121.742)	(1.052)	(122.794)	(17.350)	(208.234)	121.128	(532.280)	(179.725)	(21.979)	(1.009.290)

8.6. Balanço das EPNF por sectores – 2009

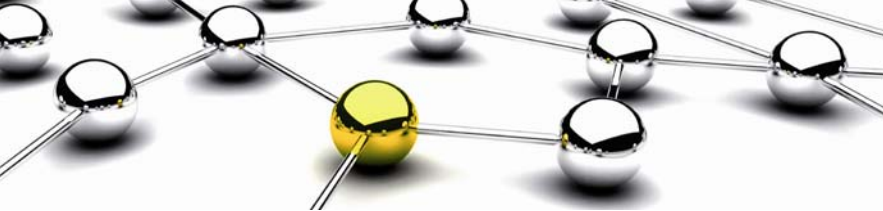
Milhares de euros

RUBRICAS	Comunicação Social	Cultura	Gestão de Infra-estruturas							Requalificação Urbana e Ambiental	Saúde	Serviços de Utilidade Pública	Transportes	PARPÚBLICA	Outros Sectores	Total
			Transportes					Outras Infra-estruturas	Total							
			Infra-estr. Aéreas	Infra-estr. Portuárias	Infra-estr. Ferroviárias	Infraest. Rodoviárias	SOMA									
Imobilizado	311.196	3.387	1.367.772	1.405.872	7.786.892	15.792.777	26.353.314	1.586.024	27.939.338	425.962	1.578.691	4.894.947	6.854.280	13.478.336	1.529.333	57.015.471
Bens de domínio público	0	0	331.198	671.886	7.581.916	0	8.584.999	1.348.074	9.933.073	13.142	43.005	0	86.648	0	0	10.075.868
Imobilizações incorpóreas	134.269	65	82.236	7.363	110.544	15.762.752	15.962.895	194.615	16.157.511	96.753	18.888	77.060	224.619	4.439.410	9.016	21.157.590
Imobilizações corpóreas	170.658	3.323	896.464	669.463	40.068	30.025	1.636.020	42.641	1.678.660	314.944	1.516.683	4.676.793	6.471.326	3.753.203	1.405.651	19.991.241
Investimentos financeiros	6.270	0	57.874	57.161	54.364	0	169.399	694	170.094	1.122	114	141.094	71.688	5.285.723	114.667	5.790.771
Circulante	170.157	5.708	245.531	111.975	147.342	271.309	776.157	395.878	1.172.036	272.521	1.951.690	1.637.203	622.160	3.605.150	816.601	10.253.225
Existências	90.377	356	1.012	804	43.065	0	44.882	294.291	339.173	14.532	150.203	15.894	28.990	1.085.720	409.575	2.134.821
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	244	0	0	6	0	0	6	0	6	36.898	11.892	82.007	0	0	10.305	141.353
Dívidas de terceiros - Curto prazo	77.037	911	100.955	38.094	99.321	271.102	509.473	95.841	605.313	141.091	1.167.905	765.706	326.856	1.694.216	127.301	4.906.337
Tit.negoc. dep.banc.e caixa	2.499	4.440	143.564	73.070	4.956	207	221.797	5.747	227.543	80.000	621.689	773.596	266.314	825.214	269.419	3.070.715
Acréscimos e diferimentos	37.564	521	93.130	32.659	37.072	93.340	256.201	527	256.729	34.663	1.803.924	606.249	389.275	141.072	46.490	3.316.486
Acréscimos de proveitos	27.491	36	18.966	3.394	29.273	90.909	142.543	51	142.594	2.383	1.744.031	305.405	13.836	141.072	38.851	2.415.698
Custos diferidos	10.072	485	56.444	7.228	7.799	1.101	72.571	477	73.048	32.227	4.902	164.727	375.439	0	5.309	666.209
Outros / Activos por impostos diferidos	1	0	17.720	22.037	0	1.330	41.087	0	41.087	53	54.991	136.117	0	0	2.329	234.578
Total do activo líquido	518.918	9.616	1.706.433	1.550.506	7.971.306	16.157.426	27.385.672	1.982.430	29.368.102	733.145	5.334.304	7.138.399	7.865.715	17.224.558	2.392.424	70.585.182
Ajustamentos complementares para o justo valor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total do activo líquido ao justo valor	518.918	9.616	1.706.433	1.550.506	7.971.306	16.157.426	27.385.672	1.982.430	29.368.102	733.145	5.334.304	7.138.399	7.865.715	17.224.558	2.392.424	70.585.182
Capital próprio																0
Diferenças de consolidação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7.053	0	0	0	7.053
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	(29)	0	6.810	0	0	0	6.810	200	7.010	(28)	0	25.366	4.695	(517.944)	(3.592)	(484.522)
Reservas	12.736	3.952	170.765	455.708	3.710.663	93.910	4.431.047	9.428	4.440.475	2.335	1.064.307	98.270	1.272.215	874.213	38.585	7.807.088
Resultados transitados	(1.659.466)	(10.695)	(103.797)	33.069	(1.776.454)	(512)	(1.847.694)	(29.255)	(1.876.950)	(34.724)	(1.170.318)	6.506	(7.943.314)	739.325	(156.117)	(12.105.751)
Resultado líquido do exercício	(13.363)	(457)	44.642	30.797	(226.379)	74.481	(76.459)	1.450	(75.009)	(15.527)	(267.029)	96.525	(582.456)	506.643	(27.193)	(377.866)
Dividendos antecipados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total do capital próprio	(583.745)	300	452.170	754.609	2.015.531	367.879	3.590.188	377.619	3.967.808	146.105	1.416.770	755.546	(3.813.848)	3.602.237	442.205	5.933.377
Interesses minoritários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	218.741	0	516.870	1.944	737.555
Passivo																
Provisões	75.503	1.416	67.775	71.205	22.641	661.987	823.609	34.394	858.003	51.270	141.932	47.391	441.660	289.715	23.232	1.930.121
Pensões	41.622	0	55.559	39.921	0	6.802	102.282	5.940	108.222	0	93.378	110	368.661	289.715	31	901.739
Outras	33.881	1.416	12.216	31.284	22.641	655.185	721.327	28.454	749.781	51.270	48.554	47.281	72.998	0	23.201	1.028.382
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	806.708	0	675.590	128.556	4.991.589	200.659	5.996.394	504.710	6.501.103	103.369	42.833	2.148.505	9.084.366	9.507.073	536.894	28.730.851
Empréstimos - MLP	737.517	0	664.588	128.556	4.991.589	200.659	5.985.391	501.940	6.487.331	103.334	7.196	2.004.658	8.711.537	6.360.255	526.881	24.938.710
Dívidas a terceiros - Curto prazo	134.533	2.897	154.770	75.456	755.940	1.394.256	2.380.422	173.880	2.554.302	275.302	3.114.863	1.246.107	1.419.191	2.799.689	441.130	11.988.015
Empréstimos - CP	75.776	0	25.855	39.831	563.586	1.306.641	1.935.912	95.732	2.031.644	195.482	571.636	553.547	1.155.663	1.578.762	128.362	6.290.871
Acréscimos e diferimentos	85.919	5.003	356.128	520.681	185.605	13.532.645	14.595.060	891.827	15.486.887	157.100	617.904	2.722.109	734.346	508.974	947.019	21.265.262
Acréscimos de custos	79.631	3.481	107.075	10.518	77.489	912.300	1.107.381	5.394	1.112.775	18.899	383.667	731.146	243.608	302.145	44.779	2.920.131
Proveitos diferidos	6.111	1.522	248.719	509.610	108.117	12.620.345	13.486.791	886.419	14.373.210	138.201	234.238	1.928.473	480.269	0	901.688	18.063.711
Passivos por impostos diferidos	177	0	335	553	0	0	888	14	902	0	0	62.490	10.469	206.829	552	281.419
Total do passivo	1.102.663	9.316	1.254.263	795.898	5.955.776	15.789.547	23.795.484	1.604.811	25.400.295	587.041	3.917.534	6.164.113	11.679.562	13.105.451	1.948.275	63.914.249
Total do c. próprio, int. minoritários e passivo	518.918	9.616	1.706.433	1.550.506	7.971.306	16.157.426	27.385.672	1.982.430	29.368.102	733.145	5.334.304	7.138.399	7.865.715	17.224.558	2.392.424	70.585.182

8.7. Balanço das EPNF por sectores – 2008

Milhares de euros

Gestão de Infra-estruturas																	Requalificação Urbana e Ambiental	Saúde	Serviços de Utilidade Pública	Transportes	PARPÚBLICA	Outros Sectores	Total
RUBRICAS	Comunicação Social	Cultura	Transportes					Outras Infra-estruturas	Total														
			Infra-estr. Aéreas	Infra-estr. Portuárias	Infra-estr. Ferroviárias	Infraestr. Rodoviárias	SOMA																
Imobilizado	269.713	3.064	1.276.417	1.411.979	7.418.613	14.939.456	25.046.464	1.468.813	26.515.277	443.312	1.373.911	4.562.097	6.654.291	11.441.759	1.014.268	52.277.693							
Imobilizações incorpóreas	133.359	132	47.416	332.327	96.350	14.908.303	15.384.395	194.659	15.579.054	15.819	7.279	86.886	182.170	4.123.475	4.748	20.132.921							
Imobilizações corpóreas	128.559	2.933	1.176.643	1.023.887	7.275.288	31.153	9.506.970	1.273.408	10.780.378	426.358	1.366.284	4.350.522	6.409.968	3.884.771	897.073	28.246.847							
Investimentos financeiros	7.795	0	52.359	55.765	46.976	0	155.099	746	155.845	1.135	347	124.689	62.154	3.433.513	112.446	3.897.925							
Circulante	141.109	7.138	217.111	94.484	137.656	191.081	640.332	267.291	907.622	212.224	1.919.073	1.793.568	256.542	4.386.486	732.381	10.356.142							
Existências	115.776	557	1.054	787	32.590	0	34.431	153.869	188.300	15.136	142.114	18.724	28.941	734.494	365.191	1.609.233							
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	249	0	0	12	0	0	12	0	12	39.857	10.711	108.930	460	1.133.685	10.811	1.304.714							
Dívidas de terceiros - Curto prazo	22.663	1.168	94.453	35.217	100.081	190.915	420.666	96.751	517.417	102.584	893.635	795.481	216.053	1.863.460	91.369	4.503.828							
Tit.negoc. dep.banc.e caixa	2.421	5.413	121.604	58.468	4.985	166	185.223	16.670	201.893	54.647	872.614	870.433	11.088	654.847	265.011	2.938.367							
Acréscimos e diferimentos	32.733	679	99.970	21.896	50.380	97.987	270.233	582	270.815	70.514	591.855	541.192	370.601	329.829	121.541	2.329.758							
Acréscimos de proveitos	20.670	27	18.558	3.201	42.185	92.556	156.501	23	156.524	6.892	587.650	252.805	11.398	329.829	108.905	1.474.699							
Custos diferidos	11.699	652	81.412	6.010	8.195	1.725	97.342	559	97.900	63.555	4.204	168.822	359.204	0	6.996	713.034							
Outros / Activos por impostos diferidos	364	0	0	12.685	0	3.705	16.390	0	16.390	67	0	119.565	0	0	5.640	142.025							
Total do activo líquido	443.555	10.881	1.593.497	1.528.359	7.606.649	15.228.524	25.957.029	1.736.685	27.693.715	726.050	3.884.838	6.896.856	7.281.435	16.158.074	1.868.190	64.963.593							
Ajustamentos complementares para o justo valor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.315	0	0	0	0	2.315							
Total do activo líquido ao justo valor	443.555	10.881	1.593.497	1.528.359	7.606.649	15.228.524	25.957.029	1.736.685	27.693.715	726.050	3.882.523	6.896.856	7.281.435	16.158.074	1.868.190	64.961.278							
Capital próprio																0							
Capital, acções, prestações suplementares e prémios	957.978	7.500	333.750	235.035	307.700	200.000	1.076.485	300.036	1.376.521	136.458	1.505.223	521.825	3.382.964	2.000.000	574.322	10.462.791							
Diferenças de consolidação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7.053	0	0	0	7.053							
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	(29)	0	6.806	0	0	0	6.806	200	7.006	11	0	33.916	4.486	(551.591)	(3.445)	(509.647)							
Reservas	12.696	7.902	144.676	447.782	3.580.878	51.140	4.224.476	9.464	4.233.939	2.333	974.283	79.004	1.234.917	861.203	34.157	7.440.433							
Resultados transitados	(1.612.987)	(12.128)	(87.369)	14.618	(1.545.852)	(34.842)	(1.653.445)	(25.406)	(1.678.851)	(17.980)	(941.570)	(17.921)	(7.328.306)	1.014.349	(117.491)	(10.712.884)							
Resultado líquido do exercício	(46.065)	(1.992)	32.898	20.265	(230.602)	55.697	(121.742)	(1.052)	(122.794)	(17.350)	(208.234)	121.128	(532.280)	(179.725)	(21.979)	(1.009.290)							
Dividendos antecipados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0							
Total do capital próprio	(688.408)	1.281	430.762	717.700	2.112.124	271.995	3.532.581	283.242	3.815.822	103.472	1.329.703	745.005	(3.238.219)	3.144.236	465.564	5.678.457							
Interesses minoritários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(16.214)	0	214.892	0	487.880	1.948	688.506							
Passivo																							
Provisões																							
Pensões	70.330	1.081	64.228	107.466	21.508	707.170	900.372	33.758	934.129	7.089	112.716	50.410	448.894	269.525	13.508	1.907.683							
Outras	62.876	0	54.704	56.096	0	11.213	122.013	6.047	128.061	4.640	855	0	373.240	269.525	10.904	850.100							
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	7.454	1.081	9.524	51.370	21.508	695.957	778.358	27.711	806.069	2.449	111.861	50.410	75.655	0	2.604	1.057.583							
Empréstimos - MLP	783.610	0	585.185	73.041	3.687.671	0	4.345.897	539.926	4.885.823	178.140	7.165	1.731.898	8.190.477	8.924.218	428.258	25.129.589							
Dívidas a terceiros - Curto prazo	783.530	0	583.946	73.041	3.687.671	0	4.344.658	446.396	4.791.054	59.092	385	1.578.499	6.319.629	0	408.669	13.940.857							
Empréstimos - CP	153.031	2.435	135.789	107.641	1.594.363	1.023.438	2.861.231	167.161	3.028.392	284.692	1.837.080	1.547.404	1.240.671	2.781.141	368.504	11.243.349							
Acréscimos e diferimentos	103.634	0	30.336	77.290	1.426.559	909.683	2.443.867	99.056	2.542.923	204.241	764.883	689.725	911.043	1.613.560	103.203	6.933.211							
Acréscimos de custos	124.992	6.083	377.534	522.511	190.984	13.225.921	14.316.949	712.599	15.029.548	168.870	595.860	2.607.247	639.612	551.074	590.407	20.313.694							
Proveitos diferidos	122.928	3.473	118.573	9.493	95.927	571.773	795.766	8.632	804.398	22.741	375.703	696.078	135.628	350.555	42.664	2.554.169							
Passivos por impostos diferidos	1.825	2.610	258.633	512.415	95.057	12.654.148	13.520.253	703.950	14.224.203	146.129	220.157	1.855.478	493.431	0	547.171	17.491.004							
Total do passivo	1.131.963	9.600	1.162.735	810.659	5.494.525	14.956.529	22.424.448	1.453.444	23.877.892	638.791	2.552.821	5.936.959	10.519.654	12.525.958	1.400.677	58.594.316							
Total do c. próprio, int. minoritários e passivo	443.555	10.881	1.593.497	1.528.359	7.606.649	15.228.524	25.957.029	1.736.686	27.693.714	726.050	3.882.523	6.896.856	7.281.435	16.158.074	1.868.190	64.961.278							



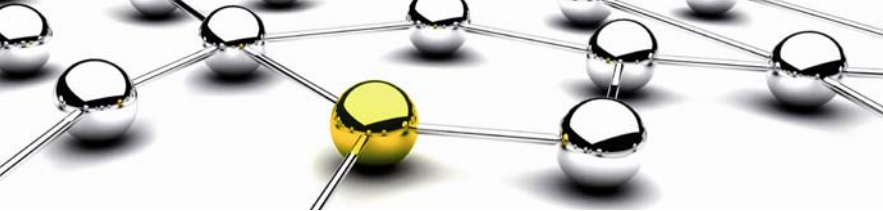
8.8. Demonstração de resultados das EPF – Grupo CGD - 2009-2008

Milhares de euros

milhares de euros

Rubricas	CGD consolidado		
	2009	2008	
Margem financeira alargada	1.641.345	2.201.410	
Juros e rendimentos similares	(+)	5.317.030	7.325.539
Juros e encargos similares	(-)	-3.784.087	-5.244.381
Rendimentos de instrumentos de capital	(+)	108.402	120.252
Rendimento de serviços e comissões	(+)	592.463	532.690
Encargos com serviços e comissões	(-)	-144.695	-113.909
Resultado em operações financeiras	(+)	199.497	246.559
Outros resultados de exploração, do qual:	(+)	219.629	179.464
<i>Resultado de operações descontinuadas</i>		0	0
Produto da actividade financeira	2.508.238	3.046.213	
Margem técnica da actividade de seguros	491.235	514.957	
Prémios, líquidos de resseguro	(+)	1.774.167	2.213.705
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros	(+)	250.125	227.092
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(-)	-1.425.806	-1.805.582
Comissões e outros proveitos e custos associados à actividade de seguros	(+)	-107.250	-120.259
Produto da actividade bancária e seguradora	2.999.474	3.561.170	
Custos com Pessoal	(-)	-1.040.370	-1.003.810
Outros gastos administrativos	(-)	-698.080	-675.890
Depreciações e amortizações	(-)	-197.981	-158.973
Provisões líquidas de anulações	(-)	-8.059	130.627
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(+)	-416.846	-447.555
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(+)	-259.280	-774.093
Resultados em empresas associadas	(+)	-4.404	30.384
Resultado antes de impostos e interesses minoritários	374.453	661.860	
Impostos sobre lucros:			
Correntes		8.562	-322.880
Diferidos		-78.773	166.187
		-70.210	-156.693
Resultado líquido consolidado do exercício	304.243	505.167	
Interesses minoritários	(-)	-25.343	-46.143
Resultado líquido atribuível ao accionista da CGD	278.899	459.023	
Número médio de acções ordinárias emitidas	819.452.000	653.534.247	
Resultado por acção (euros)	0,34	0,70	

Fonte: Relatório e contas consolidado



8.9. Balanço das EPF – Grupo CGD - 2009-2008

Milhares de euros

Rubricas	CGD consolidado	
	2009	2008
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.926.260	1.897.821
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.238.202	614.793
Aplicações em instituições de crédito	8.353.214	5.554.828
Activos financ. ao justo valor através de resultados	6.209.573	4.807.139
Activos financeiros disponíveis para venda	18.851.152	15.911.400
Investimentos associados a produtos "unit-linked"	867.967	620.486
Derivados de cobertura com reavaliação positiva	179.623	184.050
Investimentos a deter até à maturidade	3	12
Créditos a clientes	77.222.008	75.311.211
Activos não correntes detidos para venda	349.678	173.090
Propriedades de Investimento	354.258	321.362
Outros activos tangíveis	1.184.058	1.041.949
Activos intangíveis	406.067	395.815
Investimentos em associadas	26.172	86.807
Activos por impostos correntes	127.886	41.058
Activos por impostos diferidos	950.601	1.066.937
Provisões técnicas de resseguro cedido	258.379	240.188
Outros activos	2.479.742	2.791.134
Activo líquido	120.984.842	111.060.082
Passivo	113.827.992	105.575.944
Recursos de inst.crédito e de bancos centrais	6.478.633	6.951.849
Recursos de clientes e outros empréstimos	64.255.685	60.127.756
Responsabilidades associadas a produtos "unit-linked"	867.967	620.486
Responsabilidades representadas por títulos	25.182.313	19.929.097
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1.901.977	2.213.954
Derivados de coberturas com reavaliação negativa	270.773	421.854
Passivos não correntes detidos para venda	0	0
Provisões para benefícios a empregados	556.971	505.886
Provisões para outros riscos	239.409	236.173
Provisões técnicas de contratos de seguro	6.439.225	7.192.350
Passivos por impostos correntes	58.982	148.577
Passivos por impostos diferidos	169.804	64.435
Outros passivos subordinados	3.201.598	3.144.759
Outros passivos	4.204.654	4.018.766
Capital próprio	7.156.850	5.484.138
Capital	4.500.000	3.500.000
Reservas de justo valor	-331.154	-873.304
Outras reservas e resultados transitados	1.454.731	1.241.869
Result.exercício atribuído ao accionista da CGD	278.899	459.023
Interesses minoritários	1.254.374	1.156.550
Passivo + Capital próprio	120.984.842	111.060.082

Fonte: Relatório e contas consolidado